



# **EUROGRADUATE 2022**

Segunda fase do piloto europeu do inquérito aos diplomados do ensino superior

Relatório Final

Janeiro de 2024

## Equipa Portuguesa

Nuno Rodrigues (DGEEC, coordenador)

Filomena Oliveira (DGEEC)

Ricardo Biscaia (CIPES, coordenador)

Pedro Luís Silva (CIPES)

Victor Rudakov (CIPES)

Adriana Inácio (CIPES)



Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência



Centro de Investigação em Políticas do Ensino Superior

## Consórcio EUROGRADUATE



German Centre for Higher Education Research and Science Studies (DZHW), Hanover



Institute for Advanced Studies (IHS), Vienna



Research Centre for Education and the Labour Market, Maastricht University



cApStAn linguistic quality control, Brussels/ Philadelphia



Web: [www.eurograduate.eu](http://www.eurograduate.eu)  
E-Mail: [eurograduate@dzhw.eu](mailto:eurograduate@dzhw.eu)



Financiado pela Comissão Europeia

## Índice

<b>SUMÁRIO EXECUTIVO</b> .....	<b>5</b>
<b>1. VISÃO GERAL DO ACOMPANHAMENTO DOS DIPLOMADOS</b> .....	<b>6</b>
1.1. Panorâmica europeia .....	6
1.1.1. Capacitação para uma Iniciativa Europeia de Acompanhamento dos Diplomados (EGTI) (2019-2022).....	7
1.1.2. Rede Europeia de Acompanhamento dos Diplomados (desde 2022) .....	8
1.2. Exercícios de acompanhamento dos diplomados em Portugal .....	10
1.2.1. Inquérito <i>Eurograduate 2022</i> .....	11
1.3. Uma visão geral do <i>Eurograduate 2022</i> .....	13
<b>2. IMPLEMENTAÇÃO PORTUGUESA DO INQUÉRITO <i>EUROGRADUATE</i></b> .....	<b>14</b>
2.1. População.....	14
2.2. O questionário.....	15
2.3. Recolha de dados .....	17
2.4. Limpeza de dados .....	18
2.5. Generalização e ponderação .....	19
<b>3. SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR E PERFIL DEMOGRÁFICO DOS DIPLOMADOS</b> .....	<b>22</b>
3.1. Estatísticas sociodemográficas da amostra <i>Eurograduate</i> .....	22
3.2. Principais características do ensino superior .....	25
<b>4. EXPERIÊNCIA ACADÉMICA</b> .....	<b>29</b>
4.1. Modos de ensino e aprendizagem .....	29
4.2. Experiência no estrangeiro, no âmbito do programa de estudos .....	31
4.3. Experiência no mercado de trabalho durante os estudos .....	33
4.4. Nível de Satisfação com os estudos .....	35

<b>5. PARTICIPAÇÃO E RESULTADOS NO MERCADO DE TRABALHO .....</b>	<b>38</b>
5.1. Situação atual de emprego.....	38
5.2. Segurança no emprego.....	41
5.3. Salários e horários de trabalho dos licenciados .....	43
5.4. Profissões e setores de atividade .....	48
5.5. Alinhamento entre educação e emprego .....	50
5.6. Satisfação profissional.....	57
<b>6. MOBILIDADE INTERNACIONAL DOS DIPLOMADOS APÓS O GRAU.....</b>	<b>59</b>
<b>7. IMPORTÂNCIA DA DEMOCRACIA .....</b>	<b>61</b>
<b>8. RESULTADOS PRINCIPAIS .....</b>	<b>63</b>
<b>9. RECOMENDAÇÕES PARA O ACOMPANHAMENTO DOS DIPLOMADOS EM PORTUGAL .....</b>	<b>65</b>
<b>10. CONCLUSÃO .....</b>	<b>73</b>

## Sumário executivo

Este relatório descreve o percurso de Portugal no sentido do acompanhamento dos diplomados no mercado de trabalho, iniciado através do envolvimento na iniciativa *Eurograduate*, que culminou na implementação do inquérito aos diplomados portugueses. O objetivo do inquérito foi o de recolher dados relativamente às trajetórias dos diplomados no mercado de trabalho, bem como as suas perceções sobre a experiência no curso, avaliação de competências, satisfação profissional e envolvimento social. A operacionalização do inquérito teve também como objetivo permitir a comparabilidade dos dados com outros sistemas de ensino superior europeus e garantir a sua representatividade relativamente à população, através da implementação de uma amostragem estratificada.

Este trabalho foi realizado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) em colaboração com o Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES). O projeto visou não só a obtenção de resultados imediatos, decorrentes da implementação do inquérito *Eurograduate*, mas também a criação de uma estrutura para a recolha de dados longitudinais de quatro em quatro anos, estabelecendo cooperação com as instituições de ensino superior (IES) neste sentido, e com vista ao ultrapassar limitações relacionadas com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

O inquérito *Eurograduate* foi a primeira iniciativa nacional de acompanhamento dos diplomados em Portugal e envolveu múltiplos atores do sistema de ensino superior, como as IES, organismos governamentais, autoridades estatísticas, investigadores, famílias e diplomados. O envolvimento das IES foi crucial para a recolha de dados, o que permitiu obter dados comparáveis dentro do sistema e evitar a duplicação de esforços de recolha de informação.

O relatório sublinha o alinhamento deste projeto com as recomendações do Conselho Europeu, as recomendações nacionais (RJIES e A3ES) e as lacunas identificadas pelo Tribunal de Contas português. A implementação do inquérito *Eurograduate* em Portugal demonstrou ser um sucesso em termos de taxas de resposta e de metodologia, posicionando Portugal entre os países com maior sucesso neste piloto.

A análise dos dados das coortes dos anos letivos 2016/2017 e 2020/2021 revelou informação importante sobre a demografia dos diplomados, os padrões educativos destes, os seus resultados no mercado de trabalho, as suas experiências internacionais e as suas perceções sobre a democracia. As disparidades de género, as diferenças no emprego verificadas entre áreas de estudo, as diferenças salariais e a incidência de incompatibilidades entre o emprego e a educação foram algumas das conclusões mais importantes. Contudo, os dados foram apenas abordados numa vertente exploratória e descritiva, sendo que outro tipo de análises poderão ser desenvolvidas aquando do acesso à base de dados pela comunidade científica.

Além disso, o relatório conclui com recomendações feitas pelo CIPES à DGEEC para iniciativas futuras, sublinhando a importância de um acompanhamento contínuo e sólido dos diplomados, alinhado com os quadros legais e com uma monitorização abrangente do fenómeno da empregabilidade.

## 1. Visão geral do acompanhamento dos diplomados

### 1.1. Panorâmica europeia

A Recomendação do Conselho Europeu de 2017 é o desenvolvimento histórico mais relevante para o acompanhamento dos percursos dos diplomados na Europa e é, por conseguinte, o ponto de partida para as iniciativas mais recentes nesta matéria. No documento, o Conselho Europeu recomenda que os Estados-Membros recolham dados longitudinais sobre os diplomados, nomeadamente:

- informações biográficas e socioeconómicas;
- informações sobre educação e formação;
- informações sobre emprego ou educação e formação complementares;
- relevância da educação e da formação para o emprego ou a aprendizagem ao longo da vida;
- progressão na carreira.

Além disso, a recomendação colocou uma ênfase importante na comparabilidade dos dados entre os diferentes Estados-Membros. Tal implica que um exercício único de recolha de dados seria a forma de obter informações significativas e comparáveis entre os Estados-Membros. Para apoiar o acompanhamento dos diplomados, a Comissão Europeia criou um grupo de peritos (2018-2020) para "facilitar a aplicação da Recomendação do Conselho, acompanhando o progresso no desenvolvimento de sistemas de acompanhamento dos diplomados nos Estados-Membros, explorando opções para a recolha de dados nacionais que sejam mutuamente compatíveis e comparáveis a nível da UE, discutindo formas eficazes de acompanhar os diplomados, incluindo a frequência ideal de inquéritos longitudinais e acompanhando o trabalho sobre o inquérito europeu aos diplomados, e comunicando os ensinamentos retirados por cada país.<sup>1</sup>

Este grupo de peritos, composto por 66 especialistas em política pública, incluindo decisores políticos, analistas de dados, investigadores e representantes de organizações de partes interessadas, estabeleceu uma série de recomendações para "continuar a desenvolver e apoiar a estratégia de acompanhamento dos percursos dos diplomados e o desenvolvimento de ferramentas a nível europeu e nacional"<sup>2</sup>. O grupo de peritos recomendou igualmente a adoção de uma abordagem em duas fases para o acompanhamento dos percursos dos diplomados. A primeira etapa consiste na criação de um Inquérito Europeu aos Diplomados como condição prévia que poderia gerar dados comparáveis sobre o acompanhamento dos diplomados, especialmente para os países que não dispõem de sistemas de acompanhamento dos diplomados. Numa segunda fase, o grupo de peritos recomendou que se melhorasse a recolha e a ligação de dados administrativos, em especial no que se refere à educação, à participação no mercado de trabalho e aos rendimentos<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> Comissão Europeia, Direção-Geral da Educação, Juventude, Desporto e Cultura, Recomendações do grupo de peritos, outubro de 2018-outubro de 2020, <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/c5669b4b-6adb-11eb-aeb5-01aa75ed71a1>

<sup>2</sup> idem

<sup>3</sup> idem

Portugal esteve envolvido nas três fases diferentes que se seguiram à recomendação do Conselho Europeu de 2017:

- **Inquérito Eurograduate** (1º piloto 2018 com 8 países - onde Portugal não participou, 2º piloto 2022 com 17 países, 3º fase 2026 com 25 países)
- Capacitação para uma **Iniciativa Europeia de Acompanhamento dos Diplomados (EGTI)** (2019-2022)
- **Rede Europeia de Acompanhamento dos Diplomados** (ENGT, criada em 2022 para apoiar a Comissão Europeia)

### 1.1.1. Capacitação para uma Iniciativa Europeia de Acompanhamento dos Diplomados (EGTI) (2019-2022)

O projeto EGTI foi o seguimento da recomendação do Conselho Europeu e tinha como objetivo a capacitação dos países para participarem em futuros exercícios de acompanhamento dos diplomados. O projeto EGTI foi implementado numa perspetiva de consultoria, juntamente com as suas organizações parceiras e uma série de peritos temáticos e nacionais, entre outubro de 2019 e junho de 2022. Este programa de capacitação, sob contrato com a Comissão Europeia e abrangendo os países da UE e do EEE, centrou-se em seis prioridades principais:

1. construir uma visão comum do EGTI entre os "grupos de utilizadores";
2. capacitação das instituições de ensino superior para participarem em inquéritos aos diplomados;
3. esboçar soluções específicas por país para a coordenação das medidas nacionais de acompanhamento dos diplomados existentes com um futuro inquérito europeu aos diplomados;
4. estabelecer a recolha de informações de contacto e consentimento dos diplomados numa base de dados central;
5. desenvolvimento da capacidade metodológica, informática e estatística (preparação da base de amostragem, estabelecimento de acordos de partilha de dados, ligação de dados administrativos de diferentes registos/bases de dados a dados resultantes de inquéritos); e
6. desenvolver um quadro estratégico (as mudanças necessárias no ambiente jurídico e na afetação de recursos) para os países que aderirem a um mecanismo europeu de acompanhamento dos diplomados.

O projeto de capacitação visava preparar o terreno para a implantação de um mecanismo europeu de acompanhamento dos diplomados, através da sensibilização e do desenvolvimento da capacidade dos países para acompanhar os diplomados. O projeto incluía quatro tarefas:

- **Tarefa 1: Análise da capacidade existente em cada país.** Esta tarefa consistiu numa análise documental da literatura e dos dados existentes, complementada por entrevistas com representantes de ministérios e peritos. O objetivo da tarefa 1 era analisar o desempenho de cada país em relação aos critérios necessários para a realização de um inquérito europeu completo de acompanhamento dos diplomados e identificar os desafios a enfrentar através da capacitação.



- **Tarefa 2: Desenvolvimento de roteiros estratégicos para cada país, a fim de satisfazer os requisitos de capacidade.** Esta tarefa consistiu na elaboração de um roteiro estratégico para cada país, a fim de cumprir os seis objetivos de reforço das capacidades identificados para o projeto, incluindo uma avaliação das necessidades, uma escolha do tipo de reforço das capacidades e um plano de recursos.

Os roteiros foram desenvolvidos com o envolvimento e a participação ativa das partes interessadas nos países em causa e incluíam um calendário de atividades bem definido. Os roteiros estratégicos constituíram um modelo para a execução das ações de capacitação e definiram também objetivos e indicadores de desempenho que permitiram acompanhar a evolução e os resultados do projeto.

- **Tarefa 3: Realização de ações de capacitação.** Esta tarefa consistiu na execução concertada do programa de capacitação adaptado às necessidades de cada país, tal como especificado nos roteiros. A equipa principal desenvolveu centralmente um conjunto de materiais de capacitação que foram adaptados e utilizados pelos peritos nacionais. A equipa principal também organizou e realizou *webinars* temáticos e atividades de aprendizagem entre pares.

O programa de capacitação foi executado a nível nacional por uma equipa de peritos nacionais experientes que trabalharam em estreita colaboração com as partes interessadas relevantes a nível nacional e com a equipa principal e os peritos temáticos da Ecorys. As atividades de capacitação realizadas foram adaptadas e flexíveis, adaptando-se às atitudes das partes interessadas e à evolução das políticas, tanto a nível europeu como nacional.

- **Tarefa 4: Avaliação final do estado de preparação para uma EGTI.** A tarefa final consistiu em apresentar uma avaliação do progresso global de cada país e formular recomendações à Comissão Europeia e às autoridades competentes sobre as novas medidas necessárias para o lançamento da EGTI. A avaliação baseou-se nas informações recolhidas pelos peritos nacionais ao longo do ciclo de vida do projeto e refletiu a avaliação que os peritos nacionais e as partes interessadas nacionais fizeram do grau de preparação dos seus países para participarem no EGTI.

#### 1.1.2. Rede Europeia de Acompanhamento dos Diplomados (desde 2022)

A Rede Europeia de Acompanhamento de Diplomados foi criada em 2022 para apoiar os países na implementação da Recomendação do Conselho Europeu sobre o acompanhamento de diplomados. A rede promove a cooperação, co-criação e a aprendizagem mútua dos países que participam no EGTI através:

- do proporcionar de oportunidades de colaboração para a aprendizagem entre pares, tanto na conceção como na implementação de sistemas de acompanhamento dos diplomados;
- da criação de um fórum de discussão e análise das soluções europeias e das abordagens comuns em matéria de recolha, comparação e análise dos dados relativos ao acompanhamento dos diplomados; e



- da reunião de conhecimentos especializados de um vasto leque de partes interessadas para apoiar os Estados-Membros da UE que estão a desenvolver e a utilizar dados administrativos e sistemas de inquérito para o acompanhamento dos diplomados.

A Rede baseia-se numa série de atividades realizadas ao longo dos últimos anos, incluindo, nomeadamente, o trabalho e as recomendações do Grupo de Peritos da Comissão Europeia sobre o acompanhamento dos percursos dos diplomados (2018-2020).<sup>4</sup> A Rede Europeia de Acompanhamento dos Diplomados foi formalmente lançada na reunião anual da Rede em maio de 2022. A Rede é composta por:

- pontos de focais nacionais designados pelos Estados-Membros da UE e pelos países do EEE para o acompanhamento dos percursos dos diplomados;
- representantes da Comissão Europeia - a Direção-Geral da Educação, da Juventude, do Desporto e da Cultura (DG EAC), a Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão (DG EMPL), o Eurostat, o Centro Comum de Investigação (JRC) e o Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP); e
- Partes interessadas a nível europeu e parceiros sociais que representam estudantes, estabelecimentos de ensino superior e de ensino e formação profissionais, professores e trabalhadores.

As tarefas de cada ponto de referência nacional são as de:

- participar nas atividades e reuniões organizadas no âmbito da Rede e assegurar a representação do país;
- apoiar a cooperação, o intercâmbio e a aprendizagem mútua entre os Estados-Membros no que respeita aos sistemas de acompanhamento dos percursos dos diplomados e ao seu desenvolvimento futuro a nível nacional e europeu;
- apoiar a execução dos programas de trabalho anuais da Rede;
- utilizar e divulgar informações provenientes e relacionadas com o acompanhamento dos percursos dos diplomados no seu sistema e manter um vasto leque de partes interessadas e instituições informadas sobre as atividades da rede;
- avançar e acompanhar os progressos do seu país na aplicação da recomendação do Conselho sobre o acompanhamento dos diplomados;
- analisar, publicar e promover os resultados do inquérito europeu aos diplomados para o setor do ensino superior;
- continuar a alargar a cobertura e a melhorar a qualidade das bases de dados administrativas que apoiam as medidas de acompanhamento dos diplomados e os dados europeus comparáveis;
- fornecer orientações ou conhecimento especializado sobre questões políticas ou técnicas (por exemplo, conceção e aplicação de inquéritos, integração de dados administrativos, proteção da privacidade e RGPD).
- participar no trabalho de partilha de dados sobre os diplomados que migram entre os Estados-Membros.

Todos os anos, será organizada uma série de atividades para e com a Rede Europeia de Acompanhamento dos Diplomados, incluindo

- uma reunião anual da Rede Europeia de Acompanhamento dos Diplomados;

---

<sup>4</sup> Relatório do grupo de peritos finalizado em novembro de 2020, publicado em fevereiro de 2021 - <https://op.europa.eu/s/oNEG>

- uma atividade de aprendizagem entre pares;
- um *webinar*; e
- reuniões dos grupos de trabalho temáticos.

A rede funciona numa base voluntária e incentiva os seus membros a usarem as atividades e decisões da rede. O trabalho da rede é apoiado pelo serviço de apoio e por peritos colaboradores.

## 1.2. Exercícios de acompanhamento dos diplomados em Portugal

Em consonância com os desenvolvimentos das iniciativas europeias de desenvolvimento de capacidades fornecidas pela EGTI, o ponto focal nacional realizou um diagnóstico do status quo português em setembro de 2020. Nesse relatório, em resposta aos potenciais obstáculos à implementação de um mecanismo europeu de acompanhamento dos percursos dos diplomados no país, os peritos afirmaram que a maioria dos esforços de acompanhamento dos diplomados tem sido liderado pelas instituições, nomeadamente devido à necessidade de recolher dados detalhados ao nível dos cursos e de ter em conta as especificidades institucionais. De facto, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) em Portugal impõe que as IES devem recolher dados dos diplomados. Por outro lado, para efeitos de acreditação, a Agência Nacional de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES) exige que a informação sobre o emprego dos diplomados seja recolhida ao nível do grau académico em cada exercício de acreditação do grau, o qual ocorre de 6 em 6 anos.

Por conseguinte, os esforços de acompanhamento dos diplomados no país estavam dispersos pelas instituições e foram discutidos esforços anteriores de recolha de dados centralizados a nível dos cursos, mas que nunca foram implementados. Foi também identificado que o facto de as IES terem os seus próprios exercícios de acompanhamento dos diplomados pode criar algumas dificuldades na obtenção da sua colaboração para uma iniciativa a nível nacional.

A partir de 2020, e em termos de acesso aos dados, foi identificada uma fragmentação entre diferentes entidades com responsabilidades estatísticas (desemprego no IEF, dados sobre os diplomados do ensino superior recolhidos pela DGEEC, e outros dados no INE), que tem vindo a impedir a integração de dados administrativos entre estas entidades para efeitos de acompanhamento dos diplomados.

Ao caracterizar o grau de preparação de Portugal em termos de capacidades técnicas e infra-estruturais para participar numa iniciativa europeia de acompanhamento dos percursos dos diplomados, a classificação foi "preparação limitada". Embora tenha sido identificado que a integração de dados administrativos seria uma possibilidade, foi identificada como "muito mais complexa" a implementação de um inquérito a nível nacional, que exigiria recursos adicionais e colaboração com as IES. Essa colaboração com as instituições foi identificada como fundamental para se obter uma boa taxa de resposta a esse inquérito.

Em termos da capacidade do país para dispor de informações atualizadas sobre os contactos dos diplomados, o relatório refere a existência de contactos ao nível de cada instituição. No entanto, isso cria outros obstáculos de coordenação e a necessidade de garantir o apoio de alto nível (ministério, agência de acreditação, sistema nacional de estatística) à iniciativa de

acesso a esses contactos. Por essa razão, as questões de privacidade dos dados foram identificadas como um grande obstáculo, visto não existir esse apoio de alto nível e um quadro jurídico que o apoie. Havia também a incerteza se as IES seriam capazes de manter os dados atualizados após os estudantes se diplomarem. O relatório classificou a cobertura das informações de contacto como limitada.

Em termos de necessidades de capacitação, o relatório identificou como tarefas de alta prioridade o envolvimento do Governo, tanto para implementar a abordagem centralizada como para clarificar o papel de cada interveniente no processo. Em termos de prioridades médias, foram levantadas questões como a implementação do inquérito, o financiamento e a necessidade de evitar a duplicação de esforços de acompanhamento dos diplomados entre as instituições e o governo.

### **1.2.1. Inquérito *Eurograduate* 2022**

Através do envolvimento crescente de Portugal no EGTI, a DGEEC formalizou a participação portuguesa no segundo projeto-piloto do Eurograduate. O principal objetivo deste projeto, descrito neste relatório, é a recolha de um conjunto de dados sobre os diplomados do sistema de ensino superior português relativamente às suas trajetórias no mercado de trabalho, perceções dos próprios sobre o seu grau académico, autoavaliação de competências, satisfação no trabalho, bem como sobre o seu envolvimento cívico e outros aspetos sociais. Este conjunto de dados permitirá garantir: 1) a comparabilidade com outros sistemas europeus de ensino superior, e 2) a representatividade do sistema de ensino superior português através de uma abordagem censitária.

Sendo esta a primeira tentativa nacional e centralizada para Portugal, o objetivo foi também construir uma estrutura que permitisse a repetição desta recolha de dados de quatro em quatro anos, de modo que os dados cobrissem o aspeto longitudinal dos diplomados do ensino superior. Isto envolveu a capacitação das instituições de ensino superior e a superação de algumas limitações relativas ao RGPD necessárias para obter informações de dados administrativos para futuras recolhas de dados. Por conseguinte, espera-se que este projeto tenha um impacto a longo prazo na recolha de dados sobre os diplomados em Portugal.

O projeto também tentou demonstrar a todos os intervenientes relevantes (instituições de ensino superior, governo, autoridades estatísticas, investigadores, famílias e diplomados) a importância do acompanhamento dos diplomados através dos resultados que serão apresentados nas atividades de divulgação e na produção de relatórios na fase posterior do projeto. Isto foi especialmente importante no caso do governo, cujo apoio é necessário para que o acompanhamento dos diplomados seja interpretado como um exercício a longo prazo; e das instituições de ensino superior (IES), cujo envolvimento é altamente necessário para a recolha de dados e contactos com os diplomados.

Embora este projeto tenha sido formalizado pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), foi desenvolvido em parceria com o Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (CIPES). Esta decisão prende-se com o facto de o CIPES ter sido o represen-

tante português em anteriores iniciativas europeias de acompanhamento de diplomados, nomeadamente as acima descritas, e de ter, por isso, as competências necessárias para apoiar a DGEEC na implementação deste projeto.

Um objetivo específico desta ronda do projeto *Eurograduate* foi fazer com que as IES participassem e unissem esforços diretamente na recolha de dados sobre os diplomados. Esta recolha dependeu das IES, uma vez que estas são as únicas entidades que têm os contactos e a autorização para contactar os seus diplomados para efeitos de recolha de dados. O CIPES trabalhou em estreita colaboração com os representantes das IES com o objetivo de 1) Sensibilizar para a importância dos exercícios de acompanhamento dos diplomados e para a comparabilidade dos resultados no sistema; 2) Fornecer um mapeamento dos exercícios de acompanhamento dos diplomados existentes no país, de modo a que o Inquérito Europeu aos Diplomados substitua as tentativas individuais das IES e evite a duplicação de esforços entre o exercício institucional e o exercício coordenado a nível nacional; 3) Prestar apoio metodológico às IES durante o processo de recolha de dados.

O RJIES e a A3ES constituíram já importantes motivações legais para as instituições procurarem mecanismos eficazes de recolha de dados sobre os diplomados. Além disso, enquanto a equipa do projeto estava a traduzir e a colocar o inquérito na plataforma *LimeSurvey*, o Tribunal de Contas português publicou um relatório em julho de 2022<sup>5</sup> relativo a uma auditoria à empregabilidade dos diplomados do ensino superior em Portugal. Na auditoria, o Tribunal alega que, embora os indicadores de empregabilidade tenham sido disponibilizados aos estudantes e às famílias para informar as suas decisões sobre o ensino superior, estes indicadores eram uma medida deficiente do nível de desemprego, levando assim a decisões mal informadas, nomeadamente promovendo a expansão de graus que poderiam potencialmente ter níveis de desemprego mais elevados. Além disso, o Tribunal indicou que nenhuma medida de desemprego existente engloba todos os aspetos do emprego, tais como os salários e a adequação do domínio e das competências dos diplomados ao seu posto de trabalho. Em termos gerais, o Tribunal conclui pela falta de informação sobre o desemprego dos diplomados portugueses e formula recomendações para melhorar essa informação, nomeadamente através da formulação, pelo Ministério, de "um quadro legal para a monitorização da empregabilidade" no país.

O relatório cita o inquérito do projeto *Eurograduate* como uma possível solução para mitigar este problema e, de facto, nas reuniões que foram realizadas com as instituições de ensino superior durante a implementação do *Eurograduate*, o tema surgiu frequentemente. Este relatório apresenta os aspetos metodológicos e os principais resultados do projeto *Eurograduate*, mas é de facto mais ambicioso e pretende ser um trampolim para um procedimento mais abrangente de recolha de dados sobre os diplomados em Portugal, em linha com a recomendação do Conselho Europeu, mas também com o que já está previsto no RJIES, A3Es, e suscitado pelo Tribunal de Contas. No penúltimo capítulo deste relatório, a equipa de implementação apresenta recomendações metodológicas dirigidas ao MCTES, a fim de se obter um procedimento mais consistente de recolha de dados sobre os diplomados e formar o "quadro legal para a monitorização da empregabilidade", tal como solicitado pelo Tribunal de Contas.

---

<sup>5</sup> Disponível em <https://www.tcontas.pt/pt-pt/ProdutosTC/Relatorios/RelatoriosAuditoria/Documents/2022/rel024-2022-2s.pdf>

### 1.3. Uma visão geral do Eurograduate 2022

A implementação portuguesa do Eurograduate Survey é descrita na secção 2. No entanto, a Tabela 1.1 dá uma visão geral de como Portugal se compara com os outros países que também implementaram o inquérito. Devido à opção de realizar um censo em Portugal, o país acabou por ser o que teve mais respondentes, o que - juntamente com a discussão sobre a representatividade na secção seguinte - prova o sucesso da iniciativa portuguesa. O quadro revela ainda que o país tem uma taxa de resposta semelhante à de outros países. Em termos de métodos de recolha de dados, enquanto outros países complementaram os seus contactos por correio eletrónico, com contactos telefónicos e por correio, Portugal encontra-se entre a maioria dos países que apenas utilizaram o correio eletrónico. A maioria dos países utilizou dados administrativos, para os quais Portugal contribuiu com a identificação do grau do inquirido que foi inserido no inquérito, mas apenas para algumas instituições de ensino superior. Finalmente, a abordagem de contacto portuguesa foi descentralizada - com os contactos a serem enviados pelas instituições de ensino superior. De notar que cerca de metade dos países utilizou uma abordagem centralizada, o que demonstra que esta é uma solução viável para obter informação sobre os diplomados.

**Tabela 1.1. Panorama europeu da participação dos países**

País	Taxa de resposta válida	Inquéritos válidos	Canal de convite	Incentivos	Modo de recolha de dados	Contacto
Áustria	57%	12 433	Carta	Sim	inquérito <i>online</i> (+ dados administrativos: BG)	Centralizado
Bulgária	5%	3 604	Email	Não		Descentralizado
Croácia	14%	3 119	----	----		----
Chipre	6%	1 360	Email	Sim		Descentralizado
República Checa	12%	7 317	Email	Sim		Descentralizado
Alemanha	15%	6 665	Email	Sim		Centralizado
Estónia	19%	3 651	Email	Sim		Centralizado
Grécia	21%	17 663	Email e telefone	Não		Descentralizado
Hungria	7%	6 795	Email	Não		Centralizado
Itália	70%	3 340	Email e telefone		Entrevistas telefónicas + inquérito <i>online</i> + dados administrativos	Centralizado
Letónia	8%	1 454	Email	Sim	inquérito <i>online</i> (+ dados administrativos: LV, NO, PT, RO)	Centralizado
Malta	5%	982	----	----		----
Noruega	20%	4 874	Email	Não		Centralizado
Portugal	13%	18 327	Email	Não		Descentralizado
Roménia	1%	1 545	Email	Não		Centralizado
Eslováquia	9%	3 867	Email e carta	Não		Centralizado
Eslovénia	21%	5 217	Carta	Não		Centralizado

O Consórcio do projeto *Eurograduate* produzirá um ficheiro de utilização científica para uso dos investigadores que trabalham sobre o tema. A abordagem metodológica para uso desse ficheiro será detalhada num outro relatório preparado pelo consórcio, e os dados estarão disponíveis durante 2024. Para o subconjunto português dos dados, a DGEEC disponibilizará um ficheiro semelhante, que só poderá ser utilizado mediante pedido e acedido apenas a partir do *safe center* da DGEEC.

## 2. Implementação Portuguesa do inquérito *Eurograduate*

### 2.1. População

A população para o inquérito *Eurograduate* incluiu todos os diplomados de Portugal dos anos letivos de 2016-2017 e 2020-2021, com algumas exceções. Em primeiro lugar, ao nível institucional, foram excluídas as instituições de ensino superior militares devido à diferente natureza do perfil destes diplomados no mercado de trabalho, visto que estes diplomados estão normalmente já contratados pelas Forças Armadas. Todas as outras instituições foram incluídas. Os doutorados (Nível 8 da Classificação Internacional Tipo de Educação (ISCED)) também foram excluídos, uma vez que estes correspondem a um subconjunto muito específico de diplomados, para os quais já existem outros inquéritos, como o *Careers on Doctorate Holders* (CDH) e o *Mobility Survey of the Higher Education Sector* (MORE). Por conseguinte, o *Eurograduate* centrou-se apenas nos níveis ISCED 5, 6 e 7. A inclusão do ISCED 5 era facultativa, e como tal nem todos os países participantes consideraram este subconjunto.

Ao comparar o número de diplomados das estatísticas oficiais com o que se considera ser o âmbito do *Eurograduate*, nem todos os diplomados oficiais foram incluídos. Alguns diplomados que foram incluídos como diplomados no registo oficial português eram de grau ISCED 6, que já estavam integrados com estudos de um nível ISCED 7, ou seja, diplomados ISCED 6 provenientes de mestrados integrados. Por conseguinte, não se espera que estes diplomados entrem imediatamente no mercado de trabalho, uma vez que já escolheram os seus estudos posteriores. Estes diplomados seriam também corretamente inquiridos após a conclusão do seu nível ISCED 7, pelo que é eliminada uma possível duplicação. Uma análise da DGEEC<sup>6</sup> mostra que mais de 90% destes diplomados (do nível ISCED 6) acabam por prosseguir os seus estudos no mestrado integrado correspondente. Por isso, foram excluídos os diplomados do nível 6 da ISCED de um mestrado integrado.<sup>7</sup>

Para a obtenção de informação desta população, utilizaram-se os números oficiais presentes na abordagem estatística da DGEEC, por ser a oficial de Portugal. Todos os diplomados antes de 31 de dezembro de 2017 são considerados diplomados para 2016-2017. No entanto, devido à pandemia e às regras de avaliação específicas que foram realizadas nesse período, o período de tempo a partir do qual os diplomados foram considerados pertencentes a 2020-2021 foi alargado do final de dezembro de 2021 para o final de fevereiro de 2022, o que significa

---

<sup>6</sup> Prosseguimento de estudos entre os diplomados de licenciatura em 2020/21, DGEEC, disponível em <https://www.dgeec.medu.pt/api/ficheiros/6579991c7276e99ba53fc1df>

<sup>7</sup> Naturalmente, estão incluídos os diplomados do ISCED 7 de um mestrado integrado.

que um diplomado de janeiro de 2022 foi considerado como parte da população diplomada de 2020-2021.

Por conseguinte, a população considerada para o *Eurograduate* em Portugal tinha 67 250 diplomados em 2016-2017 e 80 928 diplomados em 2020-2021. A Tabela 2.1 apresenta estes diplomados divididos por nível ISCED e tipo de IES. Como Portugal tem um sistema de ensino superior em expansão, o número de diplomados em 2020-2021 foi significativamente maior do que em 2016-2017, como esperado.

**Tabela 2.1 - População relevante de diplomados portugueses por coorte, tipo de instituição e nível de ensino**

	Tipo de instituição	ISCED 5 (CTeSP)	ISCED 6 (Licenciaturas)	ISCED 7 (Mestrados)	ISCED 7 (Mestrados Integrados)	Total
2016/2017	Universidade pública		15 730	9 890	7 055	32 675
	Politécnico público	2 569	15 935	3 479		21 983
	Universidade privada		5 567	2 157	1 152	8 876
	Politécnico privado	644	2585	487		3 716
	Total	3 213	39817	16 013	8 207	67 250
2020/2021	Universidade pública		18 185	11 980	6 998	37 163
	Politécnico público	3 702	18 496	4 130		26 328
	Universidade privada		7 371	2 924	1 167	11 462
	Politécnico privado	1 460	3 802	713		5 975
	Total	5 162	4 7854	19 747	8 165	80 928

Para que os diplomados dos níveis ISCED 6 e do ISCED 7 participassem no *Eurograduate*, foi dada aos países a opção de contactar apenas uma parte dos diplomados, utilizando uma amostra estratificada. Para efeitos de generalização, esta amostra teria de ser efetuada utilizando como critérios a coorte, o nível ISCED e as 20 áreas científicas definidas pelo consórcio *Eurograduate*. Os países foram também incentivados a incluir outras variáveis para estratificação, caso se preveja que sejam relevantes para o país, tais como o sexo, o tipo de instituição ou a região dos diplomados.

Para Portugal, a opção foi a de efetuar um censo. Esta opção foi considerada uma vantagem, uma vez que o esforço necessário para distribuir o inquérito através de uma amostra seria semelhante ao de um censo, uma vez que teria de ser contactado o mesmo número de IES. Foi também uma oportunidade para Portugal capacitar e acrescentar experiência às suas IES no contacto com os seus diplomados.

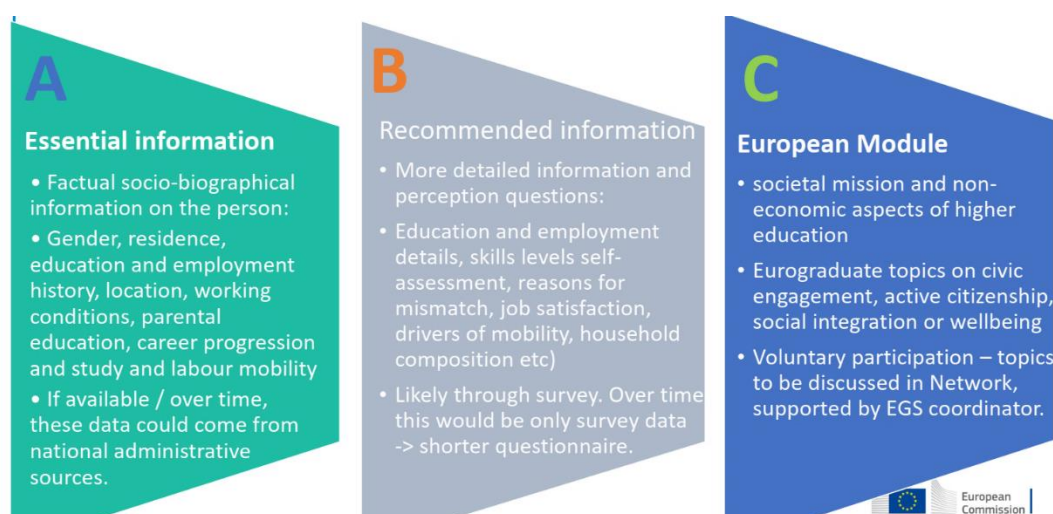
## 2.2. O questionário

O inquérito-piloto *Eurograduate* 2022 consiste num questionário organizado em três módulos (A, B e C) e dividido em seis secções— Percurso Académico, Percurso Profissional, Competências, Mobilidade regional, Módulo União Europeia e Contexto pessoal e socioeconómico. O módulo A inclui informações cruciais sobre os diplomados e é obrigatório para todos os países;



os módulos B e C incluem informações recomendadas e sobre valores sociais, respetivamente, pelo que são opcionais. A figura 1 resume a informação contida em cada módulo.

**Figura 1 – Informação por módulo do questionário**



Portugal optou por incluir todos os módulos, fornecendo uma quantidade mais rica de informações sobre os diplomados. No entanto, este facto aumentou consideravelmente a extensão do questionário, o que ameaçou a taxa de resposta em comparação com a aplicação de um inquérito com menos módulos. Como explicado mais adiante, isto levou a equipa a implementar uma série de iniciativas e procedimentos para minimizar esse risco. Este foi considerado um risco importante a correr para obter o máximo possível de informação de qualidade relativamente a cada inquirido.

Relativamente às seis secções do questionário, a primeira secção, percurso académico, inclui perguntas sobre os graus académicos relativos à coorte do diplomado, experiências no estrangeiro durante o programa de estudos do ensino superior, qualificações recebidas antes de entrar no ensino superior e graus académicos obtidos antes ou depois de entrar no ensino superior. A segunda secção, percurso profissional, inclui perguntas sobre o emprego atual (se estiver empregado), o primeiro emprego após a licenciatura e o desemprego (se estiver desempregado). A secção das competências é relativa às competências que o diplomado possui ou que são exigidas no emprego atual. A secção mobilidade regional inclui perguntas sobre o local de residência. O módulo União Europeia questiona os diplomados sobre os seus valores democráticos, sociais e sustentáveis. Finalmente, a última secção, contexto pessoal e socioeconómico, diz respeito a questões sociodemográficas do inquirido.

O questionário foi implementado no *LimeSurvey*<sup>8</sup>. O *LimeSurvey* é uma plataforma de código aberto para a conceção de questionários que permite, em comparação com outras plataformas, escolher diretamente o servidor em que os dados são armazenados, estando assim em conformidade com o RGPD e com o que foi exigido pelo consórcio *Eurograduate*. Além disso, o *LimeSurvey* permite o envio de links individuais a cada diplomado para garantir que 1) nenhum diplomado possa duplicar a sua própria resposta; 2) o número de inquiridos fora da população

<sup>8</sup>O questionário pode ser explorado através da seguinte hiperligação: <http://eurograduate.inqueritos.min-educ.pt/index.php/496168?lang=en>.

definida para este inquérito seja reduzido ao mínimo, dado que uma única fuga de informação através de um link geral poderia permitir que um grande número de pessoas interferisse no questionário.

### 2.3. Recolha de dados

Como explicado anteriormente, a recolha de dados foi descentralizada, gerida pelas instituições, enquanto o questionário propriamente dito foi centralizado na DGEEC. Como a DGEEC não possui os contactos dos diplomados, optou-se por distribuir os inquéritos através das IES. Embora esta fosse a única opção, as IES são também o veículo adequado para realizar o inquérito, uma vez que os diplomados estão mais motivados para responder a um inquérito que vem diretamente da sua antiga IES em vez de um gabinete nacional de estatística. Além disso, algumas IES do sistema têm já alguma experiência na realização destes inquéritos, e essa experiência seria útil para este exercício. De certa forma, e dada a natureza piloto do *Eurograduate*, esta opção também permitiu avaliar a capacidade das instituições de ensino superior para contactar os seus próprios diplomados e avaliar o grau de eficácia das suas redes de antigos alunos.

Esta forma descentralizada de contacto com os diplomados implicou alguma coordenação entre a DGEEC e as instituições. Este desafio foi particularmente exigente devido à existência de um link individualizado para cada diplomado da população. Este requisito significa que as instituições teriam de ser capazes de enviar e-mails personalizados aos seus diplomados e que essa informação sobre qual o diplomado associado a cada link não poderia ser fornecida à equipa de implementação para que a identidade do diplomado não fosse revelada.

A equipa de implementação concebeu um ficheiro Excel a partir do qual ambas as equipas comunicariam, e as ligações individuais seriam transmitidas sem qualquer outra troca de informações. Isto significa que a equipa de implementação teria acesso às respostas ao inquérito, mas não à informação de dados pessoais associada à ligação, e a instituição de ensino superior saberia a quem enviar a ligação, mas não teria acesso à informação do inquérito.

Este procedimento levou a que a equipa de implementação tivesse várias reuniões individuais com cada IES. Os objetivos da reunião foram os seguintes: 1) Convidar as instituições de ensino superior a participar no *Eurograduate*, fornecendo uma motivação para a participação no projeto; 2) Informar as instituições sobre os benefícios da sua participação, que incluíam a realização de um inquérito sem custos de implementação; a obtenção do seu subconjunto de dados relativos aos seus diplomados; e a obtenção de um relatório institucional comparativo da equipa de implementação entre os diplomados e o resto do sistema.

As reuniões decorreram entre outubro de 2022 e dezembro de 2022. Cada reunião teve uma duração entre 30 e 45 minutos. Todas as reuniões foram realizadas com o vice-reitor, vice-presidente ou com técnicos com responsabilidades na área da empregabilidade/*alumni*. Durante as reuniões, os procedimentos para o lançamento do questionário foram cuidadosamente abordados, e as perguntas das IES foram respondidas durante ou após a apresentação.

Após as reuniões, cada IES teria de enviar um ficheiro Excel com o número de diplomados em cada coorte. Em alternativa, a equipa de implementação convidou as IES a fornecerem informação adicional sobre os seus diplomados, nomeadamente o seu curso e a unidade orgânica.

No caso dessas instituições, essa informação seria pré-preenchida no questionário, o que aumentou a precisão da resposta a este respeito e reduziu o tempo de resposta dos inquiridos. A equipa de execução envidou outros esforços para melhorar a taxa de resposta. Foi fornecido um modelo para as instituições enviarem mensagens de correio eletrónico aos seus diplomados, bem como elementos visuais para as instituições publicarem conteúdos nas suas redes sociais ou sítios Web, a fim de aumentar a sensibilização dos seus antigos alunos para o inquérito *Eurograduate*.

Este procedimento individual exigido por esta opção descentralizada significou que nem todas as instituições puderam ser abrangidas pela nossa abordagem. Isto aconteceu quer porque algumas instituições tinham diplomados de 2016-2017 e já tinham encerrado, mas principalmente porque algumas instituições não participaram no inquérito. Participaram 78 instituições de ensino superior portuguesas, o que incluiu todas as IES públicas (embora uma tenha sido excluída devido a uma falha no procedimento de envio dos inquéritos), e 43 instituições privadas, o que correspondeu a aproximadamente 50% das instituições em 2016/2017, mas a uma cobertura de uma proporção significativamente maior (96,66%) de diplomados nesse ano. A Tabela 2.2 mostra a cobertura real da população devido à não inclusão de todas as instituições do sector privado. Enquanto todo o sector público e quase todos os diplomados das universidades privadas foram abrangidos, há uma falta de cobertura nos politécnicos privados. No total, cerca de 96,6% dos diplomados em Portugal foram abrangidos pelo estudo.

**Tabela 2.2 - Percentagem de cobertura dos diplomados por coorte e tipo de instituição**

	Tipo de instituição	Universo	Diplomados abrangidos	% de cobertura
2016/2017	Universidades públicas	32 675	32 675	100,00%
	Politécnicos públicos	21 983	21 983	100,00%
	Universidades privadas	8 876	8 195	92,33%
	Politécnicos privados	3 716	2 148	57,80%
	Total	67 250	65 001	96,66%
2020/2021	Universidades públicas	37 163	37 163	100,00%
	Politécnicos públicos	26 328	26 319	99,97%
	Universidades privadas	11 462	10 662	93,02%
	Politécnicos privados	5 975	3 922	65,64%
	Total	80 928	78 066	96,46%

#### 2.4. Limpeza de dados

O procedimento de limpeza de dados tem como objetivo considerar apenas na análise 1) os casos que responderam a uma parte substancial do questionário, uma vez que o seu preenchimento é um indicador de empenho; e 2) as respostas que são plausíveis, uma vez que a equipa efetuou verificações de plausibilidade para avaliar se algumas respostas ao nível das

variáveis fazem sentido. Este procedimento foi replicado e uniformizado noutros países do *Eurograduate*, de modo que os casos válidos considerados sejam semelhantes em todos os países.<sup>9</sup>

A fim de avaliar se algumas das respostas incompletas eram consideradas casos válidos, o inquirido tinha de responder a uma proporção mínima de perguntas cruciais. Só foram consideradas válidas as respostas dos inquiridos que responderam a pelo menos 50% de todas as perguntas cruciais a que se esperava que respondessem.

Para os restantes inquiridos e ao nível das variáveis, foram efetuadas verificações de plausibilidade para garantir que apenas os valores pertinentes em cada variável são considerados no conjunto final de dados. Para dar um exemplo notável, os valores das competências foram considerados implausíveis sempre que um diplomado respondia a todas as competências com o mesmo número na escala de 1 a 7. Isto excluiu cerca de 1300 valores de competências. Depois de avaliar todas estas implausibilidades nas variáveis, os inquiridos com demasiados valores implausíveis foram também considerados inválidos.

**Tabela 2.3 - Taxas de resposta e de resposta válida**

Critérios	Universo	Respostas	Taxa de resposta	Respostas válidas	Taxa de resposta válida
<b>Coorte</b>					
2016-2017	67 250	15 112	22,4%	7 453	11,1%
2020-2021	80 928	19 612	24,2%	10 827	13,4%
Total	148 178	34 724	23,4%	18 280	12,3%

Tal como apresentado na Tabela 2.3, do conjunto de dados portugueses compilados a partir do *LimeSurvey*, apenas 18 280 respostas de um total de 34 724 foram consideradas válidas. 7 453 em 15 112 da coorte de 2016/2017 e 10 827 em 19 612 de 2020/2021. Isto corresponde a uma cobertura de 12,3% da população-alvo em ambas as coortes.

## 2.5. Generalização e ponderação

Em termos de representatividade dos resultados da amostra respondente, em primeiro lugar, será apresentada uma comparação entre a amostra válida e a população em algumas variáveis-chave. De seguida, descreve-se o procedimento de ponderação utilizado nas análises que serão levadas a cabo neste relatório.

Para cada país, o consórcio *Eurograduate* exigiu que os inquiridos fossem ponderados de acordo com algumas variáveis-chave. As variáveis obrigatórias eram a coorte, dividida em 2016-2017 e 2020-2021; a área científica do curso, de acordo com as 20 áreas utilizadas pelo consórcio; e o nível ISCED, dividido em ISCED 6 e ISCED 7. De seguida, cada país foi convidado a introduzir as variáveis-chave necessárias para uma ponderação de casos mais adequada para esta-

<sup>9</sup> As orientações para a validade dos casos no Eurograduate podem ser consultadas num futuro documento do consórcio *Eurograduate* intitulado "Technical Report".

belecer a generalização. Para Portugal, foram consideradas como variáveis-chave o género, dividido entre masculino e feminino (as pessoas não-binárias representavam 0,6% da amostra e não foram utilizadas como critério de ponderação); e o tipo de instituição, dividido entre as quatro combinações possíveis de subsector público-privado e subsistema universitário-politécnico. A Tabela 2.4 apresenta, para cada critério, a proporção de diplomados na amostra e na população-alvo. A tabela mostra uma ligeira sobre representação das mulheres e dos diplomados de 2020-2021 na amostra em relação à população, mas, de um modo geral, as proporções da amostra ajustam-se bem ao universo.

**Tabela 2.4 - Comparação entre o universo e a amostra válida segundo diferentes critérios**

Critérios	Universo	Amostra	% Universo	% de amostra
<b>Coorte</b>				
2016-2017	67 250	7 453	45,39%	40,77%
2020-2021	80 928	10 827	54,61%	59,23%
<b>Nível ISCED</b>				
5 (CTeSP)	8 375	688	5,65%	3,76%
6 (Licenciatura)	87 671	11 069	59,17%	60,55%
7 (Mestrado)	52 132	6 523	35,18%	35,69%
<b>Género</b>				
Masculino	60 740	6 830	41,00%	37,36%
Feminino	87 404	11 450	59,00%	62,64%
<b>Tipo de instituição</b>				
Universidades públicas	69 838	9 088	47,13%	49,72%
Politécnicos públicos	48 311	5 659	32,60%	30,96%
Universidades privadas	20 338	2 741	13,73%	14,99%
Politécnicos privados	9 691	792	6,54%	4,33%

Nota: Não existem diferenças significativas entre coortes para as três dimensões analisadas (nível ISCED, género, tipo de instituição). Quer em percentagem do Universo, quer em percentagem da Amostra.

A Tabela 2.5 apresenta a distribuição da amostra de acordo com as 20 áreas científicas propostas pelo consórcio *Eurograduate*. Não existe um desequilíbrio significativo entre as áreas de estudo e mais de 10% dos diplomados de cada área foram abrangidos, com exceção dos diplomados em Formação de Professores, Medicina e Medicina Dentária e Serviços.

**Tabela 2.5 - Comparação entre o universo e a amostra válida por área científica**

Critérios: área de estudo	Universo	Amostra	% Universo	% amostra
Área desconhecida	76	12	0,05%	0,07%
Ciências da educação	1 899	305	1,28%	1,67%
Formação de professores	4 895	428	3,30%	2,34%
Artes	11 027	1 271	7,44%	6,95%
Humanidades (exceto línguas)	2 035	349	1,37%	1,91%
Línguas	3 260	520	2,20%	2,84%
Ciências sociais, jornalismo e informação	12 207	1 776	8,24%	9,72%
Psicologia	4 821	783	3,25%	4,28%
Ciências empresariais e administração	27 448	2 906	18,53%	15,90%
Direito	7 131	1 016	4,81%	5,56%
Ciências naturais, matemática e estatística	9 180	1 639	6,20%	8,97%
Tecnologias da informação e comunicação	3 377	388	2,28%	2,12%
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	22 747	2 792	15,36%	15,27%
Arquitetura e urbanismo	1 972	262	1,33%	1,43%
Agricultura, silvicultura, pesca e ciências veterinárias	2 986	377	2,02%	2,06%
Medicina e medicina dentária	5 119	388	3,46%	2,12%
Saúde	12 004	1 409	8,10%	7,71%
Ciências farmacêuticas	2 030	251	1,37%	1,37%
Proteção Social	3 842	505	2,59%	2,76%
Serviços	10 078	903	6,80%	4,94%

Em seguida, a fim de atribuir um peso a cada caso para obter uma generalização, foi utilizado um procedimento de *raking*. O *raking* altera iterativamente o peso de cada caso na amostra até que a distribuição da amostra corresponda à distribuição da população. Quando é fornecida apenas uma variável de generalização, o procedimento de *raking* é equivalente a atribuir pesos iguais ao rácio das proporções entre a amostra e a população, ponderando dessa forma mais os casos que estão sub-representados e vice-versa. No entanto, quando são utilizadas várias variáveis de generalização, o rácio de proporções entre a amostra e a população torna-se inviável, uma vez que é provável que uma única combinação tenha muito poucos casos ou mesmo zero. Por exemplo, seria difícil encontrar muitos casos de diplomados do sexo masculino do ISCED 7 em Serviços, em 2016/2017, provenientes de politécnicos públicos. O *raking* é então utilizado para alterar os pesos de cada combinação possível na amostra, de modo a que esta corresponda à população para todas as variáveis-chave a nível agregado, mesmo que cada combinação individual não satisfaça esta propriedade. Por conseguinte, é uma opção adequada para uma abordagem multivariável. O *raking* foi um dos procedimentos de ponderação sugeridos pelo consórcio *Eurograduate*, embora tenham sido também propostos outros métodos. No entanto, todos os países *Eurograduate* utilizaram um dos procedimentos de ponderação validados pelo consórcio.

### 3. Sistema de ensino superior e perfil demográfico dos diplomados

#### 3.1. Estatísticas sociodemográficas da amostra *Eurograduate*

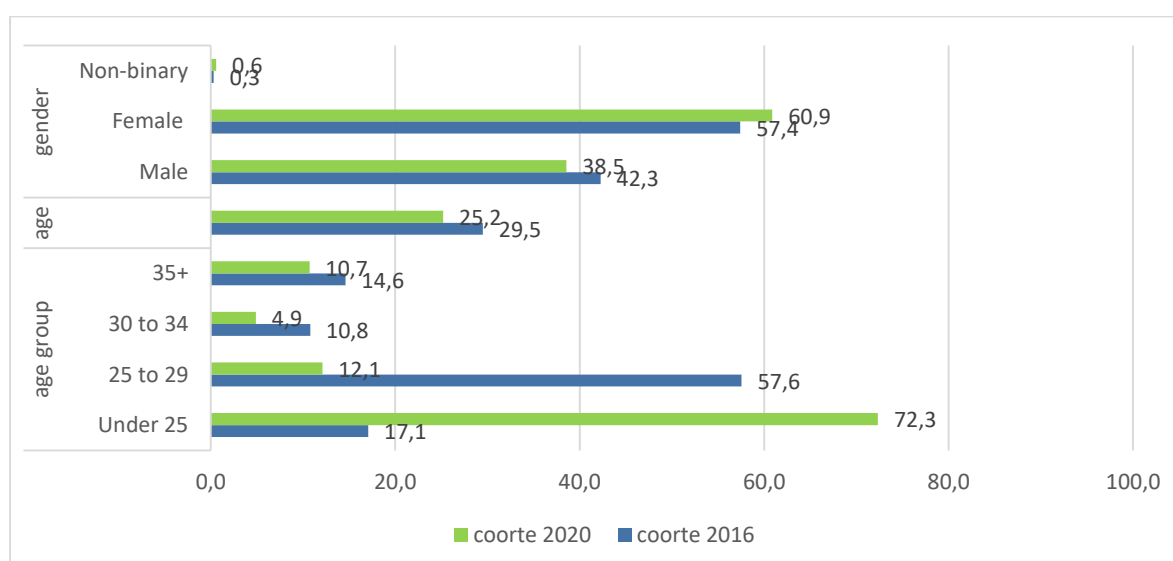
O inquérito *Eurograduate* abordou duas coortes de inquiridos: os diplomados que concluíram os seus estudos em 2020/2021 e os diplomados que concluíram os seus estudos 5 anos antes do período do inquérito – daqui em diante "coorte de 2020" e "coorte de 2016", respetivamente. A proporção das coortes listadas na amostra ponderada final é a seguinte: 45,5% dos respondentes são da coorte de 2016 e 54,5% da coorte de 2020 (Tabela 3.1)

**Tabela 3.1: Distribuição dos inquiridos do GE por coortes, %**

Coorte	Frequência	%	Acumulado %
2016/2017	8 323	45,5	45,5
2020/2021	9 957	54,5	100
Total	18 280	100	

A idade média dos diplomados da coorte de 2020 é de 25,2 anos e a idade média dos diplomados da coorte de 2016 é de 29,5 anos. Em ambas as coortes prevalecem os inquiridos do género feminino. A percentagem de mulheres na coorte de 2020 é de 60,9% e de 57,4% na coorte de 2016. A percentagem de homens é de 38,5% e 42,3%, respetivamente. A percentagem de inquiridos não binários é de 0,6% na coorte recente e de 0,3% na coorte de 2016. Na coorte recente, 72,3% dos diplomados têm menos de 25 anos de idade, enquanto 10,7% dos diplomados pertencem ao grupo dos diplomados com 35 anos ou mais (Figura 3.1).

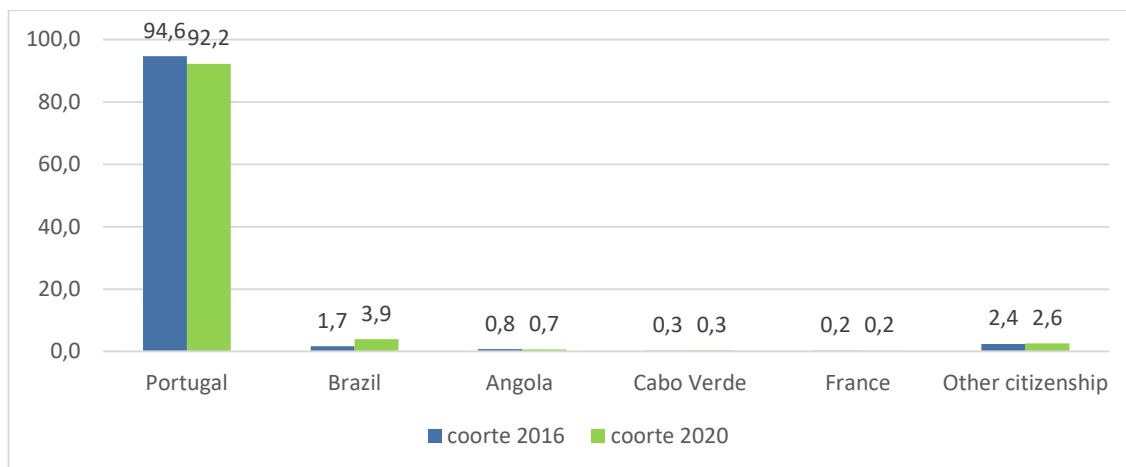
**Figura 3.1: Distribuição dos diplomados da amostra por características sociodemográficas (género, idade, grupo etário) e coortes, %**





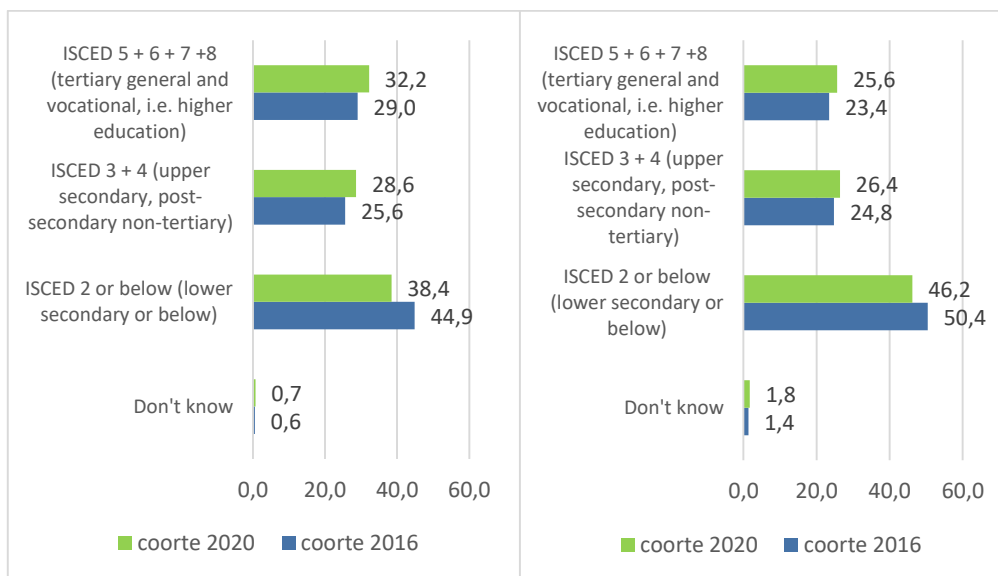
A maioria dos diplomados tem nacionalidade portuguesa em ambas as coortes (94,6% em 2016 e 92,2% em 2020). Consequentemente, a percentagem de diplomados com nacionalidade não portuguesa aumentou durante este período de 5,4% para 7,8%. A maior percentagem de diplomados internacionais na amostra provém de países de língua portuguesa: Brasil (1,7% em 2016 e 3,9% em 2020), Angola (0,8% em 2016 e 0,7% em 2020) e Cabo Verde (0,3% em ambas as coortes). A percentagem de diplomados de todos os outros países é de 2,4% na coorte de 2016 e de 2,6% na coorte de 2020. (Figura 3.2).

**Figura 3.2: Cidadania dos diplomados por país e coortes, %**



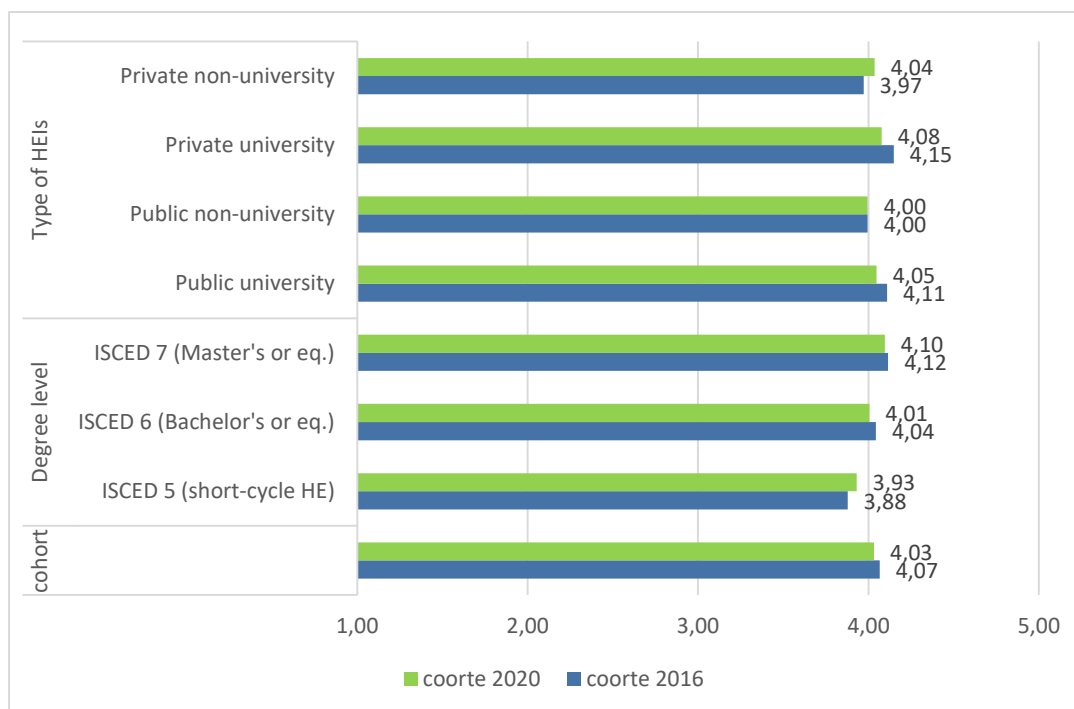
A distribuição dos diplomados por escolaridade dos pais é apresentada na Figura 3.3. Na coorte de 2020, 32,2% das mães ou tutoras dos diplomados têm ensino superior e 25,6% dos pais ou tutores dos diplomados têm ensino superior. Uma percentagem muito elevada de pais (sobretudo pais ou tutores) de diplomados em Portugal possui apenas o ensino básico (Figura 3.3). De um modo geral, o nível de escolaridade dos pais da coorte de 2020 é superior ao nível de escolaridade dos pais da coorte de 2016.

**Figura 3.3: Nível de habilitações dos pais dos diplomados por coorte, % (nível de habilitações da mãe ou tutora à esquerda e do pai ou tutor à direita)**



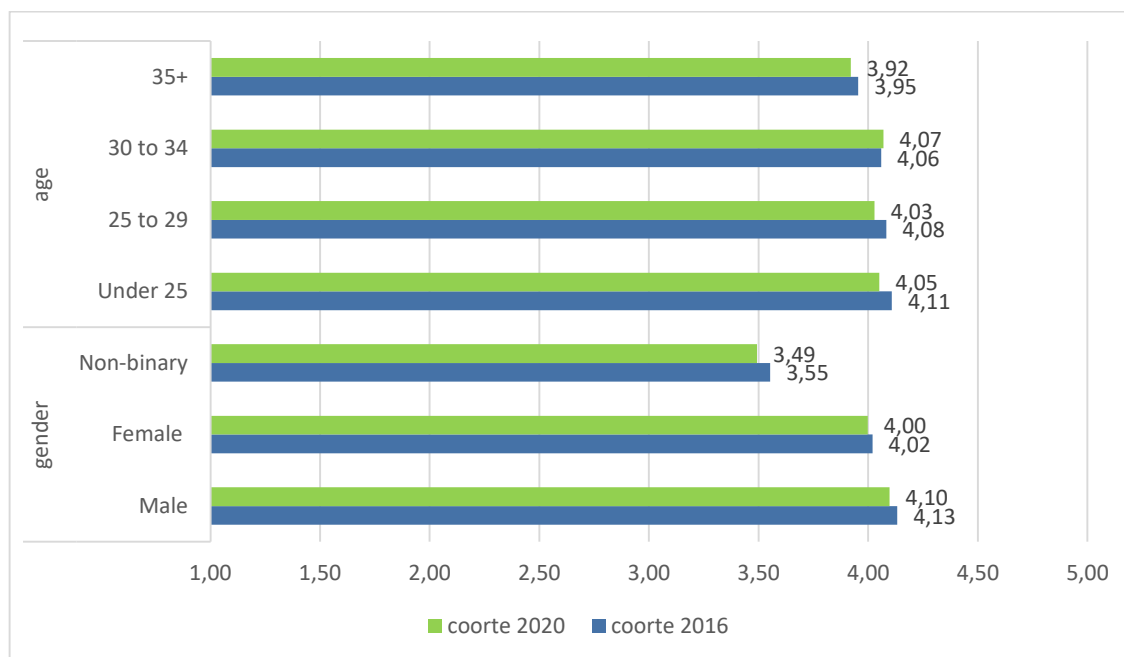
Outra medida importante das características sociodemográficas dos diplomados é a sua autoavaliação da saúde. Em média, os diplomados da coorte de 2016 avaliam a sua saúde em 4,07 numa escala de 5, enquanto os diplomados da coorte de 2020 avaliam a sua saúde em 4,03 numa escala de 5, o que corresponde a um nível de saúde "bom". (Figura 3.4).

**Figura 3.4: Autoavaliação da saúde dos diplomados por características educativas (tipo de IES, nível de licenciatura) e coortes, (1 - muito mau, 5 - muito bom), média**



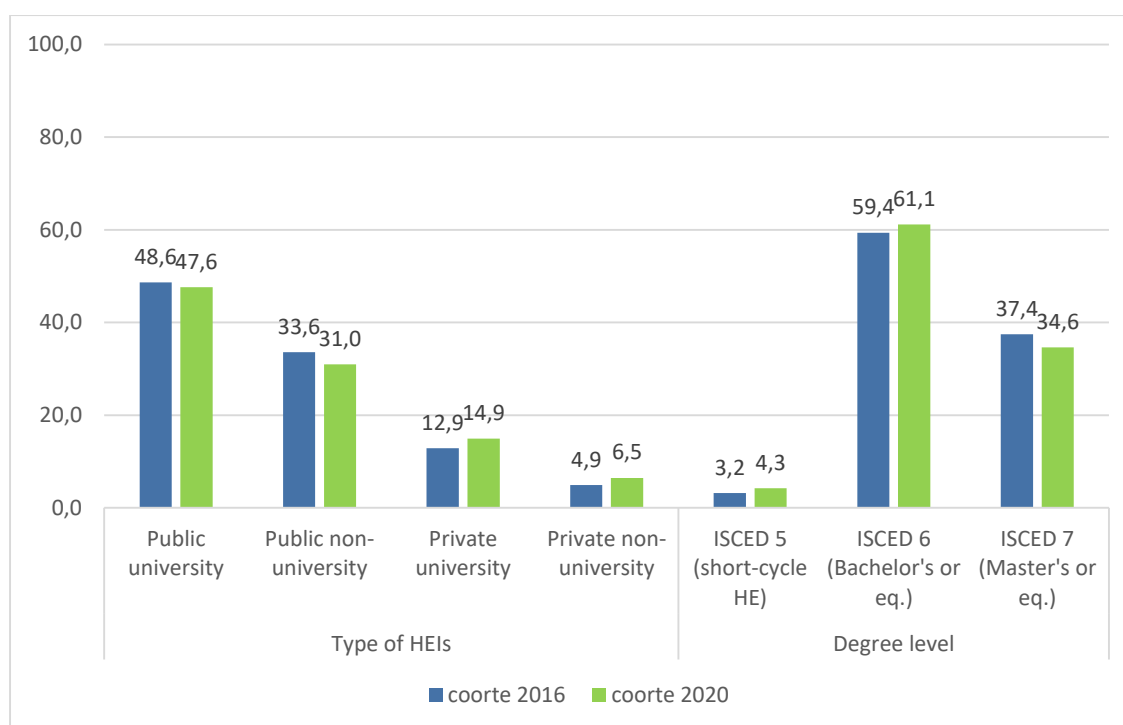
A autoavaliação da saúde aumenta com o nível de educação e diminui com a idade dos diplomados. Os homens declaram ter melhor saúde do que as mulheres. O nível de saúde mais baixo de todos os subgrupos da amostra é registado pelas pessoas não-binárias (Figura 3.5).

**Figura 3.5: Autoavaliação da saúde dos diplomados por características sócio-demográficas (idade, género) e coortes, (1 - muito má, 5 - muito boa), média**



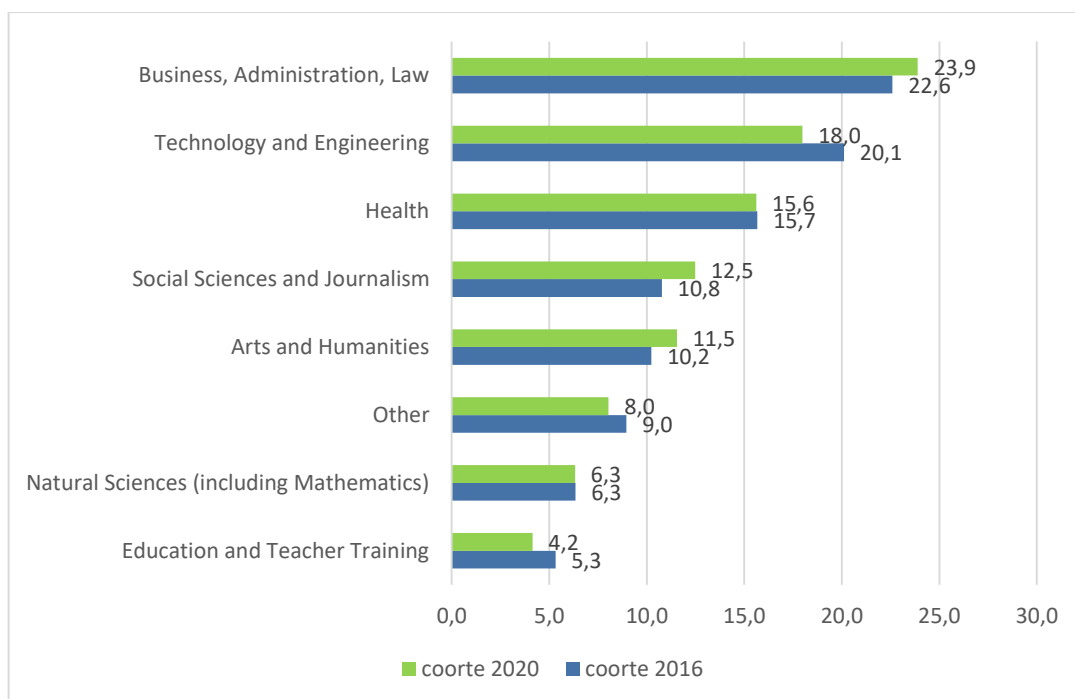
### 3.2. Principais características do ensino superior

As principais características educativas dos inquiridos são apresentadas na [Figura 3.6](#). A maioria dos diplomados concluiu os seus estudos com um diploma de licenciatura (59,4% na coorte de 2016 e 61,1% na coorte de 2020). A percentagem de diplomados com um mestrado é de 37,4% na coorte de 2016 e de 34,6% na coorte de 2020. Um pouco menos de metade dos diplomados concluíram a sua formação em universidades públicas (48,6% e 47,6% para as coortes de 2016 e 2020, respetivamente) e 33,6% e 31,0%, respetivamente - em institutos politécnicos públicos. A quota relativa do ensino do sector privado em Portugal é relativamente baixa. Cerca de 12,9% dos diplomados de 2016 e 14,9% dos diplomados de 2020 concluíram os seus estudos em universidades privadas, enquanto apenas 4,9% dos diplomados de 2016 e 6,5% dos diplomados de 2020 o fizeram em institutos politécnicos privados.

**Figura 3.6: Características educativas dos diplomados, por coorte, %**

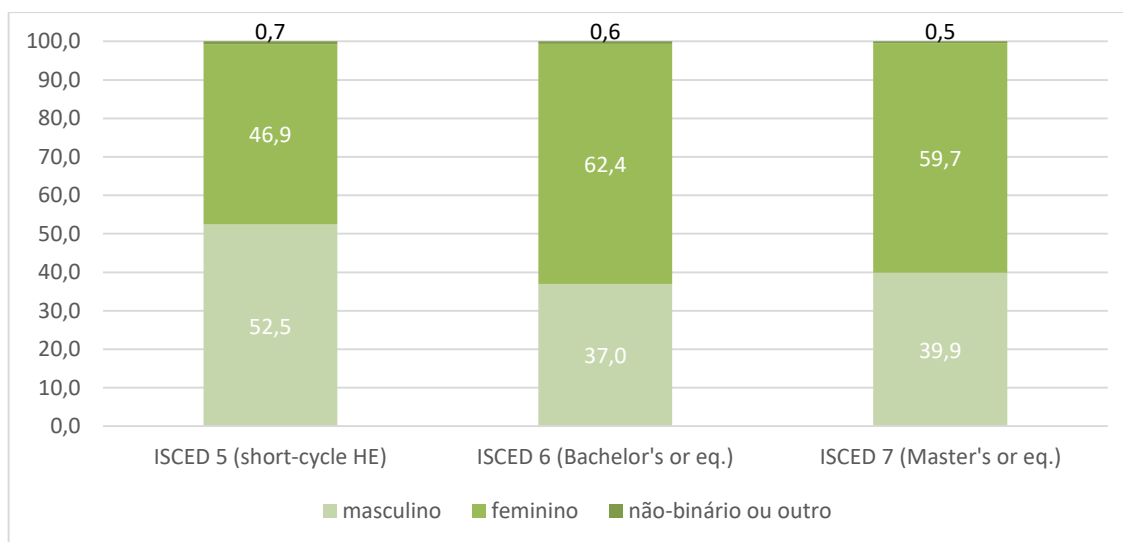
As áreas de estudo mais frequentes entre os diplomados da amostra são Ciências Empresariais, Administração e Direito (22,6% na coorte de 2016, 23,9% na coorte de 2020) e TICs e engenharia, indústrias transformadores e construção (20,1% na coorte de 2016, 18% na coorte de 2020). A Saúde (15,7% na coorte de 2016, 15,6% na coorte de 2020), as ciências sociais, jornalismo e informação (10,8% na coorte de 2016, 12,5% na coorte de 2020) e as artes e humanidades (10,2% na coorte de 2016, 11,5% na coorte de 2020) estão também bem representadas na amostra. A percentagem mais baixa de diplomados da amostra obteve o grau em ciências naturais e educação. Durante os últimos cinco anos, a percentagem de diplomados em TICs e engenharia, indústrias transformadores e construção e em educação diminuiu, o que foi compensado por um aumento da percentagem de diplomados em ciências Empresariais, administração e direito; ciências sociais, jornalismo e informação e artes e humanidades (Figura 3.7).

**Figura 3.7: Distribuição dos diplomados por áreas de estudo e coortes, % do total de diplomados por coorte**



Existem diferenças significativas entre os géneros em função do nível e das áreas de estudo. No grupo recente, os homens são a maioria nos programas de ensino superior de ciclo curto e as mulheres nos programas de nível ISCED 6 e 7. As diferenças na distribuição dos géneros entre os programas de licenciatura e de mestrado não são muito significativas (Figura 3.8).

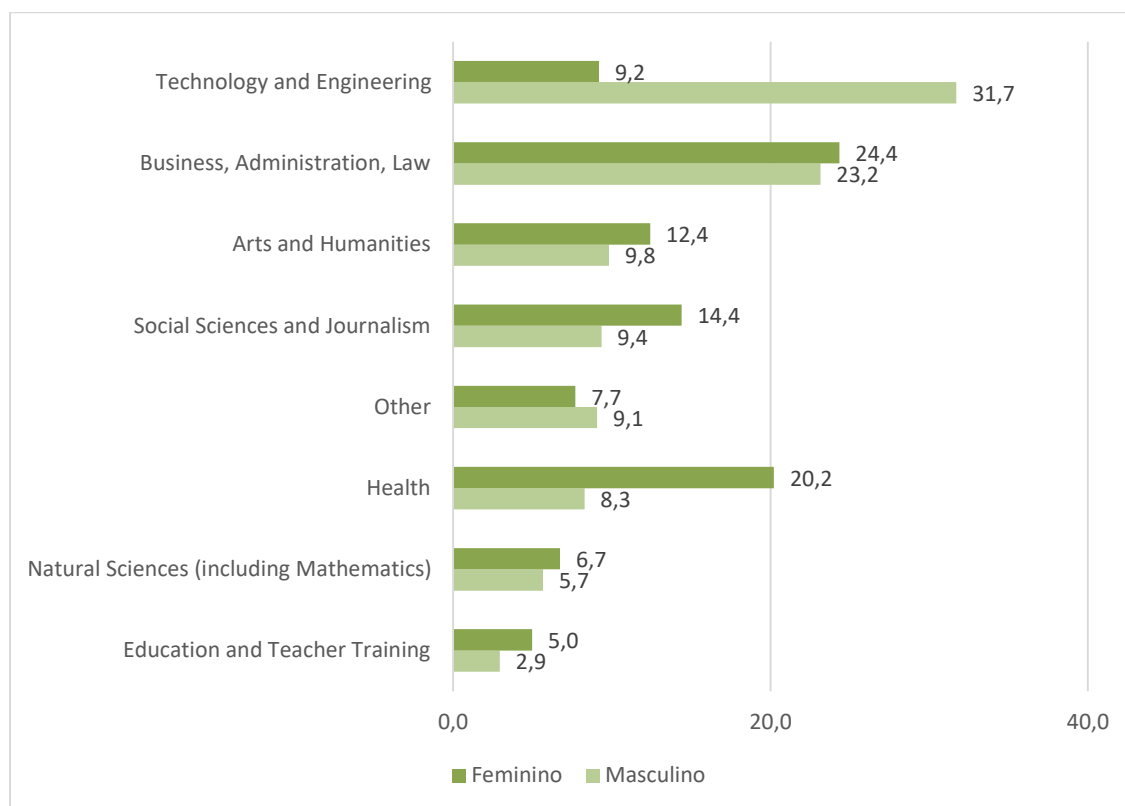
**Figura 3.8: Diplomados por género e grau, coorte 2020, %**



As diferenças de género na frequência das diferentes áreas de estudo são mais significativas. A maior diferença entre os géneros é observada na área de TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção, que são dominadas pelos homens (31,7% de licenciados do género masculino e apenas 9,2% de licenciadas do género feminino). Pelo contrário, as ciências sociais, jornalismo e informação e saúde podem ser consideradas áreas de estudo com mais

presença de mulheres. Outros domínios, incluindo o mais popular de ciências empresariais, administração e direito, são mais equitativos em termos de distribuição por género (Figura 3.9).

**Figura 3.9: Diplomados por género e área de estudo, coorte 2020, % do total de diplomados por grau**



## 4. Experiência académica

### 4.1. Modos de ensino e aprendizagem

Utilizando a metodologia de Meng et al.<sup>10,11</sup>, considerámos 4 modos principais de ambientes de aprendizagem: o modo de aulas, com um domínio das aulas teóricas no processo de estudo; o modo de aprendizagem baseada em problemas (PBL); o modo de aulas e o modo PBL; e o outro modo, que não se enquadra em nenhuma das categorias anteriores. A análise mostra que, em 2020, apesar de algum crescimento no PBL em comparação com 2016, o modo de aulas continua a dominar. Na coorte mais recente, 56,0% dos inquiridos estavam principalmente envolvidos no ambiente de aulas, 33,6% - tanto em aulas como no PBL e apenas 3,1% dos diplomados estavam envolvidos principalmente no PBL. Os diplomados de 35 anos ou mais têm relativamente mais probabilidades de estudar em PBL. Os estudos a nível de mestrado recorrem menos frequentemente ao modo de aulas, em comparação com os estudos a nível de licenciatura (Tabela 4.1).

**Tabela 4.1: Ambiente de aprendizagem por nível de ensino, tipo de IES, género, grupos etários e coortes, %**

Categorias	Coorte 2016				Coorte 2020			
	aulas	PBL	aulas e PBL	outros	aulas	PBL	aulas e PBL	outros
<b>Coorte</b>	57,9	2,8	33,3	6,0	56,0	3,1	33,6	7,3
<b>Nível de estudos</b>								
ISCED 5 (CTesP)	48,9	1,8	44,1	5,2	43,1	3,3	44,9	8,7
ISCED 6 (Licenciatura)	59,4	2,4	31,9	6,3	57,9	3,1	31,6	7,4
ISCED 7 (Mestrado)	56,3	3,5	34,6	5,7	54,3	3,1	35,8	6,9
<b>Tipo de IES</b>								
Universidade pública	60,7	3,2	29,1	7,0	59,7	3,4	28,8	8,0
Público não universitário	55,6	2,1	37,3	5,1	52,3	3,2	38,2	6,3
Universidade privada	55,7	3,3	34,7	6,3	55,4	2,5	35,4	6,8
Privado não universitário	51,5	2,1	43,3	3,1	48,3	1,5	42,2	8,0
<b>Género</b>								
Masculino	53,7	3,7	35,6	7,0	50,4	3,9	38,1	7,6
Feminino	61,0	2,1	31,5	5,4	59,7	2,5	30,8	7,0
Não binário	54,3	4,9	40,8	0,0	47,0	8,2	27,6	17,2
<b>Faixa etária</b>								
Menos de 25 anos	61,5	2,4	31,9	4,2	57,7	3,1	33,7	5,6
25 a 29	59,5	2,4	32,9	5,2	54,8	2,3	33,8	9,0
30 a 34	54,3	2,3	37,0	6,5	51,4	1,9	37,3	9,5
35+	51,4	5,2	32,6	10,8	48,5	4,6	31,4	15,5

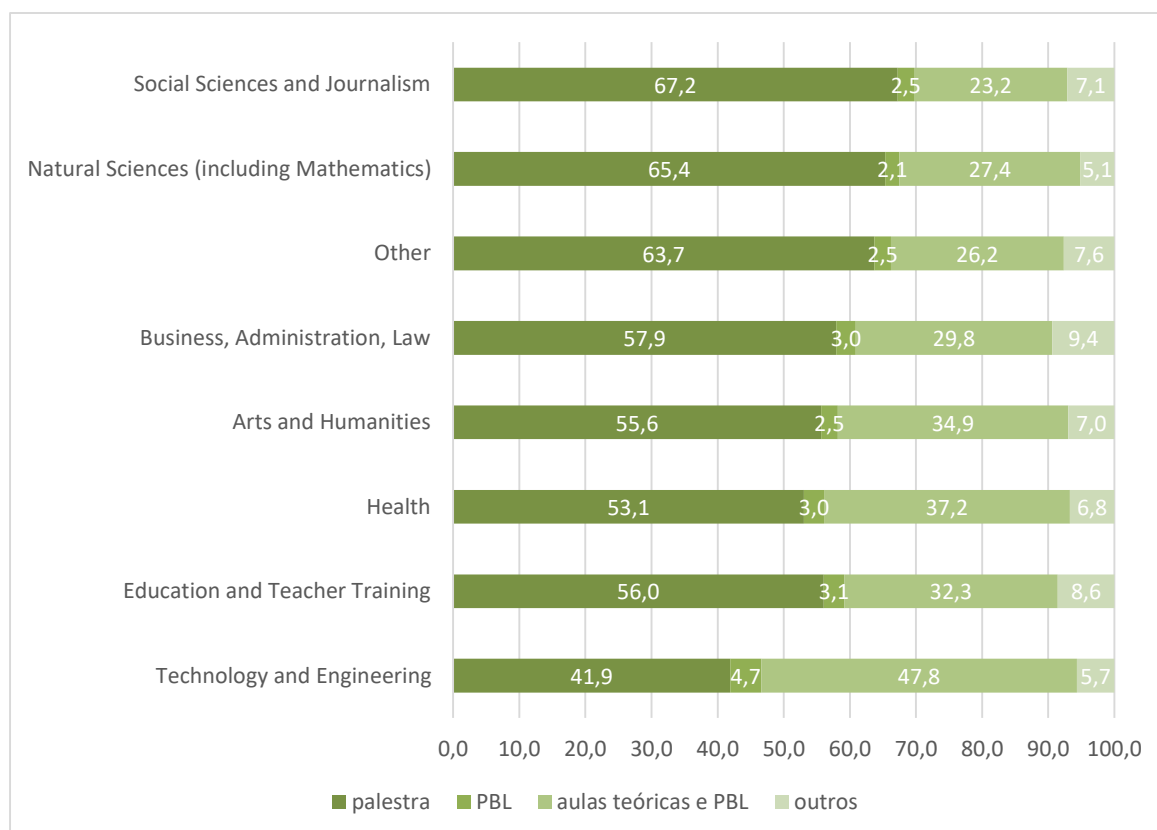
<sup>10</sup> Meng, C. M. (2006). Discipline-Specific or Academic? Acquisition, Role and Value of Higher Education Competencies. [Doctoral Thesis, Maastricht University]. ROA. <https://doi.org/10.26481/dis.20060126cm>

<sup>11</sup> Meng, C., Wessling, K., Mühleck, K., & Unger, M. (2020). Eurograduate pilot survey: Design and implementation of a pilot European graduate survey.



Existem diferenças nos modos de ensino e aprendizagem por áreas de estudo. Diplomados em ciências sociais, jornalismo e informação, bem como em ciências naturais, recorreram mais ao ambiente de aprendizagem baseado em aulas, enquanto a abordagem de PBL foi mais utilizada em TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção e, neste domínio, os diplomados referiram a menor orientação para a aprendizagem baseada em aulas teóricas (Figura 4.1).

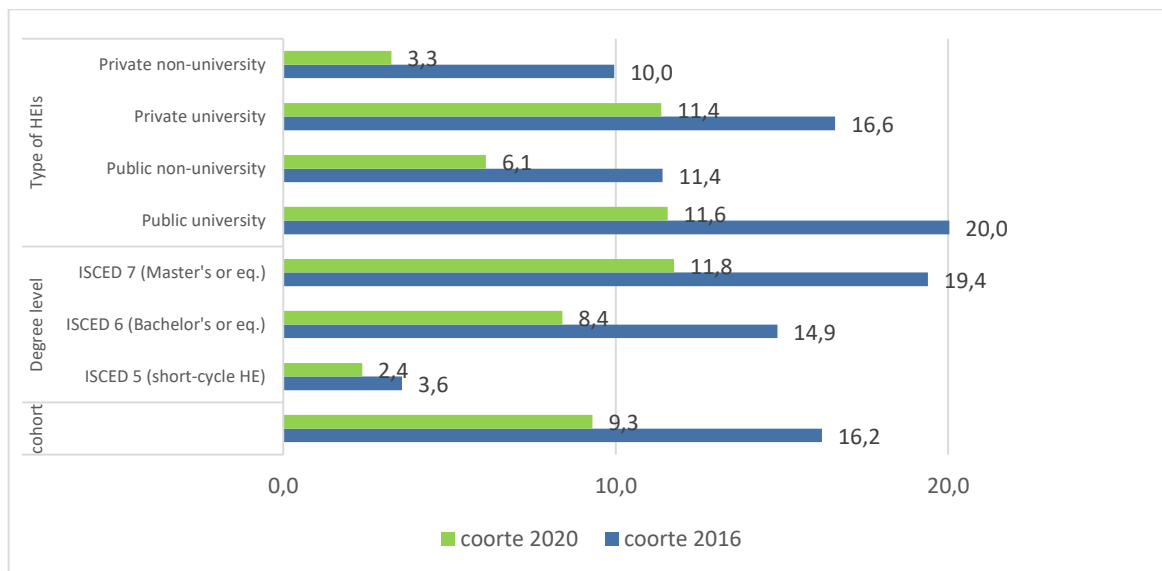
**Figura 4.1: Ambiente de aprendizagem por áreas de estudo na coorte de 2020, %**



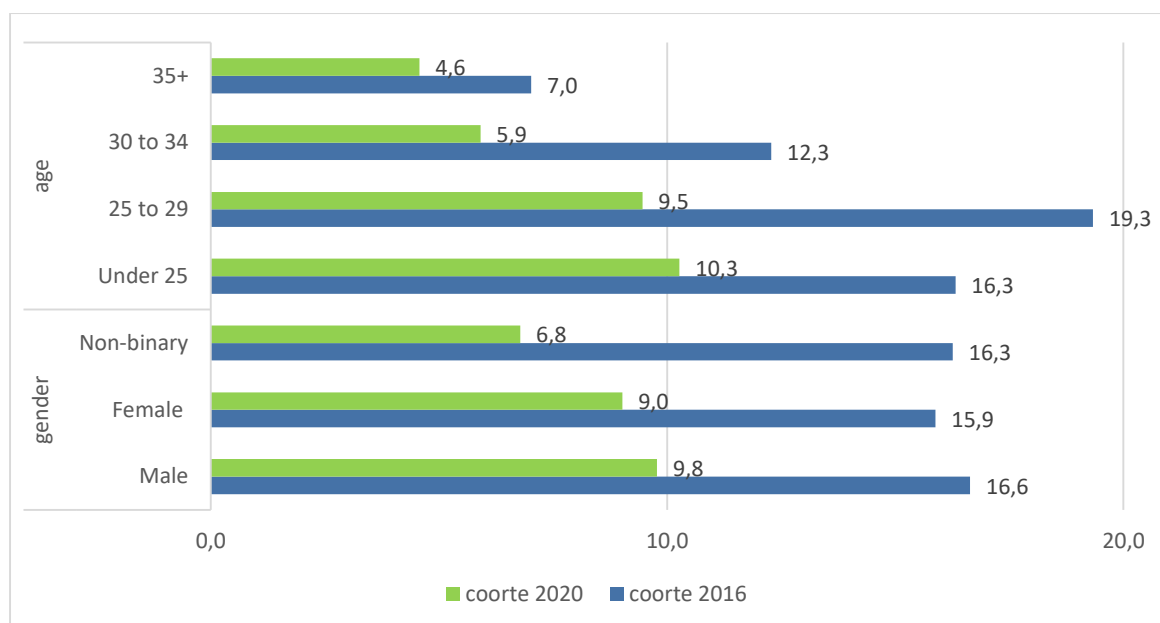
#### 4.2. Experiência no estrangeiro, no âmbito do programa de estudos

Existem diferenças entre coortes no que respeita à percentagem de diplomados com experiência internacional: 16,2% dos diplomados da coorte de 2016 adquiriram experiência internacional no âmbito do seu programa de estudos, ao passo que, entre os diplomados da coorte de 2020, apenas 9,3% tiveram essa experiência. Os diplomados de mestrado são mais participativos em mobilidade internacional do que os diplomados de licenciatura em ambas as coortes e os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto são menos suscetíveis de participar na mobilidade internacional (Figura 4.2). Os diplomados do género masculino tendem a participar em programas de mobilidade internacional com mais de frequência do que as diplomadas de género feminino (Figura 4.3)

**Figura 4.2: Proporção de diplomados com experiência internacional como parte do programa de estudos, por características educativas (tipo de IES, nível de estudos) e coortes, %**

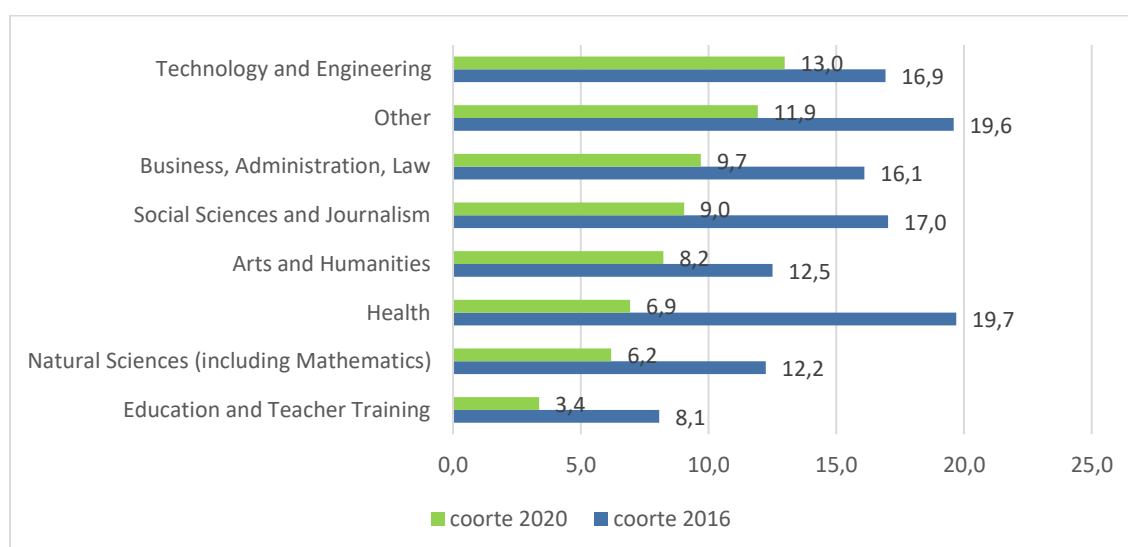


**Figura 4.3: Proporção de diplomados com experiência internacional como parte do programa de estudos, por características sociodemográficas (idade, género) e coortes, %**



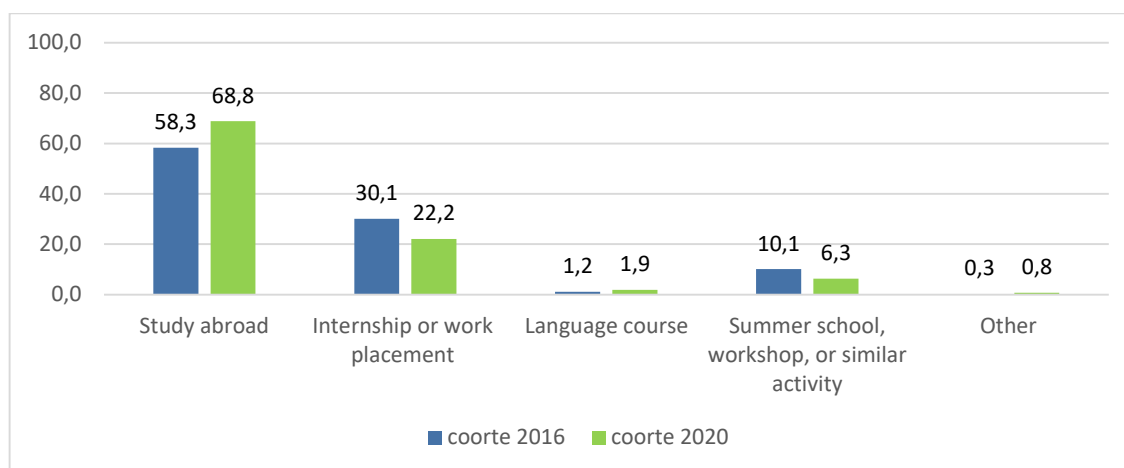
Por áreas de estudo, na coorte mais recente, a percentagem mais elevada de diplomados com experiência internacional como parte do seu programa de estudos é observada para os diplomados em TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção e no grupo "outras áreas", que inclui diplomados em serviços; agricultura, silvicultura, pescas, veterinária e programas genéricos. Percentagens relativamente elevadas de diplomados com experiência internacional são comuns em Saúde (com a percentagem mais elevada na coorte de 2016); ciências sociais, jornalismo e informação; TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção; e ciências empresariais, administração e direito. Os cursos de educação e de ciências naturais registam a percentagem mais baixa de diplomados com experiência internacional (Figura 4.4).

**Figura 4.4: Diplomados com experiência internacional como parte do programa de estudos, por áreas de estudo e coortes, %**



O tipo mais popular de experiência internacional é estudar no estrangeiro (68,8% em 2020 e 58,3% nas coortes de 2016, entre os diplomados que declararam ter tido alguma experiência internacional). O estágio ou colocação profissional é o segundo tipo de experiência internacional mais comum e o terceiro são as escolas de verão, workshops ou atividades semelhantes. Os cursos de línguas são o tipo de experiência mais invulgar (Figura 4.5).

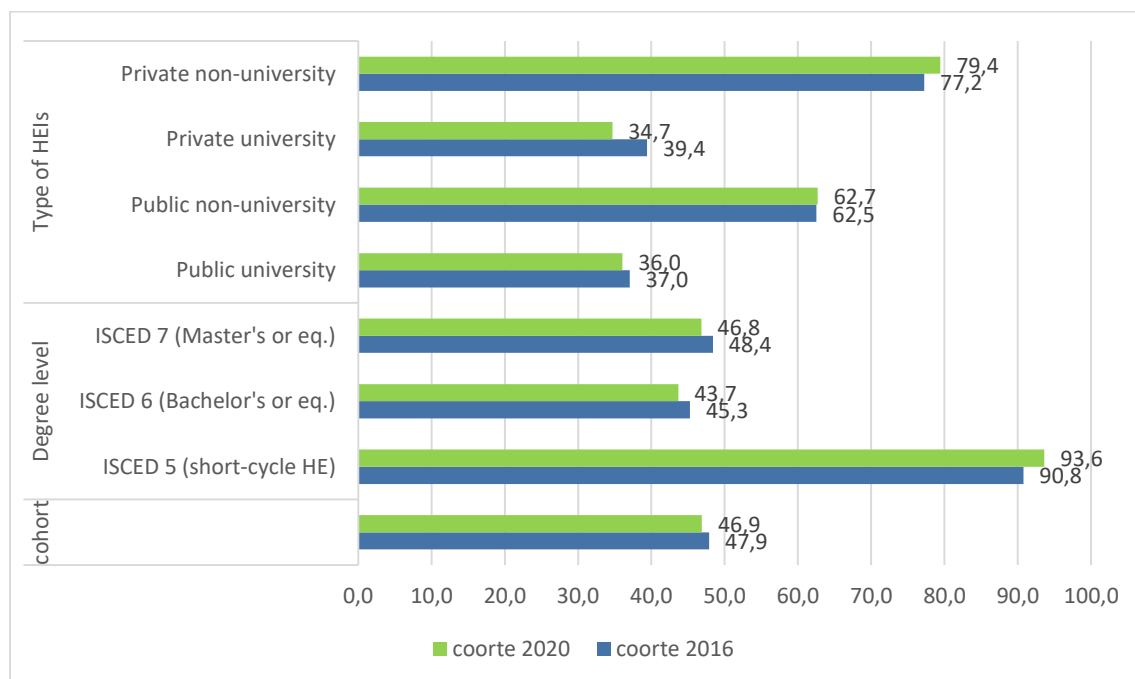
**Figura 4.5: Diplomados com experiência internacional como parte do programa de estudos, por tipo de experiência e coortes, %**



### 4.3. Experiência no mercado de trabalho durante os estudos

A percentagem de diplomados com experiência no mercado de trabalho relacionada com os estudos durante os mesmos é de 47,9% para a coorte de 2016 e de 46,9% para a coorte de 2020. A combinação de estudos e trabalho parece ser um padrão comum para os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto, nos quais 9 em cada 10 diplomados adquiriram experiência de trabalho durante os seus estudos. No caso das licenciaturas, em média, 43,7% a 45,3% dos diplomados adquirem experiência de trabalho durante os estudos. A percentagem de diplomados de mestrado que adquiriram experiência de trabalho durante o seu programa de estudos é de 48,4 % na coorte de 2016 e de 46,8 % na coorte de 2020 (Figura 4.6). Os diplomados do género feminino são relativamente mais propensos a participar em atividades profissionais durante os estudos do que os do género masculino (51,3% e 43,3% na coorte de 2016, 49,9% e 42,3% na coorte de 2020, respetivamente) (Figura 4.7).

**Figura 4.6: Proporção de diplomados com alguma experiência no mercado de trabalho relacionada com os estudos, por características educativas (tipo de IES, nível de estudos) e coortes, %**

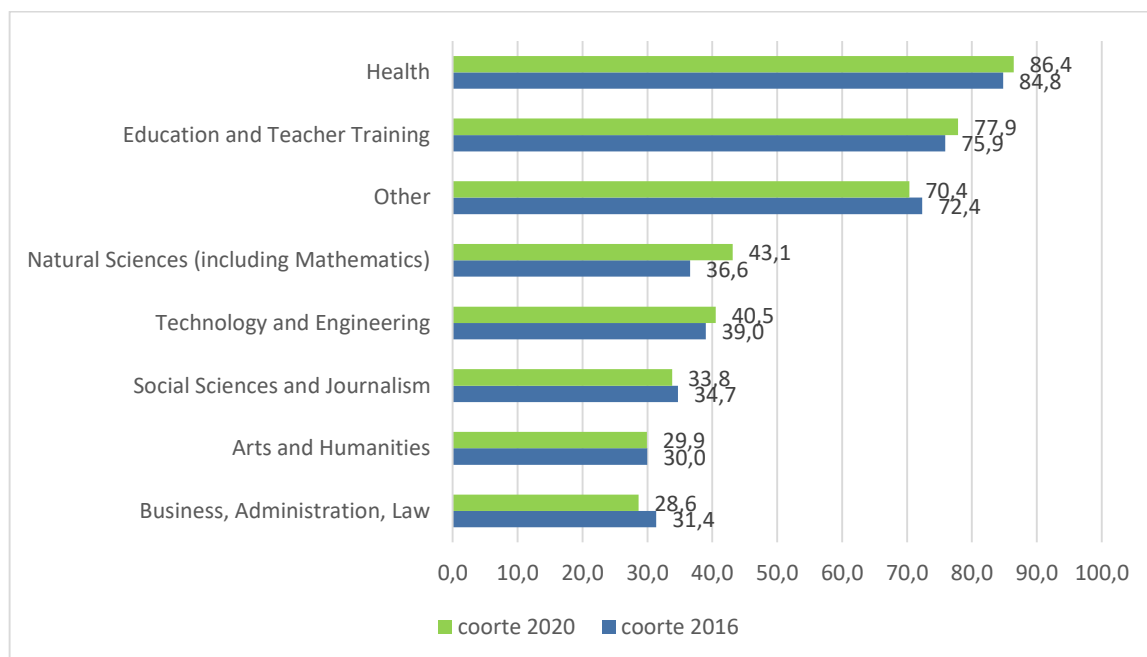


Por áreas de estudo, os licenciados em Saúde e Educação têm mais probabilidades de conciliar estudos e trabalho durante os estudos, enquanto os diplomados em ciências empresariais, administração e direito; artes e humanidades; e ciências sociais, jornalismo e informação têm menos probabilidades de conciliar estudos e trabalho (Figura 4.8).

**Figura 4.7: Proporção de diplomados com alguma experiência no mercado de trabalho relacionada com os estudos, por características sociodemográficas (tipo de IES, nível de estudos) e coortes, %**



**Figura 4.8: Proporção de diplomados com alguma experiência no mercado de trabalho relacionada com os estudos, por áreas de estudo e coortes, %**

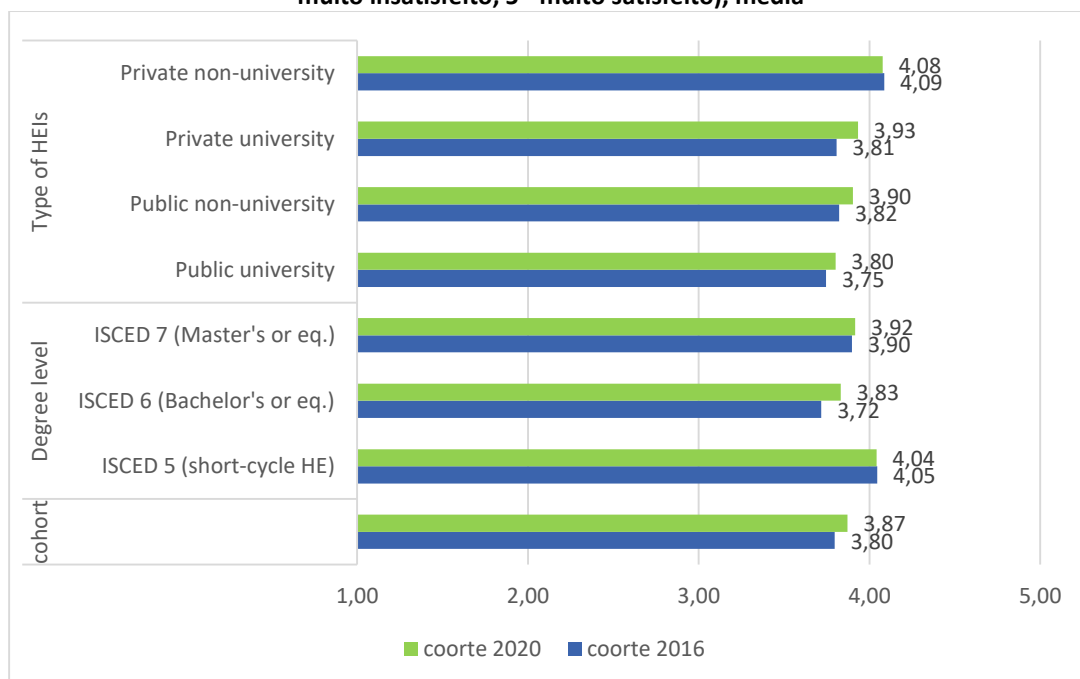


#### 4.4. Nível de Satisfação com os estudos

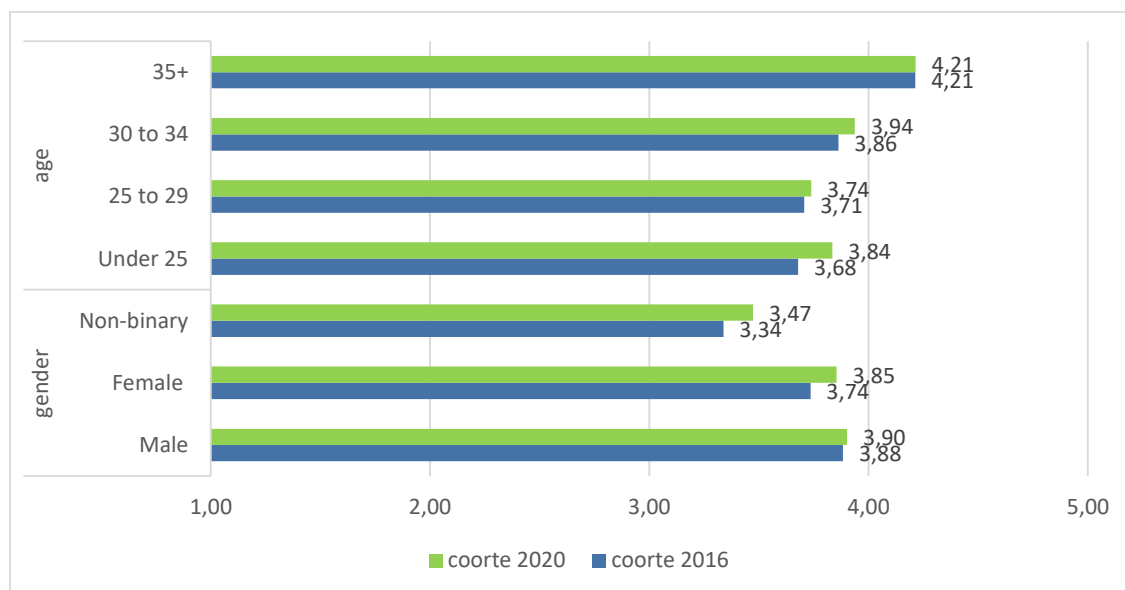
O nível médio de satisfação com os estudos é de 3,8 numa escala de 5 para a coorte de 2016 e de 3,9 numa escala de 5 para a coorte de 2020, o que indica um nível bastante elevado de satisfação com o sistema. O nível mais elevado de satisfação com os estudos regista-se entre os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto e os diplomados com mais de 35 anos. Os diplomados de programas de mestrado estão moderadamente mais satisfeitos com os seus estudos do que os diplomados de programas de licenciatura.

Os diplomados de IES privadas (universitárias e não universitárias) registam, em média, níveis de satisfação mais elevados do que os diplomados de IES públicas (Figura 4.9). Os diplomados do género masculino estão também mais satisfeitos com os seus estudos do que os do género feminino. Os diplomados com 35 anos ou mais de ambos os grupos etários são, de entre todos os grupos etários considerados, os mais satisfeitos com os seus estudos (Figura 4.10). Por áreas de estudo, o nível mais elevado de satisfação com os estudos é observado nos diplomados em saúde, TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção e o mais baixo nas Artes e Humanidades (Figura 4.11).

**Figura 4.9: Satisfação com os estudos por características educativas (tipo de IES, nível de estudos) (1 - muito insatisfeito, 5 - muito satisfeito), média**

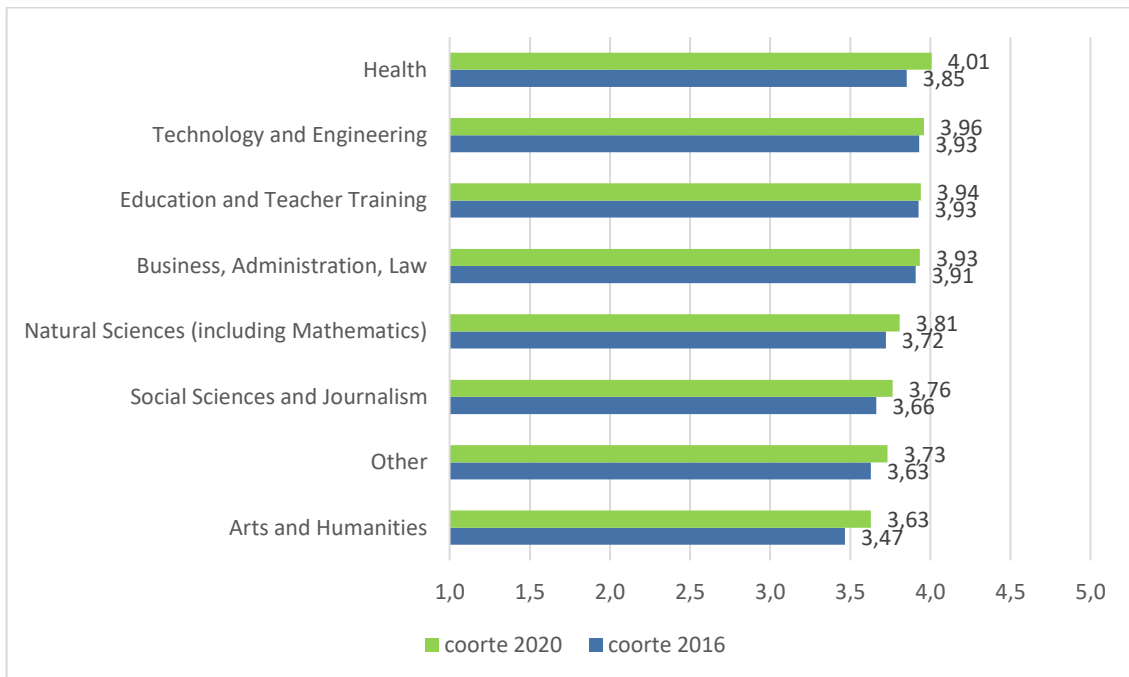


**Figura 4.10: Satisfação com o estudo por características sociodemográficas (idade, género) (1 - muito insatisfeito, 5 - muito satisfeito), média**





**Figura 4.11: Satisfação com os estudos, por áreas de estudo e coortes (1 - muito insatisfeito, 5 - muito satisfeito), média**

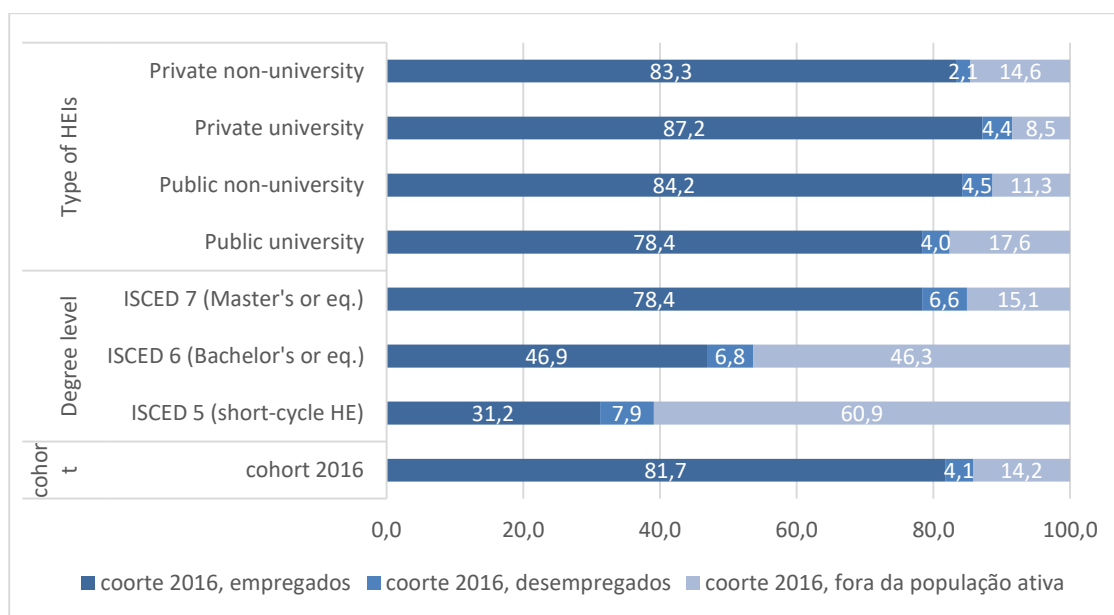


## 5. Participação e resultados no mercado de trabalho

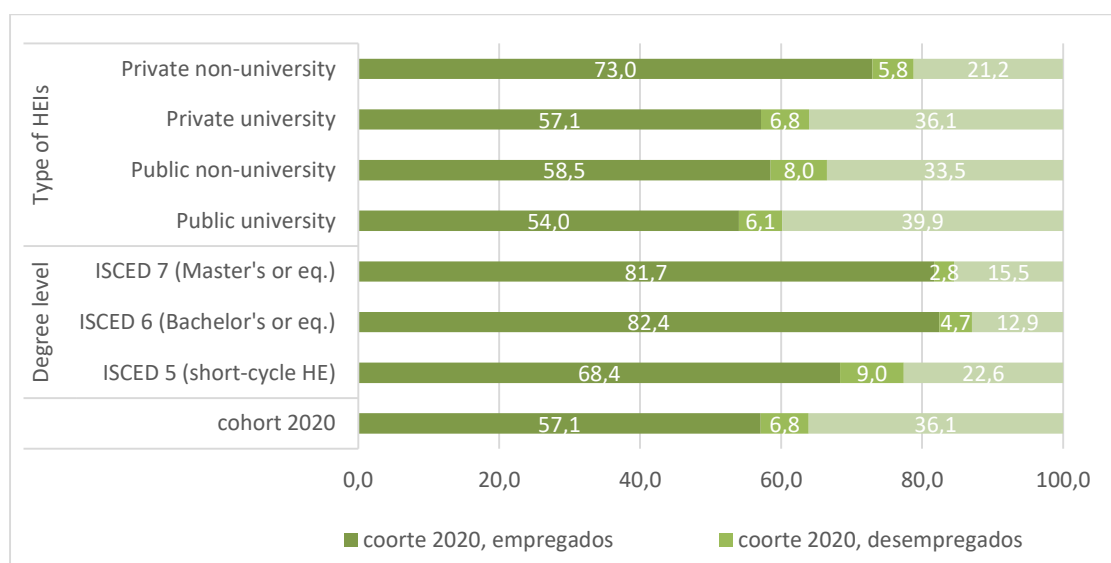
### 5.1. Situação atual de emprego

Entre os diplomados de 2016, 81,7% estão empregados, 14,2% estão fora da população ativa e 4,1% estão desempregados. Entre os diplomados de 2020, 57,1% estão empregados, 36,1% estão fora da população ativa e 6,8% estão desempregados (Figura 5.1, Figura 5.2).

**Figura 5.1: Diplomados da coorte de 2016 por situação de emprego atual e características educativas (tipo de IES, nível de estudos), %**



**Figura 5.2: Diplomados da coorte de 2020 por situação de emprego atual e características educativas (tipo de IES, nível de estudos), %**

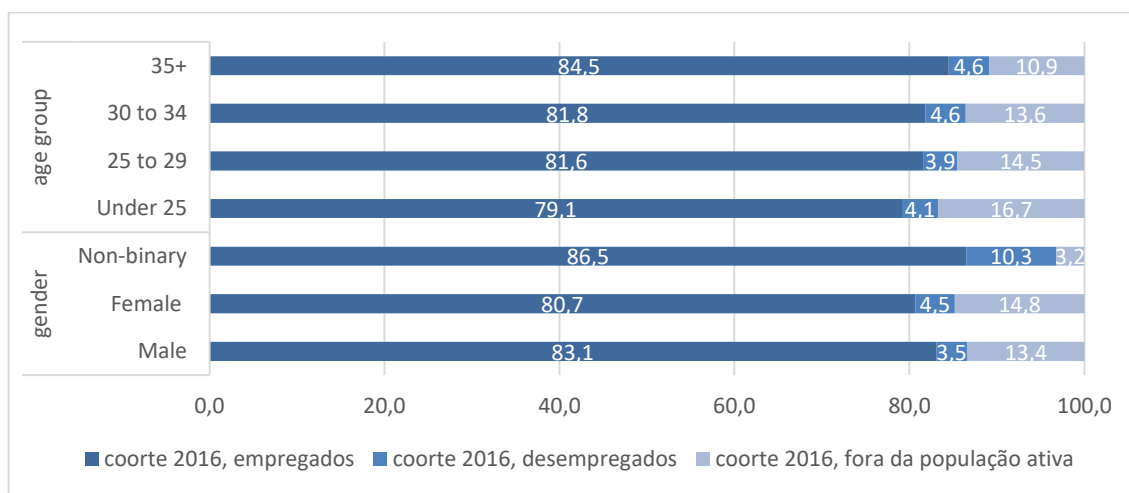


A análise do desemprego por categorias revela que o nível de desemprego diminui com o nível de educação: é mais elevado entre os diplomados de programas de ensino superior de

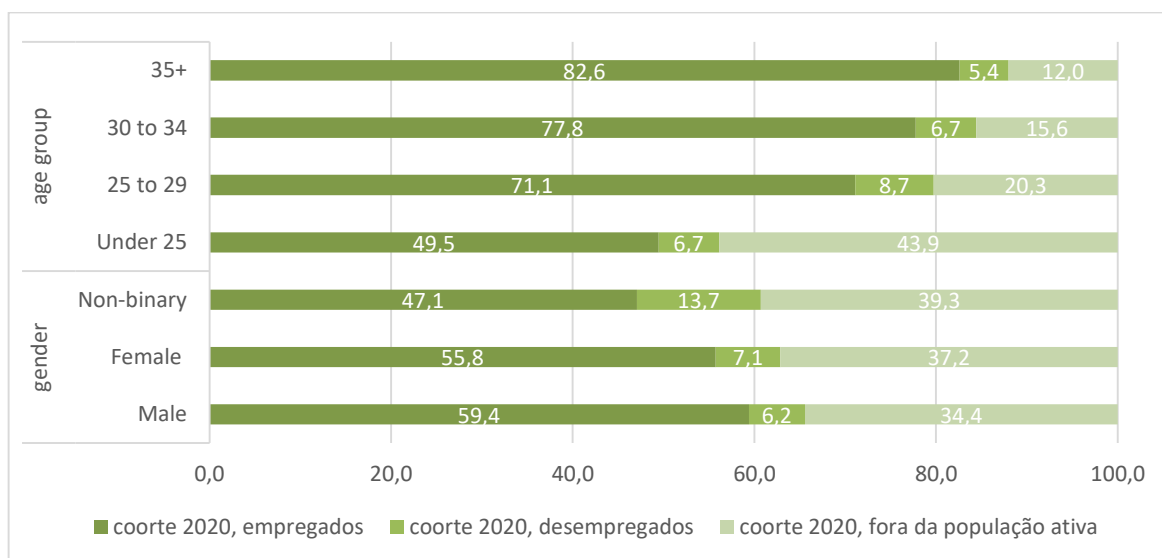
ciclo curto e mais baixo entre os diplomados de mestrado. As mulheres diplomadas apresentam uma prevalência de desemprego mais elevada do que os homens (Figura 5.2, Figura 5.4).

Os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto apresentam um nível de emprego inferior ao de outros diplomas. As diferenças na situação de emprego entre os titulares de licenciatura e de mestrado não são significativas para o grupo recente, mas são espresivas para o grupo de 2016. Os homens demonstram níveis de emprego mais elevados em ambas as coortes em comparação com as mulheres. O nível de emprego também aumenta com a idade dos inquiridos, particularmente na coorte de 2020. (Figura 5.3, Figura 5.4).

**Figura 5.3: Diplomados da coorte de 2016 por situação de emprego atual e características sociodemográficas (idade, género), %**



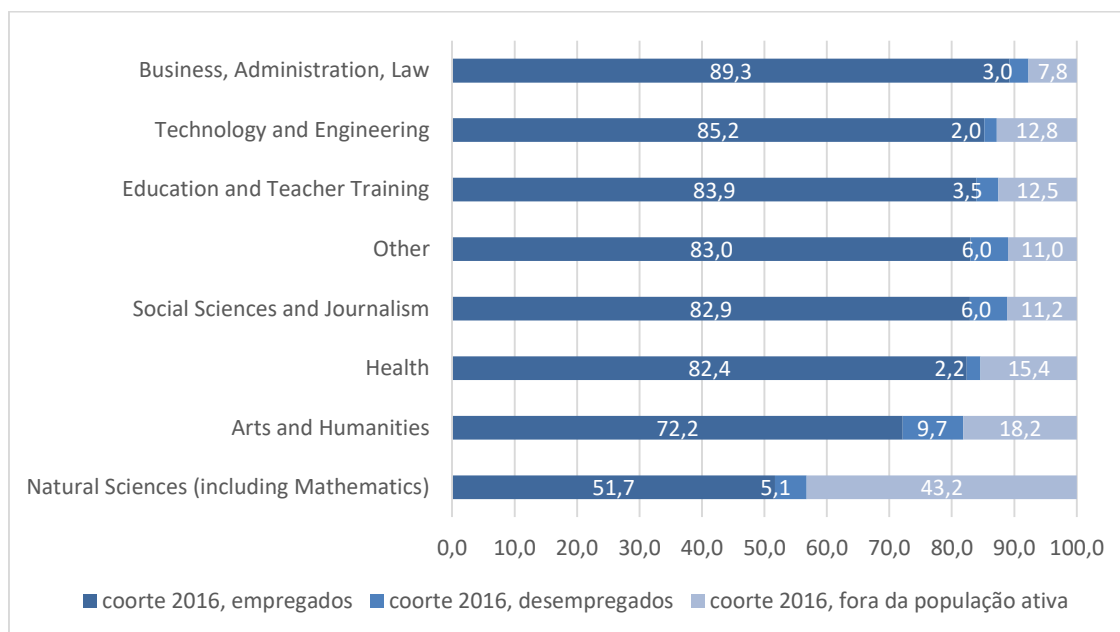
**Figura 5.4: Diplomados da coorte de 2020 por situação de emprego atual e características sociodemográficas (idade, género), %**



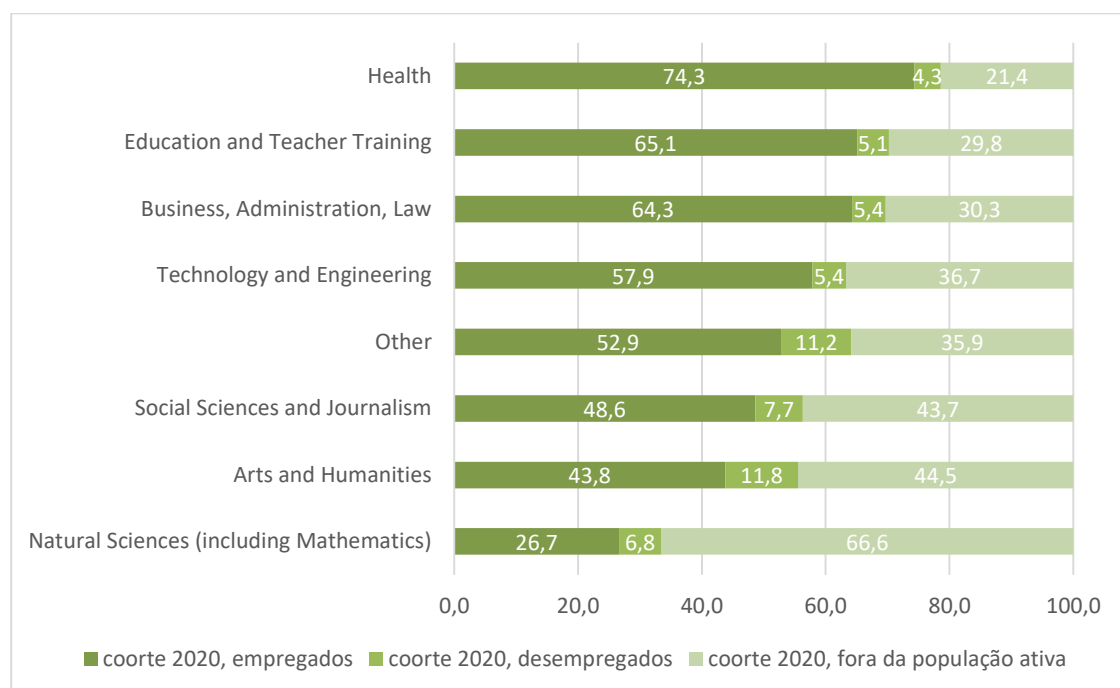
A situação de emprego difere significativamente consoante os domínios de estudo. Na coorte de 2016, os diplomados em ciências empresariais, administração e direito, bem como os diplomados em TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção, registam os níveis

mais elevados de emprego, e os diplomados em Saúde e TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção registam os níveis mais baixos de desemprego. O nível de emprego mais elevado para a coorte mais recente pode ser observado para os diplomados em saúde; educação; ciências empresariais, administração e direito; e TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção. Os diplomados nestes domínios registam também a menor prevalência de desemprego (Figura 5.5, Figura 5.6).

**Figura 5.5: Percentagem de diplomados da coorte de 2016 por situação de emprego atual e áreas de estudo, %**



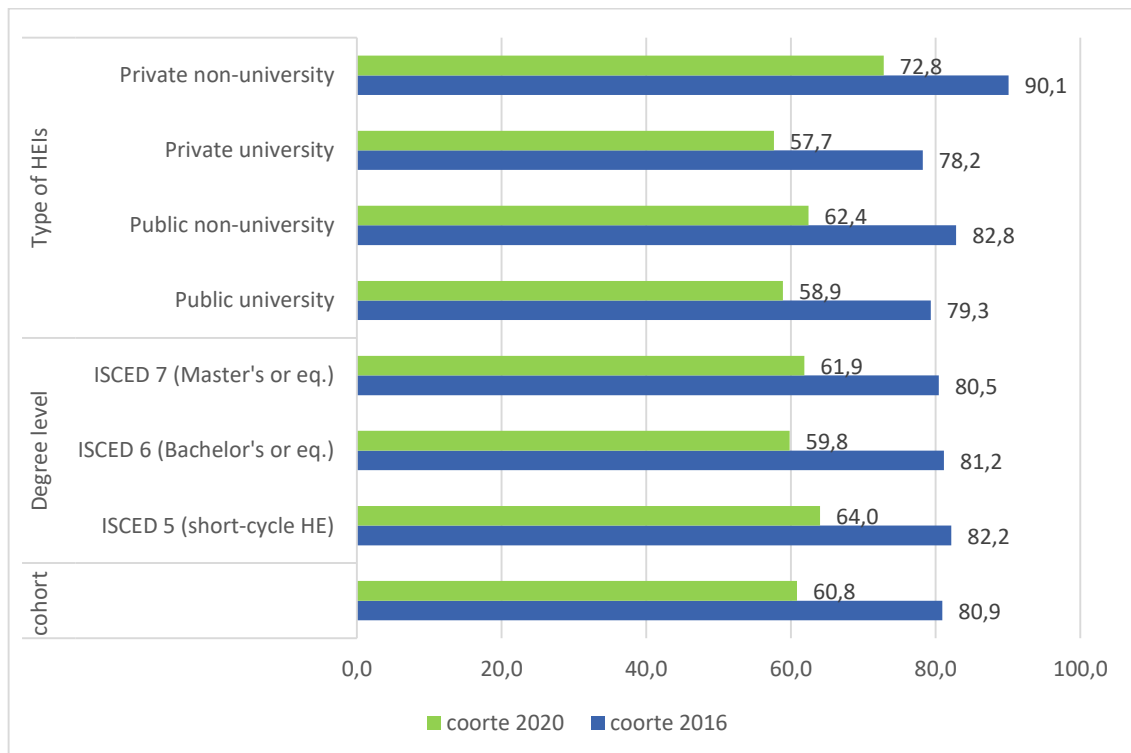
**Figura 5.6: Percentagem de diplomados da coorte de 2020 por situação de emprego atual e áreas de estudo, %**



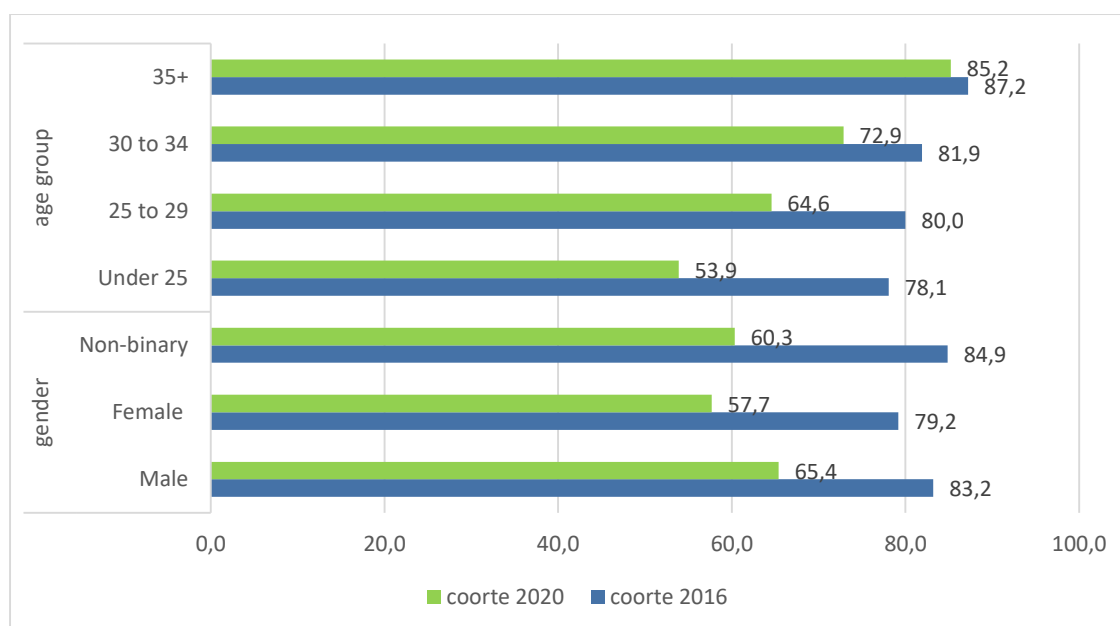
## 5.2. Segurança no emprego

Os níveis de segurança no emprego diferem entre as coortes de diplomados. Entre os diplomados empregados de 2016, 80,9% estão empregados ao abrigo de contratos sem termo e 18,1% - ao abrigo de contratos a termo certo. Entre os diplomados empregados de 2020, 60,8% estão empregados com base em contratos sem termo e 39,2% com contratos a termo certo. Os diplomados do género masculino tendem a ter maior segurança no emprego do que as diplomadas do género feminino em ambas as coortes. A segurança no emprego também aumenta com a idade dos diplomados (Figura 5.7, Figura 5.8).

**Figura 5.7: Diplomados empregados com contrato de trabalho sem termo, por características educativas (tipo de IES, nível de licenciatura) e coortes, %**

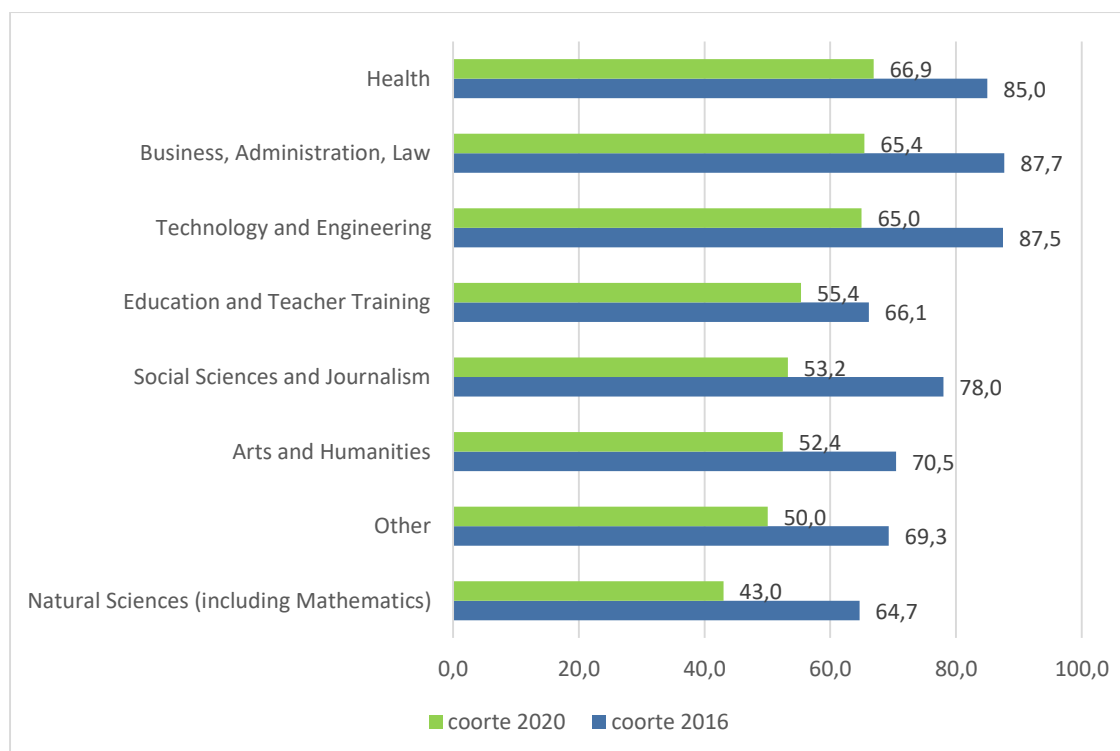


**Figura 5.8: Diplomados empregados com contrato de trabalho sem termo, por características sociodemográficas (idade, género) e coortes, %**



Por áreas de estudo, os diplomados em saúde; ciências empresariais, administração e direito e TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção têm empregos mais seguros, enquanto os diplomados em ciências naturais e em outras áreas têm empregos menos seguros (Figura 5.9).

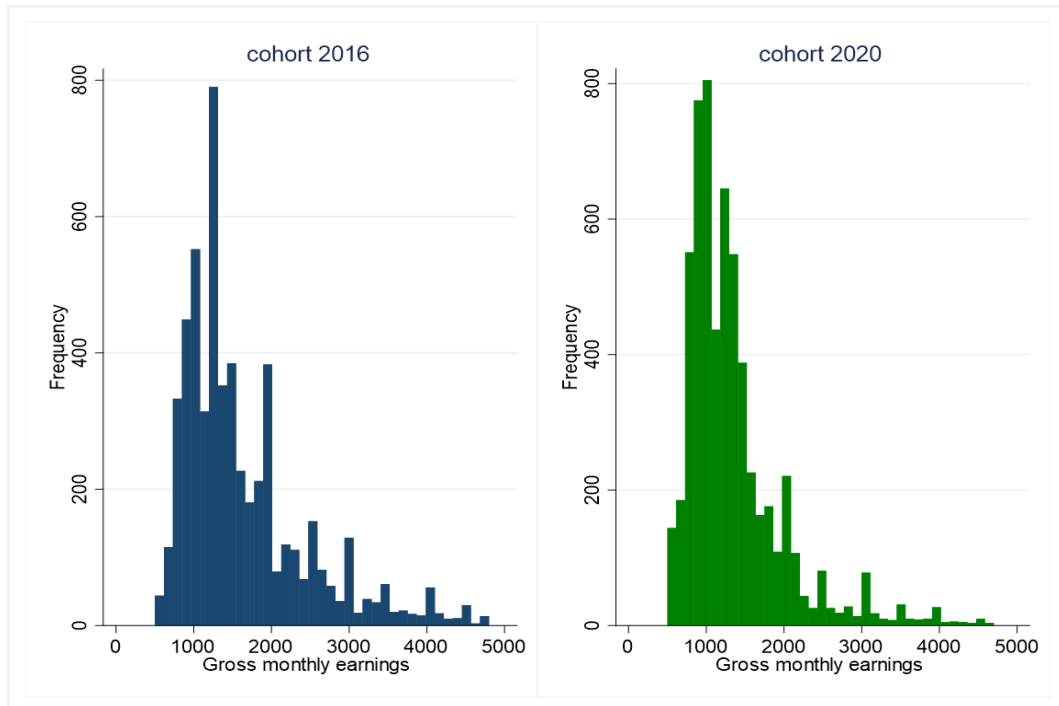
**Figura 5.9: Diplomados empregados com contrato de trabalho sem termo, por áreas de estudo e coortes, %**



### 5.3. Salários e horários de trabalho dos licenciados

Para a análise dos salários, excluímos os valores anómalos eliminando 3% das observações nas caudas superior e inferior da distribuição salarial. A distribuição final dos salários mensais dos diplomados é apresentada na [Figura 5.10](#).

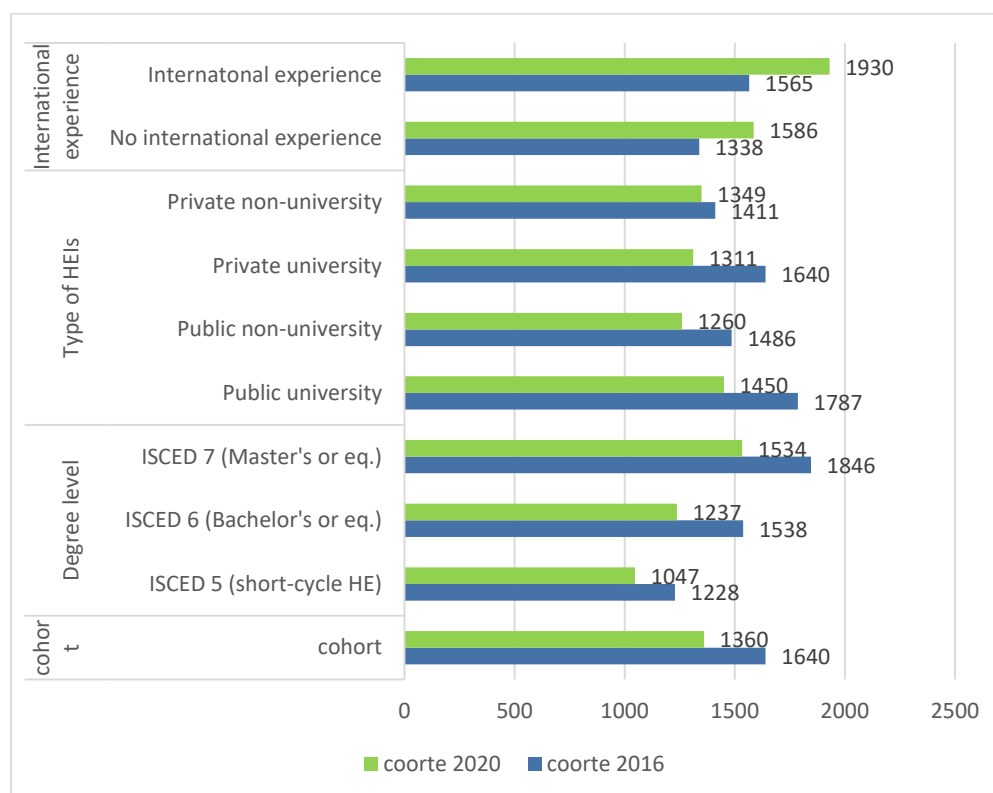
**Figura 5.10: Distribuição do salário médio mensal dos diplomados universitários da amostra, em euros**



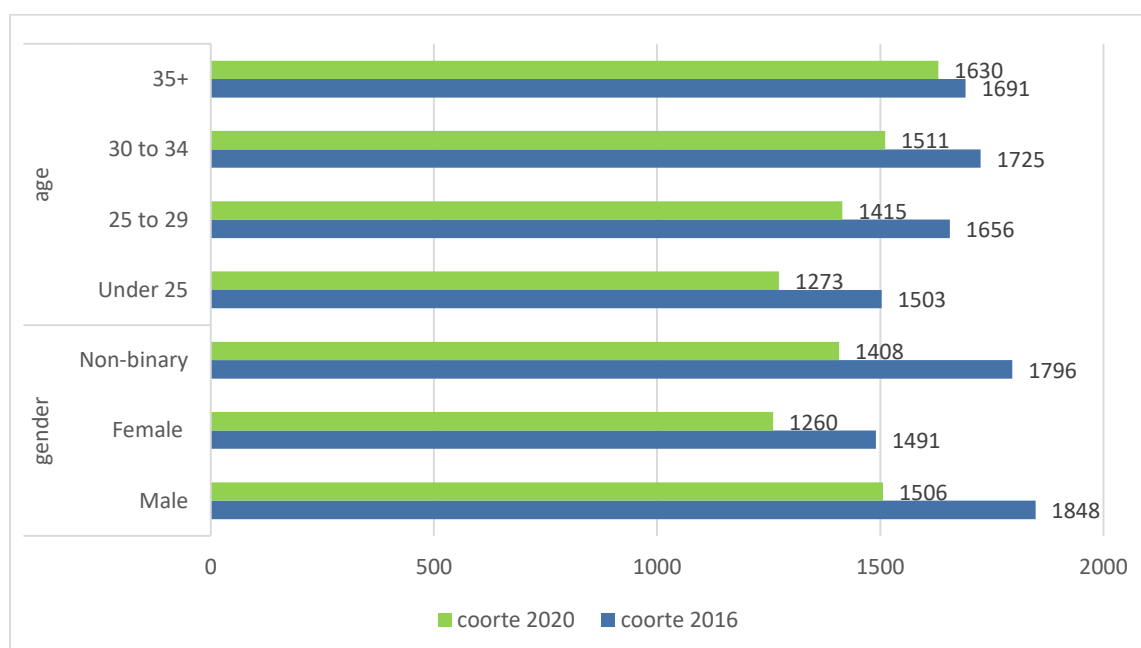
Os salários médios mensais dos diplomados da coorte de 2016 são mais elevados do que os salários médios mensais da coorte de 2020 (1 640 e 1 360 euros, respetivamente). Os salários aumentam com o nível de ensino. Os diplomados do nível de licenciatura/mestrado ganham 18-25%/46-50% mais do que os diplomados dos programas de ensino superior de ciclo curto ([Figura 5.11](#)).

Os salários também aumentam com a idade ([Figura 5.12](#)). Os diplomados das universidades públicas ganham, em média, mais do que os diplomados de outros tipos de IES. Há indícios de uma disparidade salarial entre os géneros entre os diplomados, uma vez que os homens ganham, em média, mais 19-23% do que as mulheres. Os diplomados que adquiriram experiência internacional no âmbito do seu programa de estudos ganham 17-20% mais do que os diplomados sem experiência internacional ([Figura 5.12](#)).

**Figura 5.11: Salários médios mensais dos licenciados no emprego atual, por características educativas (tipo de IES, nível de estudos, experiência de estudos internacionais) e coortes, em euros**



**Figura 5.12: Salários médios mensais dos diplomados no emprego atual, por características sociodemográficas (idade, género) e coortes, em euros**

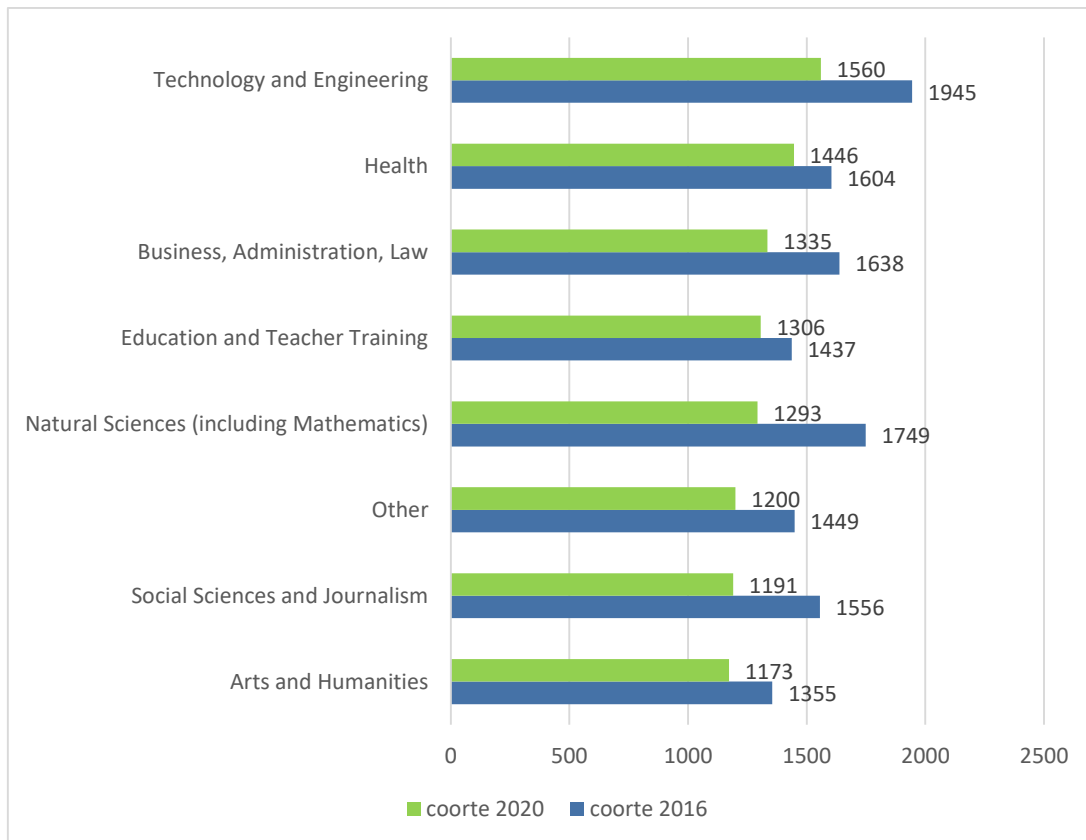


Por áreas de estudo, os diplomados em TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção são os que, em média, ganham mais. Os diplomados em ciências naturais; ciências



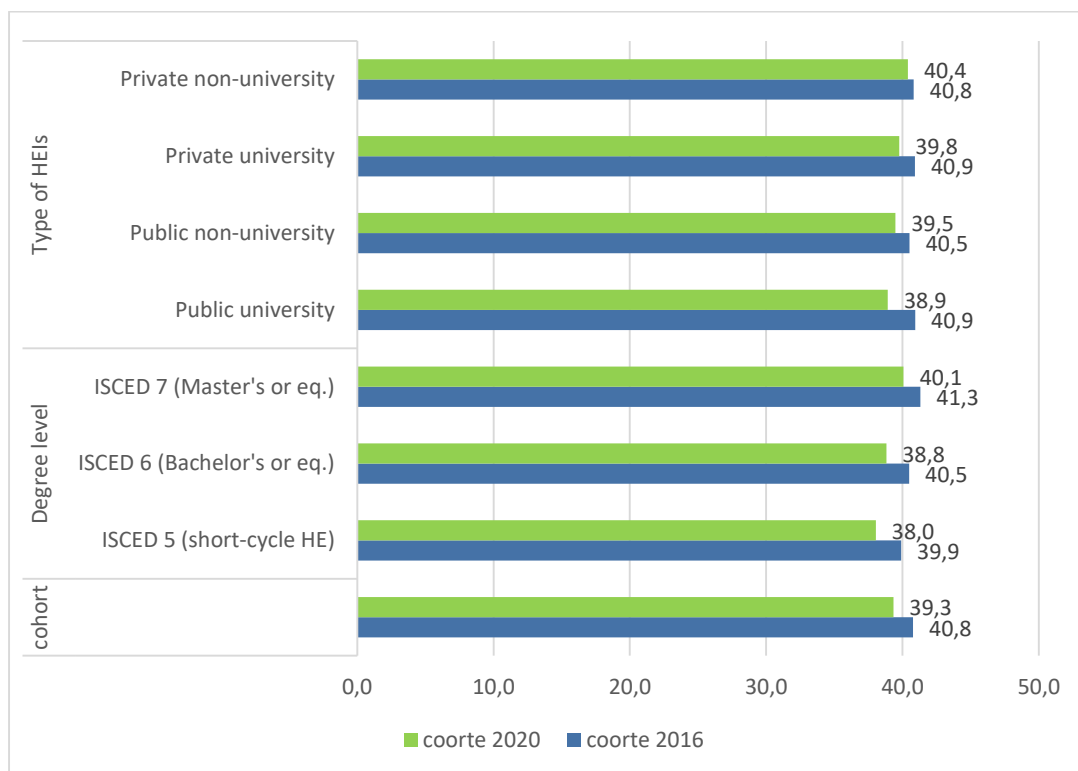
empresariais, administração e direito; e saúde também auferem salários relativamente elevados. Os diplomados em artes e humanidades sofrem uma penalização salarial em comparação com outras áreas de estudo (Figura 5.13).

**Figura 5.13: Salários médios mensais dos diplomados no emprego atual, por áreas de estudo, em euros**

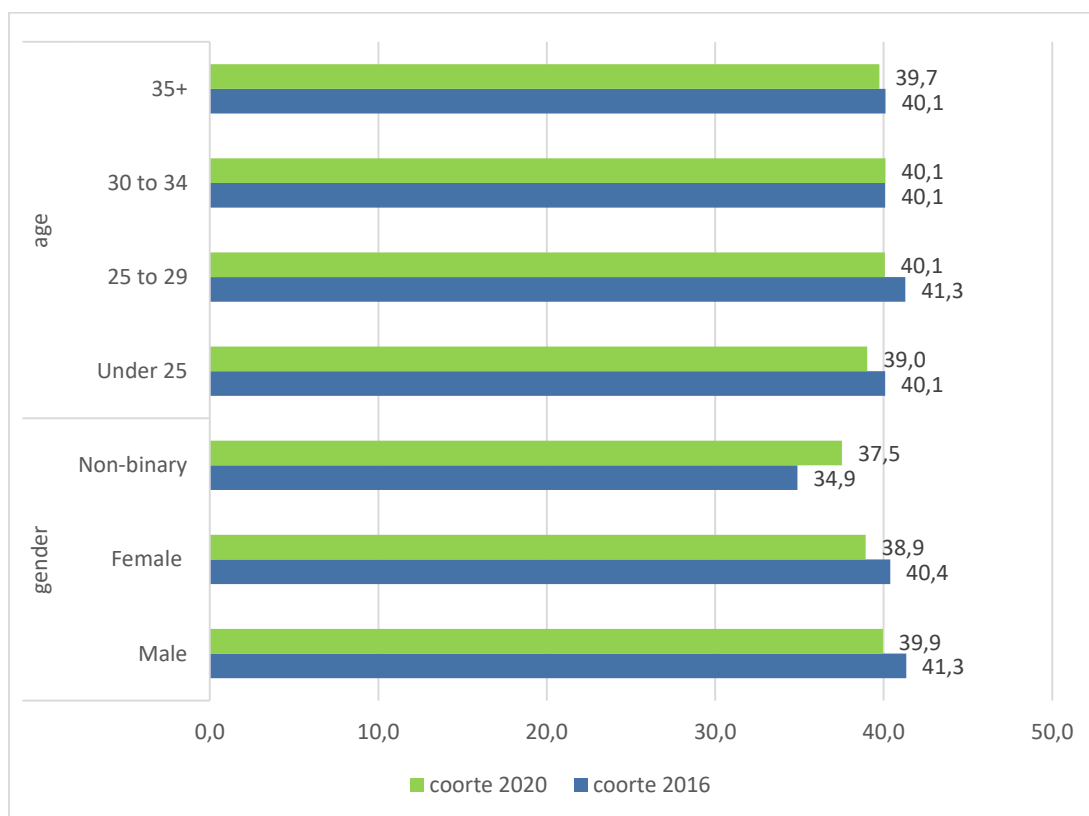


Outro indicador importante dos resultados dos diplomados no mercado de trabalho é o seu número efetivo de horas de trabalho por semana, que mede a intensidade do emprego. Em média, os diplomados da coorte de 2016 trabalham 40,8 horas por semana e os diplomados da coorte de 2020 trabalham 39,3 horas por semana (Figura 5.14). A intensidade do emprego aumenta com o nível de ensino. Além disso, os diplomados do género masculino tendem a declarar uma duração da semana de trabalho mais longa do que os do género feminino (figura 5.15).

**Figura 5.14: Média de horas de trabalho por semana dos diplomados empregados no emprego atual, por características educativas (tipo de IES, nível de estudos) e coortes, horas por semana**

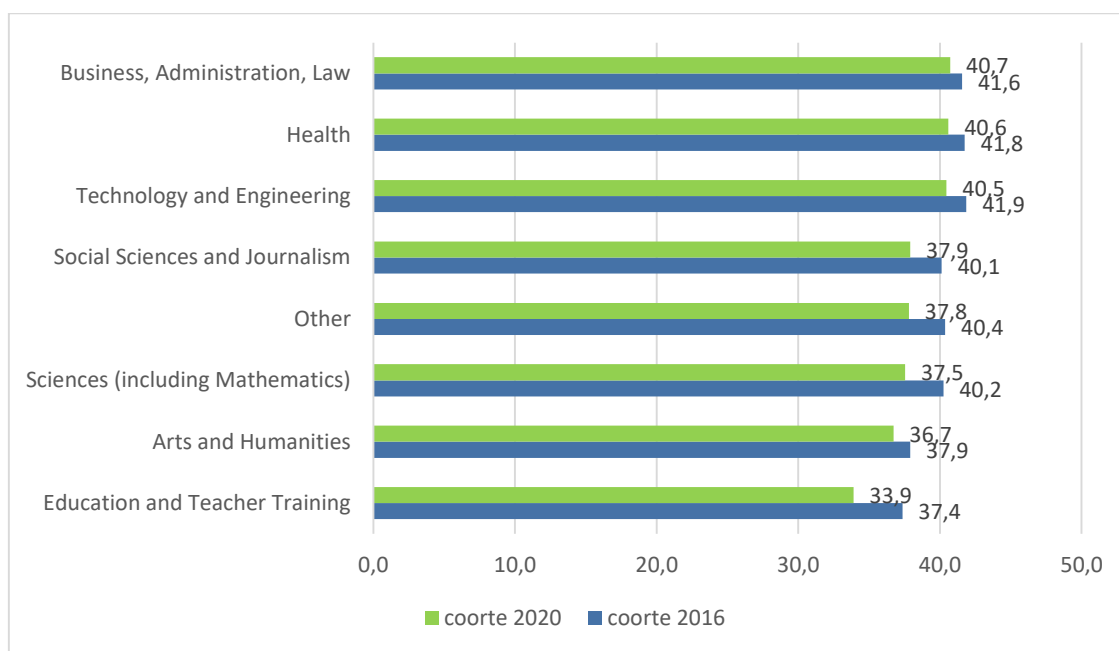


**Figura 5.15: Média de horas de trabalho por semana dos diplomados empregados no emprego atual, por características sociodemográficas (idade, género) e coortes, horas por semana**



Por áreas de estudo, os diplomados em ciências empresariais, administração e direito; Saúde; TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção têm a maior intensidade de emprego, enquanto os diplomados em artes e humanidades e educação têm a menor duração da semana de trabalho, o que pode indicar a maior percentagem de empregos a tempo parcial entre os diplomados destas áreas (Figura 5.16)

**Figura 5.16: Média de horas de trabalho por semana dos diplomados empregados no emprego atual, por áreas de estudo e coortes, horas por semana**



#### 5.4. Profissões e setores de atividade

A distribuição pela classificação internacional tipo de profissões (ISCO) pode ser considerada como outro indicador dos resultados dos diplomados universitários no mercado de trabalho. A análise mostra que a maioria dos diplomados trabalha como especialista das atividades intelectuais e científicas (37,2% na coorte de 2016, 36,9% na coorte de 2020) ou técnicos e profissões de nível intermédio (34,3% na coorte de 2016, 33,4% na coorte de 2020), o que corresponde a empregos de nível superior. Além disso, 3,6% dos diplomados da coorte de 2016 e 2,8% dos diplomados da coorte de 2020 pertencem ao grupo de dirigentes, diretores e gestores executivos. Os restantes 24,2% para a coorte de 2016 e 26,4% para a coorte de 2020 pertencem a grupos profissionais para os quais pode não ser exigido o ensino superior. Consoante a coorte, 13,3% a 15,8% dos diplomados trabalham como pessoal administrativo, 3,7% a 4,8% como trabalhadores dos serviços e vendas e 3,1% a 4,4% como trabalhadores qualificados da indústria, construção, e artífices. Cerca de 1,4% dos diplomados da coorte de 2016 e 1,9% dos diplomados da coorte de 2020 estão empregados como trabalhadores não qualificados. Em geral, as hipóteses de trabalhar nos grupos que correspondem ao ensino superior aumentam com o nível de ensino. Mais de metade dos diplomados com nível de mestrado trabalham como especialista das atividades intelectuais e científicas. A probabilidade de trabalhar num emprego menos qualificado é maior para os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto (Tabela 5.1).

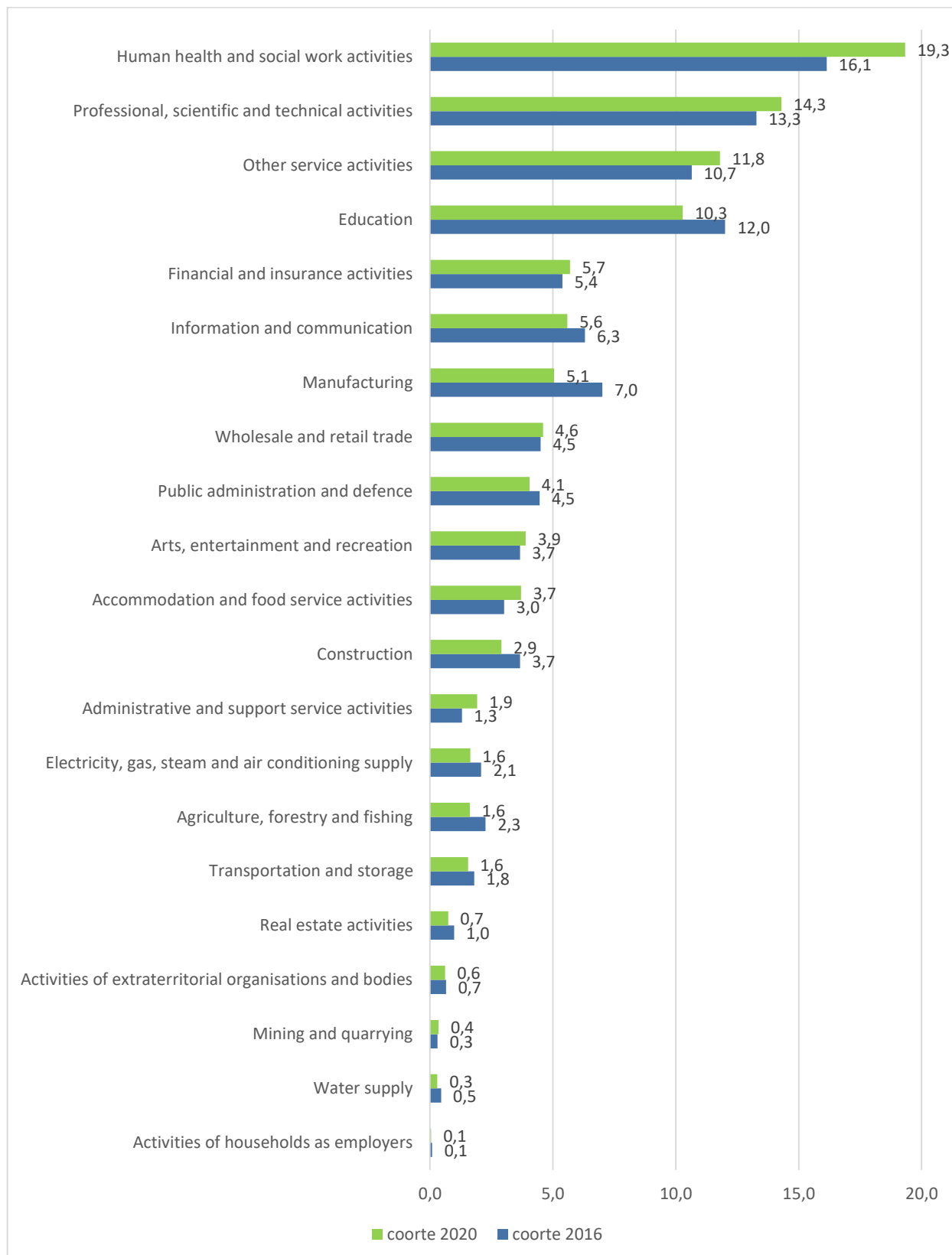
**Tabela 5.1: Distribuição dos diplomados por profissões CIP, nível de licenciatura, género e coortes, %**

Profissões ISCO	Coorte		Nível de licenciatura			Género	
	2016	2020	ISCED 5 (CTeSP)	ISCED 6 (Licenciatura)	ISCED 7 (Mestrado)	Masculino	Feminino
0 – Profissões das Forças Armadas	0,6	0,6	1,1	0,6	0,5	0,9	0,4
1 – Dirigentes, diretores e Gestores executivos	3,6	2,8	0,5	2,3	3,5	3,9	2,0
2 – Especialistas das atividades intelectuais e científicas	37,2	36,9	5,3	25,6	53,0	38,7	35,7
3 – Técnicos e profissões de nível intermédio	34,3	33,4	39,5	37,6	27,7	33,3	33,5
4 – Pessoal administrativo	13,3	15,8	19,0	21,7	8,2	11,1	18,8
5 – Trabalhadores de serviços e vendas	3,7	4,8	14,0	6,6	2,0	4,4	5,1
6 – Trabalhadores qualificados da agricultura, silvicultura e pesca	1,1	0,5	1,0	0,7	0,3	0,8	0,3
7 – Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	4,4	3,1	8,1	2,3	3,8	4,5	2,1
8 – Operadores de instalações e máquinas	0,3	0,3	3,7	0,3	0,2	0,6	0,1
9 – Trabalhadores não qualificados	1,4	1,9	7,8	2,4	0,9	1,8	2,0

A maior parte dos diplomados da amostra está empregada em atividades de saúde humana e apoio social (16,1% na coorte de 2016 e 19,3% na coorte de 2020); Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (13,3% na coorte de 2016 e 14,3% na coorte de 2020); Outras atividades de serviços (10,7% na coorte de 2016 e 11,8% na coorte de 2020) e

Educação (12% na coorte de 2016 e 10,3% na coorte de 2020). Cerca de 6% dos diplomados trabalham também nas atividades financeiras e de seguros e nas atividades de informação e de comunicação (Figura 4.17).

**Figura 5.17: Distribuição dos diplomados por sectores e coortes, %**

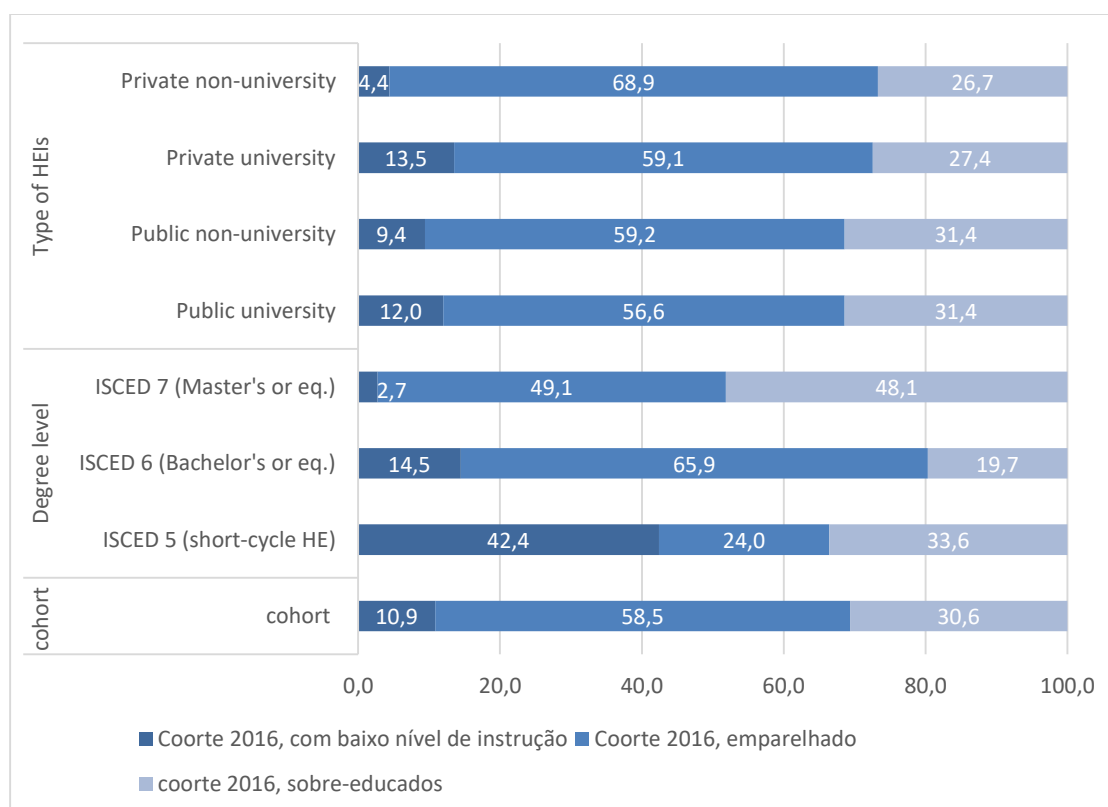


## 5.5. Alinhamento entre educação e emprego

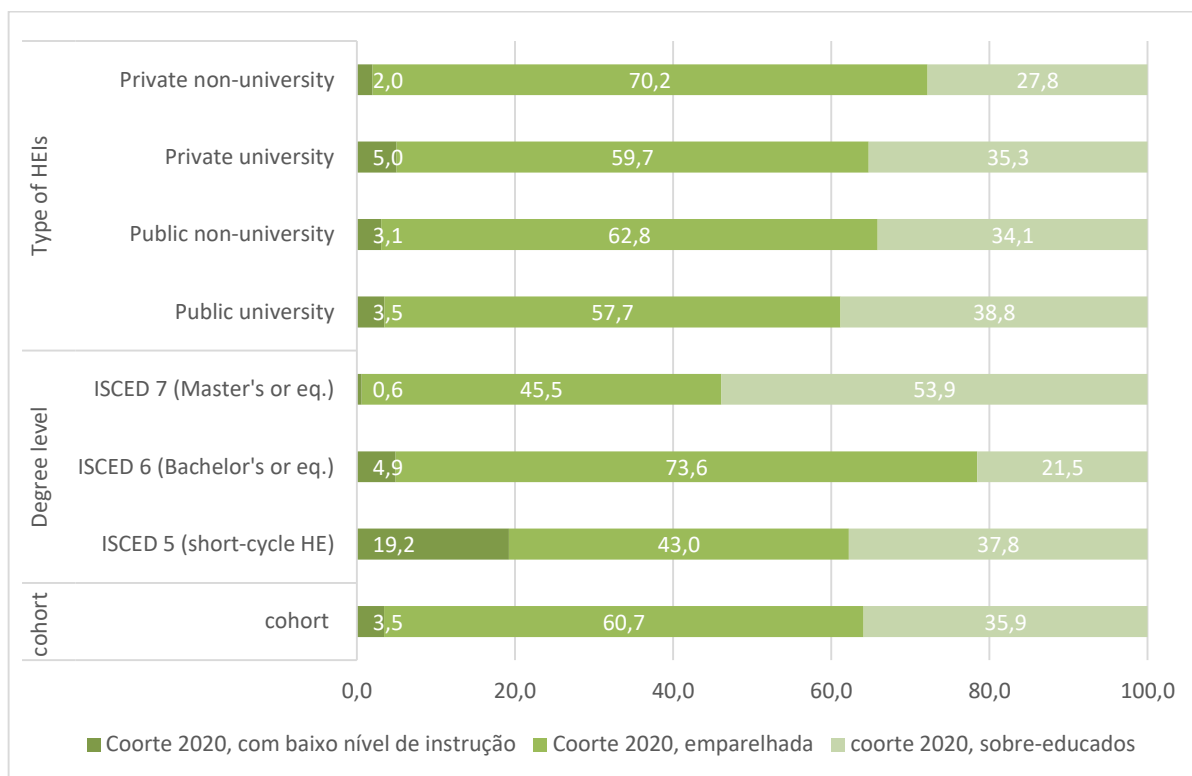
Outro indicador importante dos resultados dos diplomados no mercado de trabalho é o alinhamento entre o emprego e a educação. Existem dois tipos de desalinhamento entre emprego e educação: vertical e horizontal. O desalinhamento vertical (sobre-educação ou sub-educação) é uma situação em que o nível de educação dos diplomados não corresponde ao nível de educação exigido pelo seu emprego. Consequentemente, a sobre-educação é uma situação em que o nível de educação excede o nível de educação exigido para um determinado emprego, e a sub-educação é a situação oposta. O desalinhamento horizontal é uma situação em que o emprego ou ocupação atual não corresponde à área de estudo de um diplomado.

Na recente coorte de 2020, 35,9% dos diplomados declararam ter formação excessiva para o seu emprego atual e, na coorte de 2016, 30,6% têm formação excessiva. Entre os diplomados da coorte de 2020, apenas 3,5% são sub-educados, e na coorte de 2016 - 10,9% são sub-educados. Em ambas as coortes, cerca de 60% dos diplomados têm uma correspondência entre o emprego e a educação. A sobre-educação é mais frequentemente registada pelos diplomados de programas de mestrado (Figura 5.18, Figura 5.19).

**Figura 5.18: Diplomados da coorte de 2016 por situação de desalinhamento entre emprego e educação e características educativas (tipo de IES, nível de estudos), %**

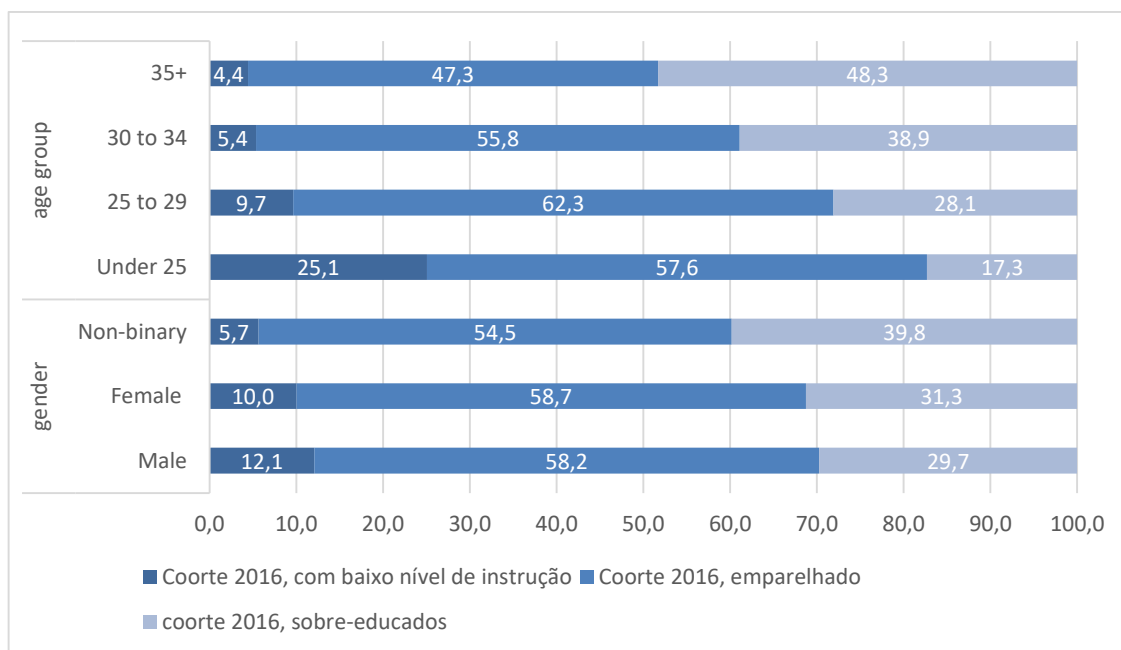


**Figura 5.19: Diplomados da coorte de 2020 por situação de desalinhamento entre emprego e educação e características educativas (tipo de IES, nível de estudos), %**

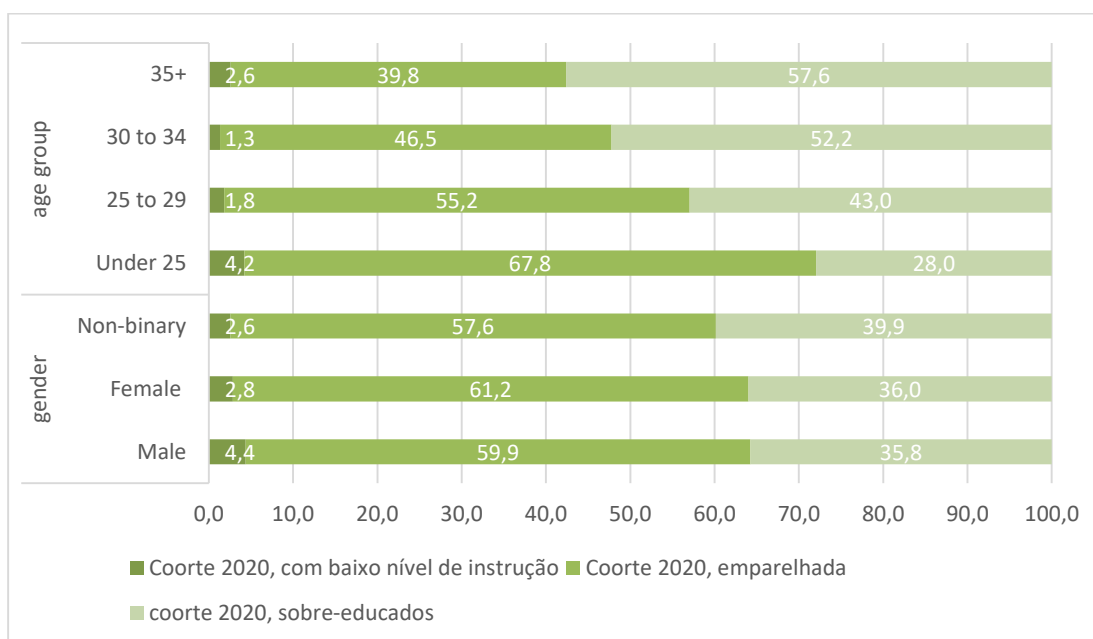


A incidência da sobre-educação aumenta com a idade em ambas as coortes. As diferenças de género nos padrões de desalinhamento entre emprego e educação não são muito pronunciadas (Figura 5.20, Figura 5.21).

**Figura 5.20: Diplomados da coorte de 2016 por situação de desalinhamento entre emprego e educação e características sociodemográficas (idade, género), %**

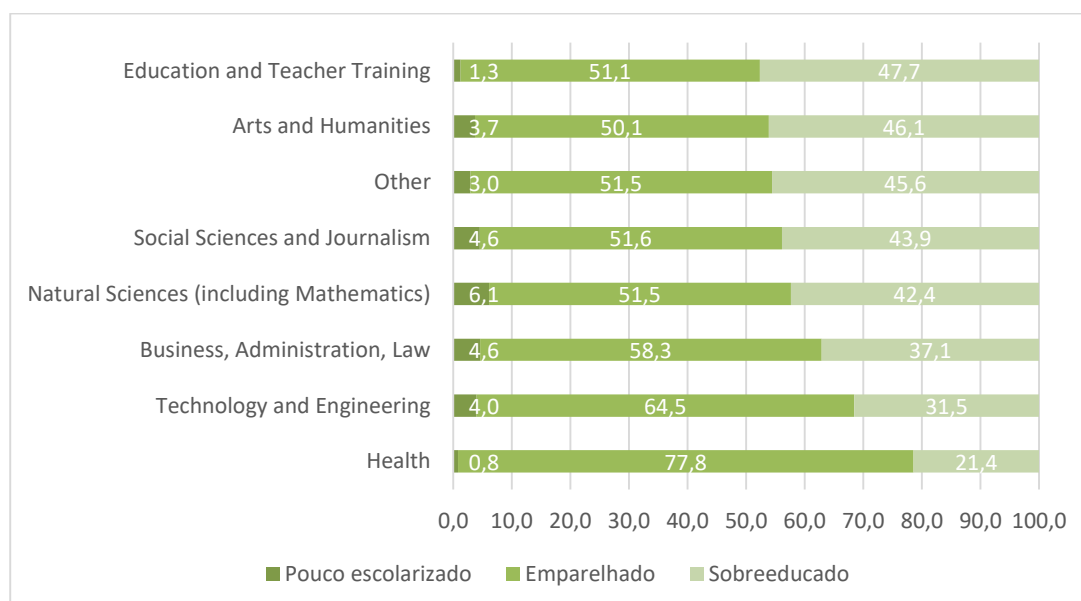


**Figura 5.21: Diplomados da coorte de 2020 por situação de desalinhamento entre emprego e educação e características sociodemográficas (idade, género), %**



A percentagem mais elevada de diplomados com correspondência entre a educação e formação na coorte de 2020 verifica-se nos diplomados do domínio da Saúde (77,8%), seguindo-se o domínio das TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção (64,5%). A questão da sobre-educação é mais comum entre os diplomados em Educação (47,7%), bem como em artes e humanidades (46,1%). A sub-educação é mais frequentemente registada pelos diplomados em ciências naturais (Figura 5.22).

**Figura 5.22: Correspondência entre educação e emprego dos diplomados por áreas de estudo na coorte de 2020, %**

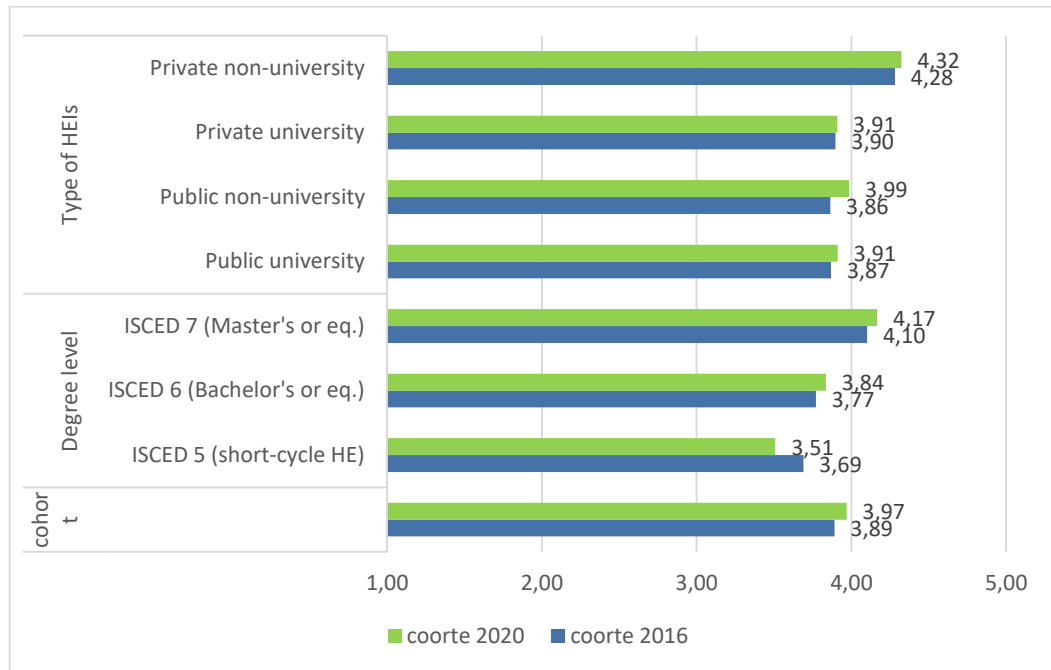


Ao contrário do desalinhamento vertical, o nível de desalinhamento horizontal foi determinado pela autoavaliação dos desalinhamentos dos diplomados. Em média, os diplomados

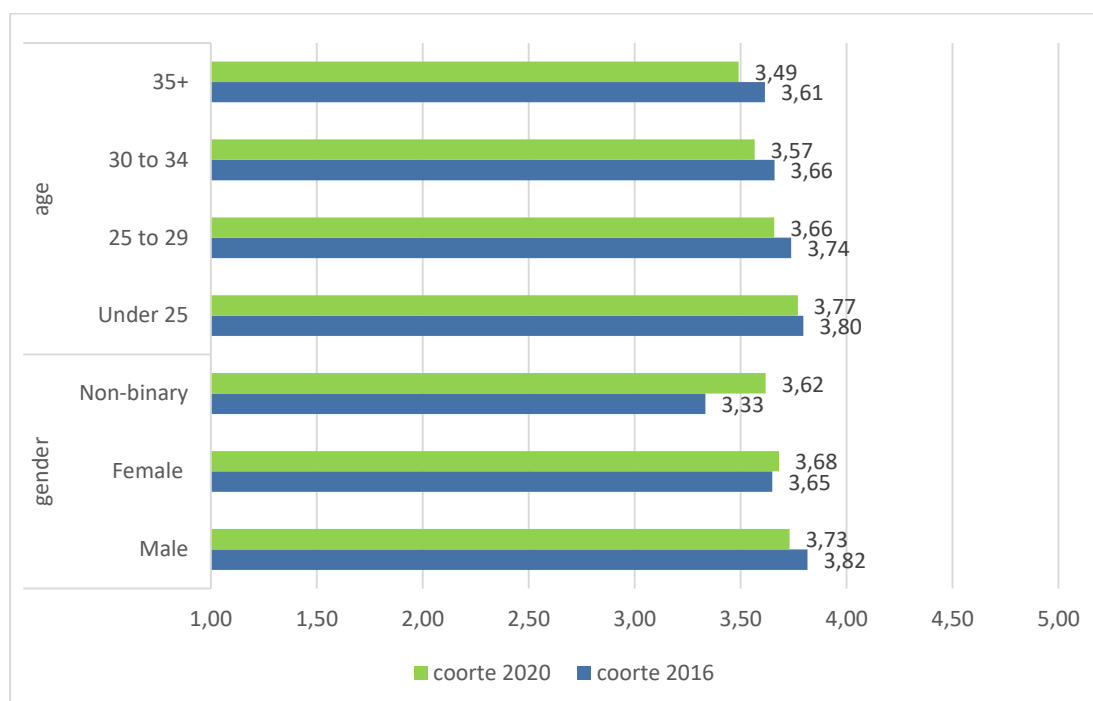


referem que o seu nível de alinhamento horizontal é de 3,89 para a coorte de 2016 e de 3,97 para a coorte de 2020, numa escala de 1 a 5, em que 1 representa o desalinhamento absoluto entre educação e emprego e 5 o alinhamento absoluto. A autoavaliação do alinhamento entre educação e emprego aumenta com o nível de educação dos diplomados. Por tipo de IES, os diplomados de instituições privadas politécnicas registam o nível mais elevado de alinhamento horizontal entre educação e emprego (Figura 5.23).

**Figura 5.23: Grau de alinhamento horizontal por características educativas (tipo de IES, nível de estudos) e coortes (média, 1 - desalinhamento absoluto, 5 - alinhamento absoluto)**



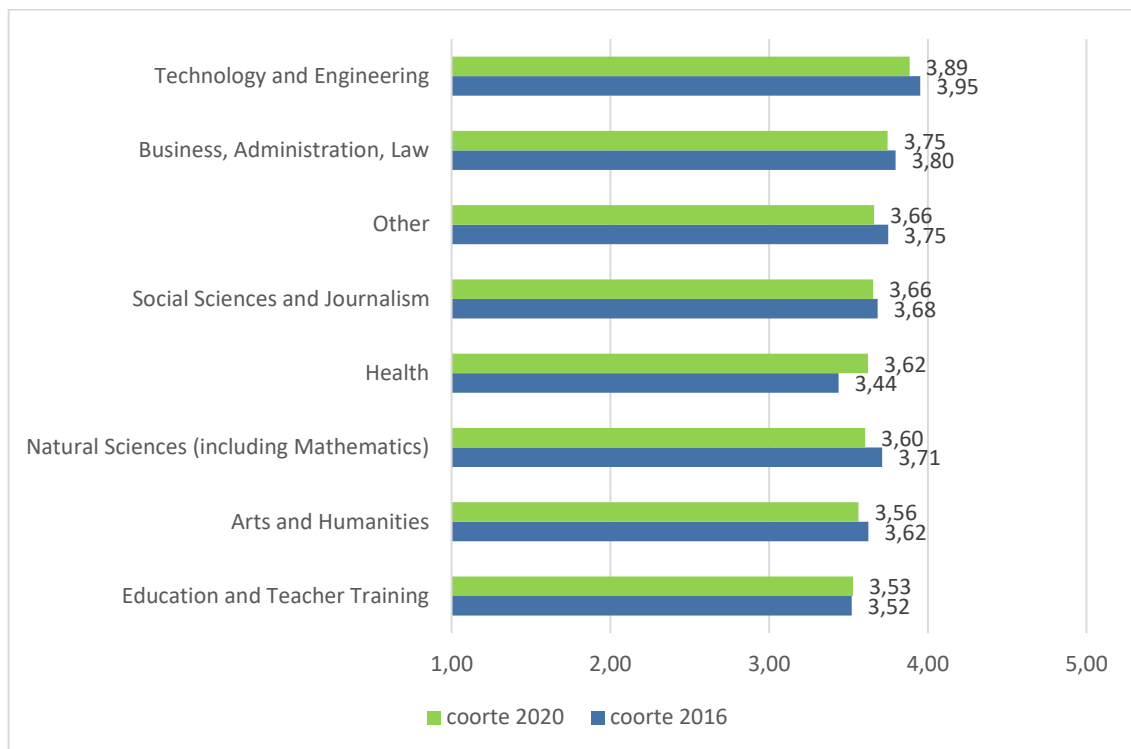
**Figura 5.24: Grau de alinhamento horizontal por características sociodemográficas (idade, género) e coortes (média, 1 – desalinhamento absoluto, 5 - alinhamento absoluto)**



Os diplomados do género masculino registam níveis mais elevados de alinhamento horizontal entre emprego e educação do que os seus homólogos do género feminino. O grau de alinhamento horizontal entre emprego e educação diminui com a idade (Figura 5.24).

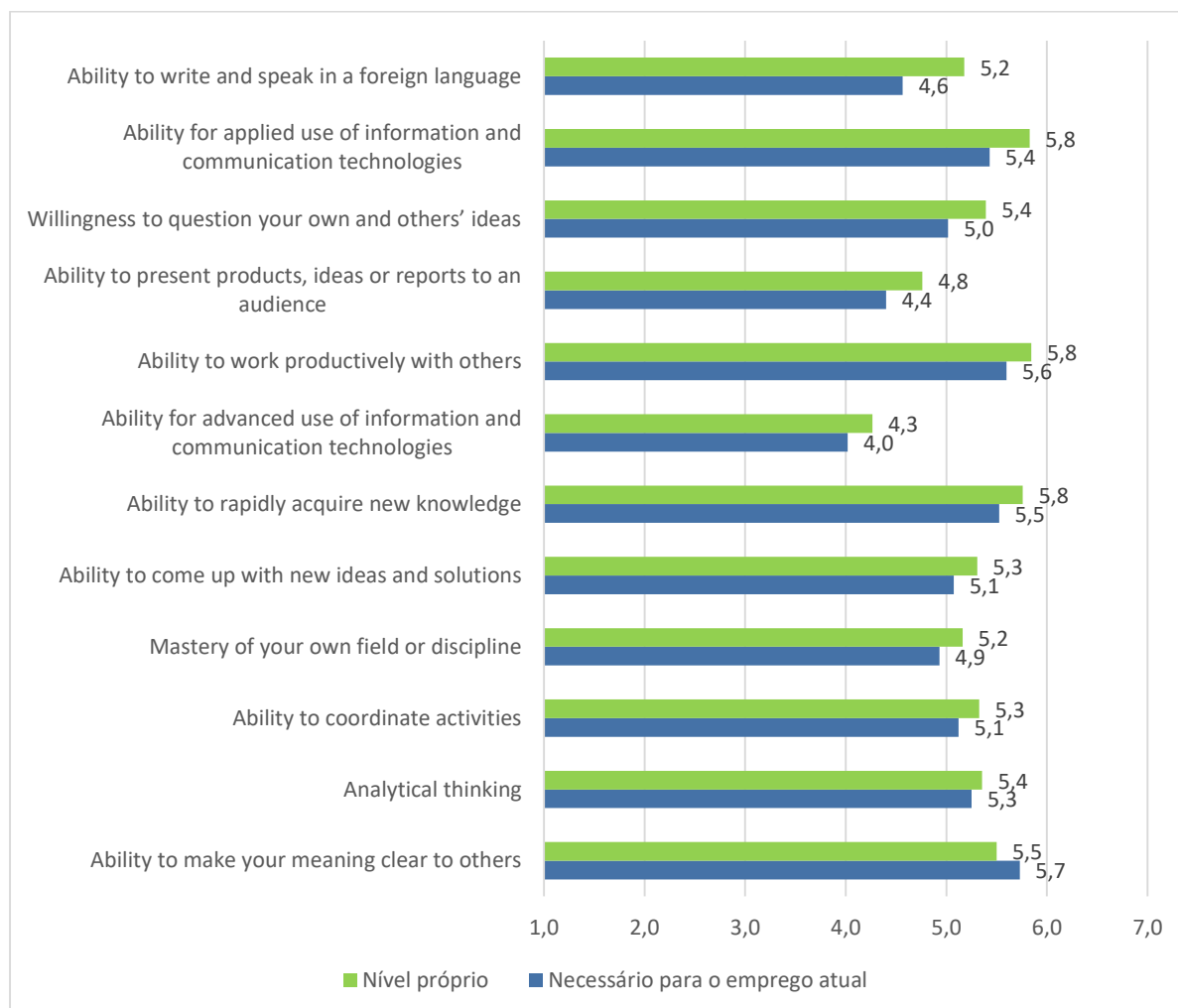
Os diplomados nos domínios da TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção têm mais probabilidades de estarem horizontalmente alinhados, ao passo que os diplomados em artes e humanidades e educação têm relativamente mais probabilidades de sofrer desalinhamentos horizontais (Figura 5.25).

**Figura 5.25: Grau de alinhamento horizontal por áreas de estudo e coortes (média, 1 - desalinhamento absoluto, 5 - alinhamento absoluto)**



Outra dimensão da inadequação entre o emprego e a educação está relacionada com a inadequação das competências, ou seja, as diferenças entre o nível exigido no emprego atual e o nível de competências do próprio diplomado. A única competência em que o nível exigido é mais elevado do que o nível dos diplomados é a "capacidade para se expressar com clareza". Para todas as outras competências, os diplomados consideram o seu próprio nível mais elevado do que o nível exigido para o emprego atual. Os diplomados referem que o seu próprio nível de competências é mais elevado em "capacidade de trabalhar produtivamente em equipa", "capacidade para rapidamente adquirir novos conhecimentos" e "capacidade para o uso aplicado de TIC". De acordo com a autoavaliação dos diplomados, o seu nível de competências é relativamente mais baixo no que se refere à "capacidade para o uso avançado de TIC" e à "capacidade para apresentar produtos, ideias ou soluções em público". No entanto, o nível exigido no emprego atual para estas competências é ainda mais baixo. A maior discrepância entre as competências adquiridas e as exigidas para um emprego é observada na "capacidade para escrever e falar numa língua estrangeira". (Figura 5.26).

**Figura 5.26: Autoavaliação do nível atual de competências próprias e das competências exigidas no emprego atual, diplomados da coorte de 2020 (média, 1 - muito baixo, 7 - muito alto)**



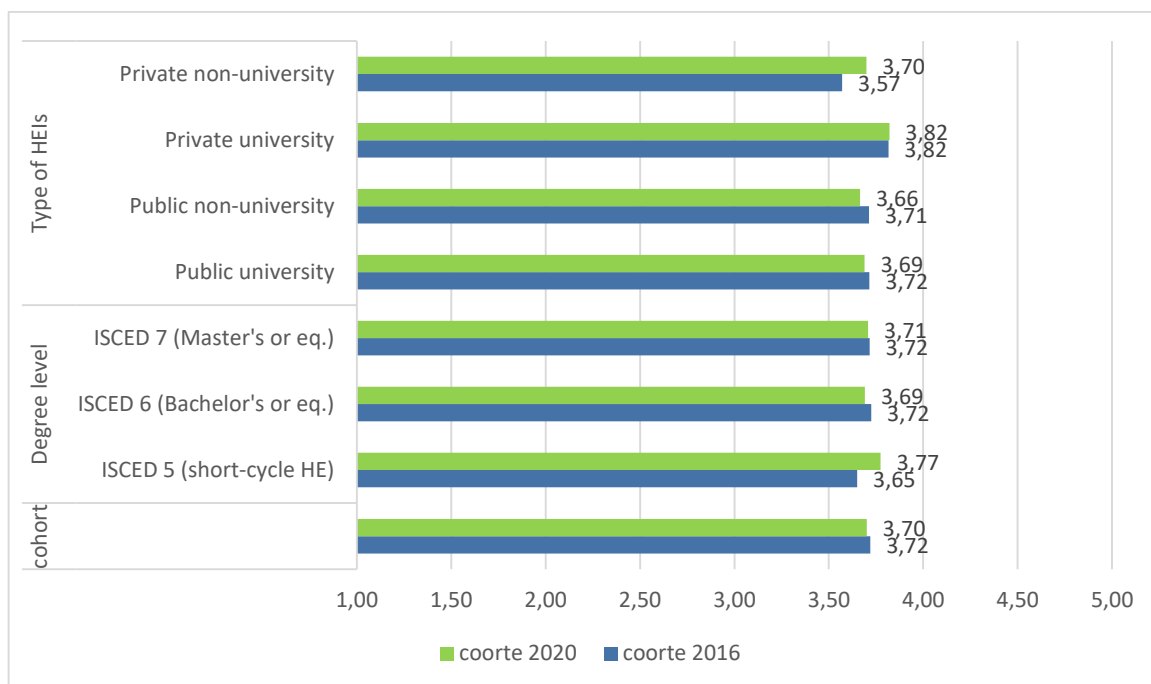
## 5.6. Satisfação profissional

O nível global de satisfação com o emprego é inferior ao nível de satisfação com o diploma. A coorte de 2016 está ligeiramente mais satisfeita com o seu emprego do que a coorte de 2020 (3,72 e 3,70 numa escala de 5, respetivamente). Na coorte de 2016, os diplomados do ensino superior estão mais satisfeitos com o seu emprego do que os diplomados do ensino superior de ciclo curto, mas na coorte recente os diplomados de ciclo curto referem ter um nível mais elevado de satisfação com o emprego, o que mostra indiretamente que a satisfação com o emprego dos diplomados de nível superior aumenta mais após a licenciatura com a experiência profissional. Por tipo de instituição, os diplomados de universidades privadas registam o nível mais elevado de satisfação profissional (Figura 5.27)

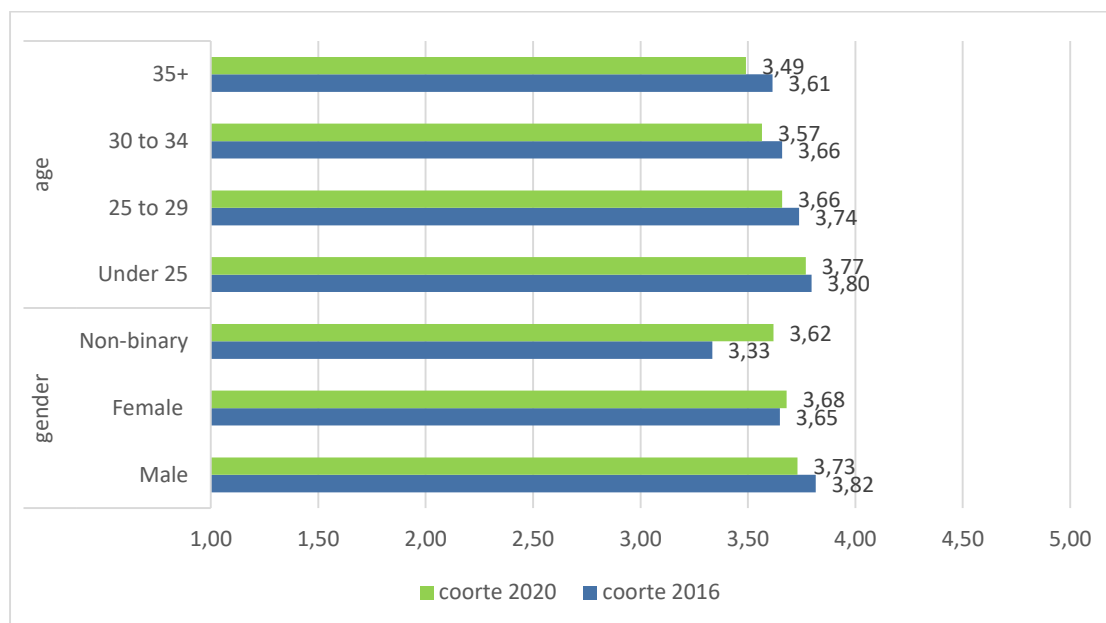
Os homens estão, em média, mais satisfeitos com o seu trabalho do que as mulheres. A satisfação profissional também tende a diminuir com a idade dos inquiridos (Figura 5.28).

Os diplomados em TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção, bem como em ciências empresariais, administração e direito, estão entre os mais satisfeitos com os seus empregos. O nível mais baixo de satisfação profissional é observado nos diplomados em educação e artes e humanidades (Figura 5.29).

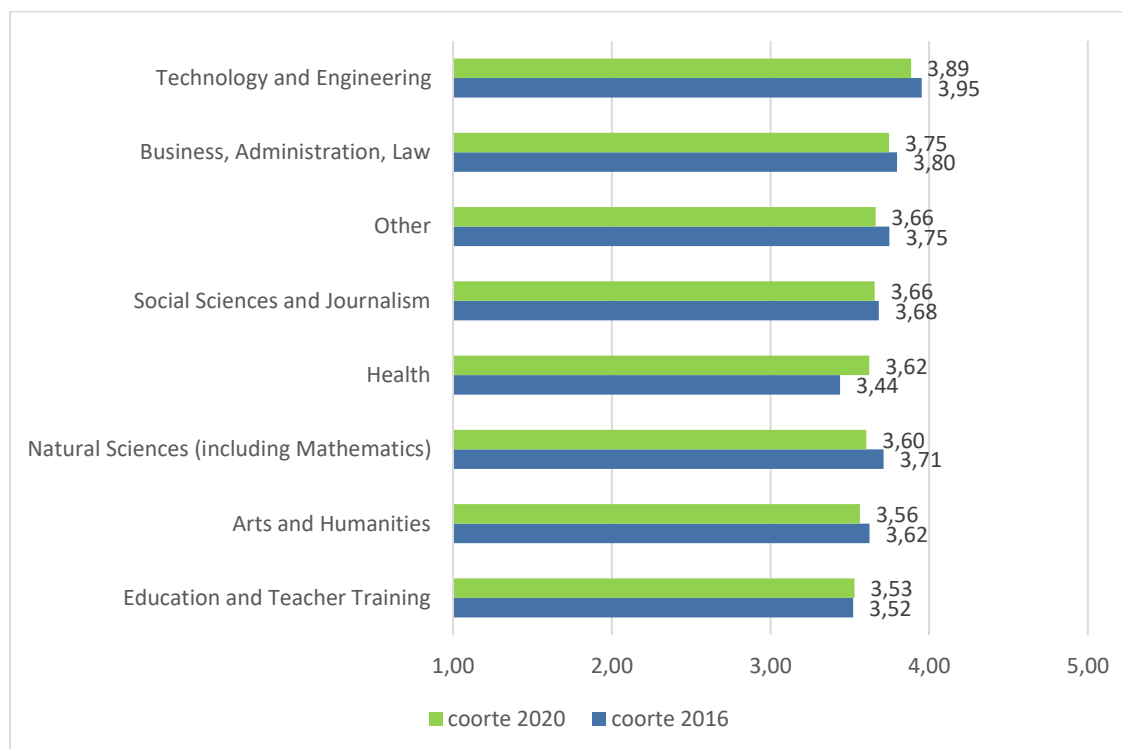
**Figura 5.27: Satisfação profissional por características educativas (tipo de IES, nível de estudos) e coortes (1 - muito insatisfeito, 5 - muito satisfeito), média**



**Figura 5.28: Satisfação profissional por características sociodemográficas (idade, género) e coortes (1 - muito insatisfeito, 5 - muito satisfeito), média**



**Figura 5.29: Satisfação profissional por áreas de estudo e coortes (1 - muito insatisfeito, 5 - muito satisfeito), média**



## 6. Mobilidade internacional dos diplomados após o grau

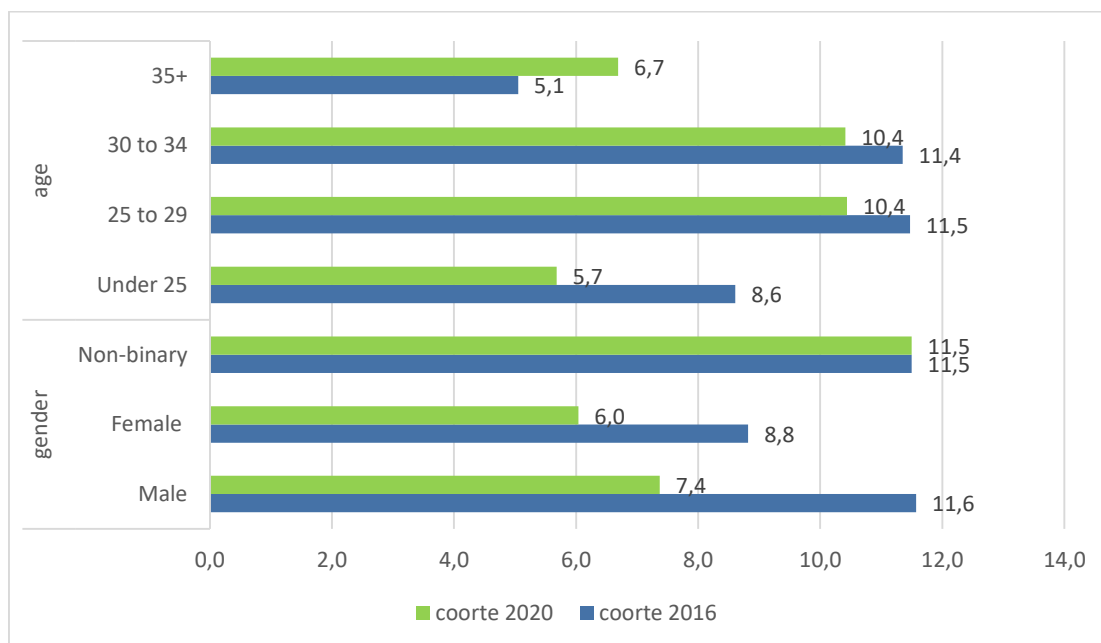
Os diplomados de 2016 são mais móveis a nível internacional do que os diplomados de 2020 (10% dos diplomados da coorte de 2016 e 6,6% da coorte recente viveram no estrangeiro). Os diplomados do nível de mestrado são mais móveis internacionalmente do que os do nível de licenciatura, e ambos os grupos são mais móveis do que os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto. Os diplomados das universidades públicas registam a maior mobilidade internacional, o que também coincide com as tendências da mobilidade internacional no âmbito do seu programa de estudos (Figura 6.1).

Os licenciados do género masculino realizam mobilidade internacional com mais frequência do que os seus homólogos do género feminino (Figura 6.2). Os diplomados em ciências naturais são os mais móveis, e os diplomados em educação são os menos móveis (Figura 6.3).

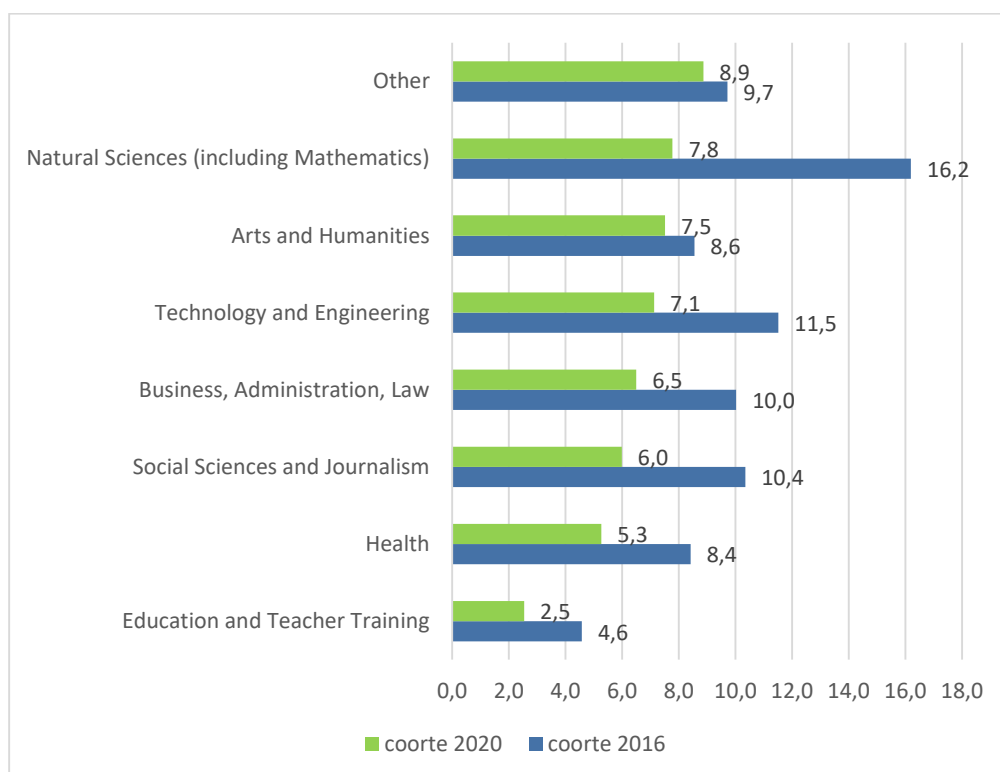
**Figura 6.1: Proporção de diplomados com mobilidade internacional após o diploma, por características educativas (tipo de IES, nível de estudos) e coortes, %**



**Figura 6.2: Proporção de diplomados com mobilidade internacional após a obtenção do diploma, por características sociodemográficas (género, idade), %**



**Figura 6.3: Proporção de diplomados com mobilidade internacional após a obtenção do diploma, por áreas de estudo e coortes, %**



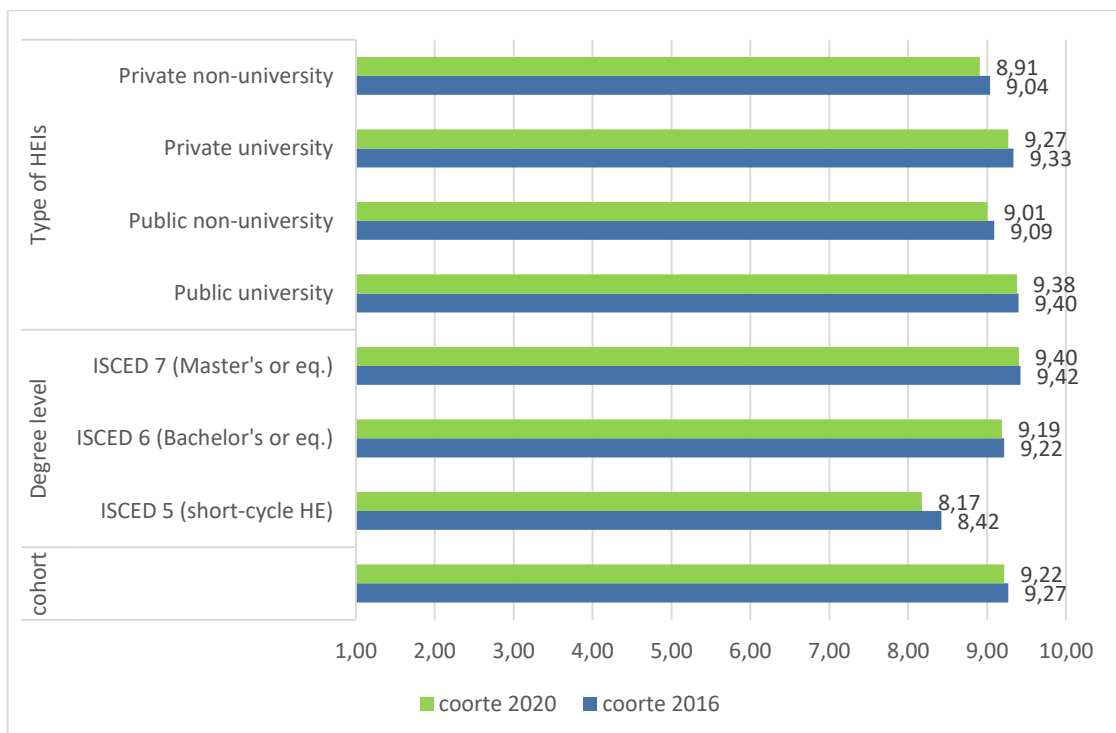


## 7. Importância da democracia

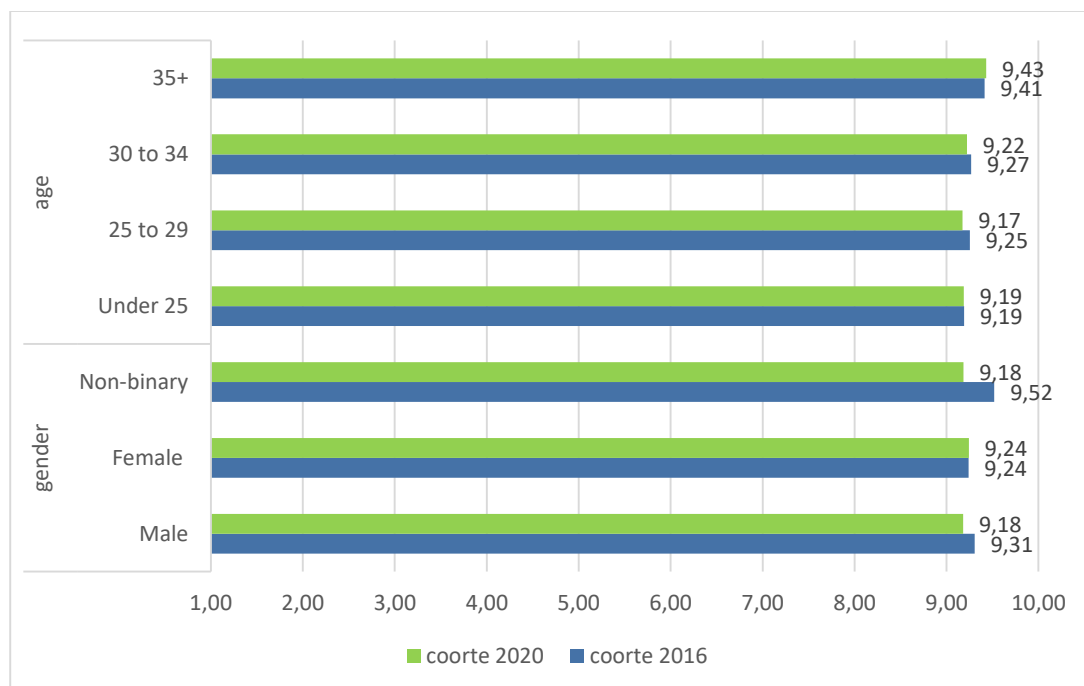
De acordo com os resultados do inquérito, a democracia é um valor importante para a grande maioria dos diplomados das IES portuguesas (9,27 e 9,22 valores em 10 para as coortes de 2016 e 2020, respetivamente). As maiores diferenças na importância da democracia são observadas em função do nível de educação e da idade. Os diplomados com mais habilitações tendem a valorizar mais a democracia. O valor mais elevado da democracia é observado para os diplomados de nível de mestrado, enquanto o valor mais baixo ocorre para os diplomados do ensino superior de ciclo curto. Os diplomados de instituições de ensino superior públicas valorizam mais a democracia do que os diplomados de instituições privadas (Figura 7.1).

Entre os diplomados da coorte de 2016, os homens valorizam mais a democracia do que as mulheres e, na coorte de 2020, a tendência é inversa. A importância da democracia aumenta com a idade dos inquiridos (Figura 7.2). Os diplomados em áreas humanitárias, como as ciências sociais, jornalismo e informação e a educação, atribuem os valores mais elevados à democracia, ao passo que para os diplomados de TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção e de outras áreas a democracia é menos importante (Figura 7.3).

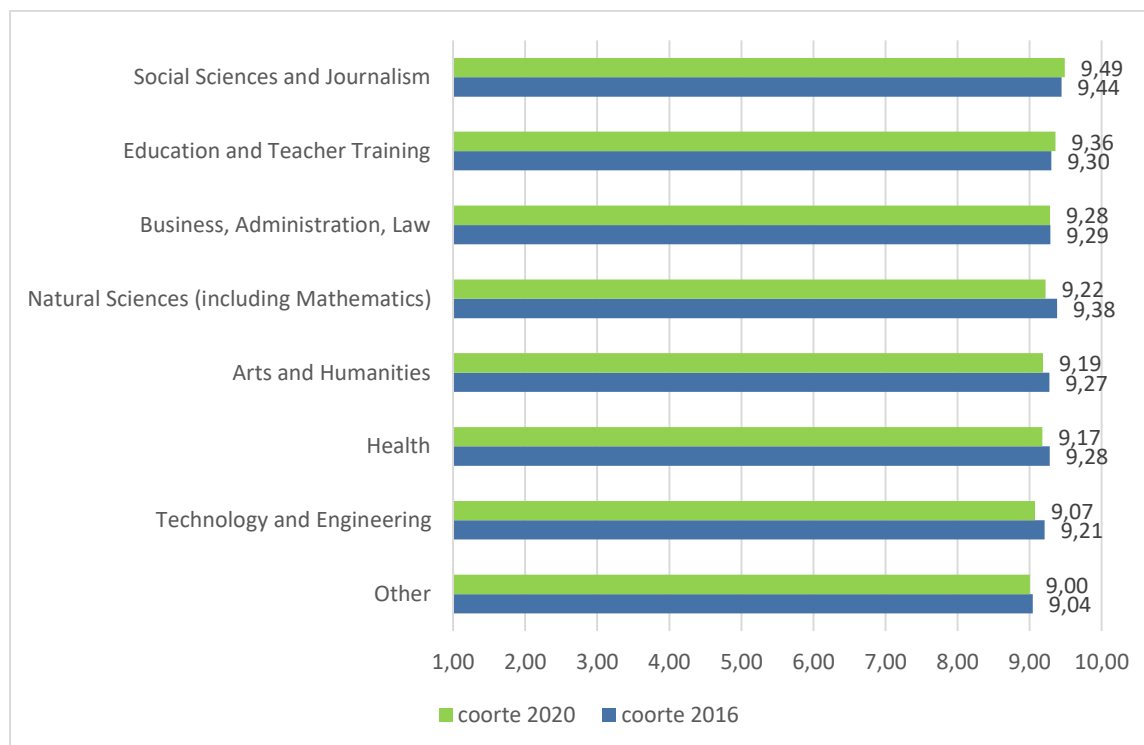
**Figura 7.1: Importância da democracia segundo os inquiridos, por características educativas dos diplomados (tipo de IES, nível de estudos) (1 - Nada importante, 10 - Extremamente importante), média**



**Figura 7.2: Importância da democracia segundo os inquiridos, por características sociodemográficas dos diplomados (tipo de IES, nível de estudos) (1 - Nada importante, 10 - Extremamente importante), média**



**Figura 7.3: Importância da democracia segundo os inquiridos, por áreas de estudo e coortes (1 - Nada importante, 10 - Extremamente importante), média**



## 8. Resultados Principais

A análise revela diferenças consideráveis entre as coortes de 2016 e 2020, e padrões interessantes nas características sociodemográficas e educativas dos diplomados de ensino superior, bem como na transição entre o ensino superior e o emprego dos diplomados em Portugal.

A análise das características sociodemográficas dos diplomados revela que as mulheres predominam no ensino superior em Portugal. As mulheres têm mais probabilidades de estarem em programas de licenciatura e mestrado, enquanto os homens estão sobre-representados em programas de ensino superior de ciclo curto. O nível de educação parental dos diplomados de ensino superior é relativamente baixo. Menos de 30% dos pais de diplomados do ensino superior têm formação superior, e a maior parte dos pais tem apenas o ensino secundário inferior ou menos. Existe também uma associação positiva entre a saúde auto-reportada dos diplomados e o seu nível de educação.

A maioria dos diplomados estudou em instituições de ensino superior públicas. Os cursos de ciências empresariais, administração e direito; TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção; e saúde estão entre os mais presentes na amostra. Estes programas também proporcionam níveis mais elevados de emprego, menores riscos de desemprego, salários e satisfação profissional mais elevados, contratos mais seguros e menor probabilidade de desalinhamento entre o emprego e a educação. Os piores resultados do mercado de trabalho em termos de emprego, salários, alinhamento entre emprego e educação e satisfação profissional são observados para os diplomados em artes e humanidades. As TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção é uma área com maior representação de homens, enquanto a saúde, as ciências sociais, jornalismo e informação são dominados pelas mulheres. Em geral, os diplomados do género masculino têm melhores resultados no mercado de trabalho do que os seus pares do género feminino. Têm um nível de emprego mais elevado, um nível de desemprego mais baixo, contratos mais seguros, níveis mais elevados de satisfação profissional e um nível mais baixo de desalinhamento entre o emprego e a educação.

O salário médio mensal dos diplomados da coorte de 2016 é superior ao da coorte de 2020 (1 640 e 1 360 euros, respetivamente). Os salários aumentam significativamente com o nível de ensino. Os licenciados/mestres ganham 18-25%/46-50% mais do que os diplomados dos programas de ensino superior de ciclo curto. Existe uma diferença salarial de género entre os diplomados em Portugal: os homens ganham, em média, mais 19-23% do que as mulheres. Verificámos também que existe uma associação positiva entre a experiência internacional adquirida no âmbito do programa de estudos e os salários. Por áreas de estudo, os salários mais elevados são auferidos por diplomados em TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção e os mais baixos por diplomados em artes e humanidades.

Relativamente aos diplomados internacionais, Portugal regista, entre as duas coortes, um crescimento de 5% (2016) para 8% (2020) de diplomados com nacionalidade estrangeira. A maioria destes diplomados é oriunda de países de língua oficial portuguesa (por exemplo, Brasil e Angola). A mais recente coorte de licenciados de 2020 tem menos experiência internacional em comparação com a coorte de 2016. A formação ao nível do mestrado está correlacionada

com maior experiência internacional, ao passo que a experiência internacional dos diplomados do ensino superior de licenciatura e, sobretudo, de ciclo curto é significativamente inferior.

O nível global de emprego dos diplomados portugueses é de 81,7% para a coorte de 2016 e de 57,1% para a coorte de 2020. O nível global de desemprego entre os diplomados é de 4,1% para a coorte de 2016 e de 6,8% para a coorte de 2020. O nível de desemprego diminui com o nível de educação. De um modo geral, verificamos que um nível de educação mais elevado proporciona melhores resultados no mercado de trabalho em termos de salários e emprego. Os diplomados da coorte de 2016 demonstram melhores resultados no mercado de trabalho em termos de emprego e segurança no emprego, em comparação com os diplomados da coorte mais recente.

Há uma incidência de desalinhamentos verticais entre o emprego e a educação em Portugal, principalmente sob a forma de sobre-educação (30,6% para a coorte de 2016 e 35,9% para a coorte de 2020). Os diplomados das áreas de estudo que contribuem para a acumulação de capital humano especializado (por exemplo, TICs e engenharia, indústrias transformadoras e construção) têm mais probabilidades de estarem alinhados horizontalmente entre emprego e educação, ao passo que os diplomados de áreas de estudo mais "gerais" (por exemplo, artes e humanidades) têm relativamente mais probabilidades de estarem desalinhados. Para a maioria das competências, os diplomados consideram que o seu nível é mais elevado do que o nível exigido para o seu emprego atual.

A democracia é um valor importante para os diplomados em Portugal. O valor mais elevado é atribuído à democracia pelos diplomados dos níveis ISCED 6 e 7, enquanto os diplomados de programas de ensino superior de ciclo curto atribuem um valor consideravelmente menor à democracia. A importância atribuída à democracia também aumenta significativamente com a idade dos diplomados.

## 9. Recomendações para o acompanhamento dos diplomados em Portugal

O inquérito piloto *Eurograduate* 2022 - cujos resultados estão expressos neste relatório - faz parte de um conjunto mais alargado de obtenção de dados sobre os diplomados no Espaço Europeu de Educação. Esta iniciativa é sustentada na Recomendação do Conselho Europeu (2017/C 423/01), que recomenda aos estados-membros que melhorem a disponibilidade e a qualidade dos dados sobre as atividades dos diplomados e dos que abandonaram o ensino superior, com uma perspetiva longitudinal e comparativa entre os estados-membros.

Por conseguinte, esta secção apresenta recomendações da equipa que implementou o inquérito e tratou os dados com a DGEEC e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. As recomendações têm como objetivo melhorar o processo de acompanhamento dos diplomados em Portugal de forma consistente, bem como preparar o país para a próxima ronda do *Eurograduate* que deverá ser implementada no outono de 2026. Esta secção pretende também expor a forma como a iniciativa *Eurograduate* pode ser convertida numa abordagem implementada com maior regularidade, transformando-se num procedimento nacional de recolha de informação sobre os diplomados, com o objetivo de melhorar a capacidade de recolha de dados sobre os diplomados do ensino superior no país. O *Eurograduate* foi a primeira iniciativa de acompanhamento de diplomados em Portugal. Outros países como o Reino Unido (com o *National Student Survey*, NSS) ou a Itália (com a iniciativa *Alma Laurea*) têm sistemas bem estabelecidos de acompanhamento dos diplomados, enquanto Portugal está ainda numa fase inicial da sua implementação.

### Cronograma do inquérito

Na tentativa de estabelecer um inquérito anual destinado a rastrear os diplomados na Europa, instituindo assim um mecanismo regular de acompanhamento de diplomados em Portugal, várias considerações críticas devem ser apontadas. O inquérito proposto – doravante designado por *PTgraduate* - deverá ser de natureza mais concisa, concebido para ser preenchido num período de tempo mais curto, não superior a 5 minutos. A sua principal função seria oferecer uma breve panorâmica sobre o prosseguimento de estudos dos diplomados e a sua situação em termos de empregabilidade. Os inquéritos aprofundados sobre aspetos como a experiência no curso, as características do emprego, a saúde e as inclinações políticas seriam reservados para os exercícios do *Eurograduate* t+1 e t+5, que serão realizados de 4 em 4 anos. Esta abordagem sugere que o inquérito *PTgraduate* seja realizado numa base anual, constituindo um censo abrangente dos diplomados, e que, de quatro em quatro anos, este seja substituído pelo inquérito nacional no quadro do *Eurograduate*. Esta mudança estratégica no sentido da brevidade do formato do inquérito tem como objetivo aumentar as taxas de resposta quando comparadas com o inquérito *Eurograduate*, mais extenso, e também para obter mais frequentemente a informação mais relevante sobre os diplomados.

Seguem alguns motivos que justificam a opção por um inquérito de natureza anual:

1. **Tomada de decisões informada:** Um inquérito anual oferece um recurso inestimável aos futuros estudantes, ajudando-os a fazer escolhas informadas sobre os seus objetivos educativos.
2. **Melhorar a qualidade do ensino:** Ao recolher a opinião dos diplomados sobre a qualidade dos seus cursos, o inquérito fornece uma base fundamental para as instituições de ensino superior (IES) melhorarem a experiência global dos estudantes e aperfeiçoarem continuamente as suas ofertas educativas.
3. **Avaliação dos resultados no mercado de trabalho:** Conforme estipulado no Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES, art. 24.º n.º 2), as IES têm a responsabilidade de avaliar os resultados dos diplomados no mercado de trabalho. Os dados recolhidos através do inquérito facilitarão às IES o cumprimento desta obrigação, fornecendo ainda à A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior) indicadores robustos de empregabilidade.
4. **Responsabilidade pública:** A realização de um inquérito regular contribui para uma maior transparência e responsabilidade pública no sector do ensino superior. As partes interessadas, incluindo as entidades governamentais e o público em geral, terão acesso a informações mais completas sobre a situação do ensino superior e o seu alinhamento com as exigências do mercado de trabalho.

A transição de um sistema de inquéritos específicos fragmentados por cada instituição para um inquérito único e de âmbito nacional, tal como proposto, apresenta vantagens distintas. Assegura a uniformidade e a consistência na recolha de dados e na elaboração de relatórios em todas as IES em Portugal. Adicionalmente, é imperativo o estabelecimento de diretrizes claras para a implementação do inquérito nacional. Assim, o inquérito *PTgraduate* deve envolver a participação de todas as IES em Portugal, deverá ser gerido pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) em nome do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Esta abordagem centralizada promove a coerência e permite uma análise mais robusta dos dados recolhidos, servindo, em última análise, os interesses de todas as partes envolvidas. Durante as reuniões com as instituições de ensino superior para divulgar o Inquérito *Eurograduate*, a realização de um inquérito centralizado foi frequentemente considerada vantajosa, sendo a principal motivação a eficiência de custos de ter uma única entidade a realizar o inquérito.

#### **Como realizar o inquérito *PTgraduate*: Centralizado ou descentralizado?**

A decisão fundamental relativa à execução do inquérito aos diplomados em Portugal gira em torno da adoção de uma abordagem centralizada ou descentralizada. Como clarificação, uma abordagem centralizada implica que a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) ou uma autoridade estatística comparável contacte diretamente os diplomados e administre o inquérito sem o envolvimento intermediário das IES. Por outro lado, uma abordagem descentralizada confia às IES a distribuição dos convites para o inquérito aos seus diplomados.

A metodologia atual do inquérito *Eurograduate* seguiu esta última abordagem devido a existência de constrangimentos, como a ausência de informação de contacto dos diplomados

na DGEEC, a ausência de pré-requisitos legais para a partilha desta informação, e o desafio logístico de contactar um número substancial de diplomados.

### **Centralizado**

A execução centralizada oferece várias vantagens teóricas:

1. **Metodologia uniforme:** Assegura que a distribuição do questionário, incluindo o contacto inicial, os lembretes e a metodologia, se mantém consistente em todas as IES, aumentando a comparabilidade dos dados.
2. **Consistência de dados:** O inquérito produz dados padronizados entre instituições, eliminando discrepâncias que podem surgir quando a recolha de dados administrativos é realizada seletivamente por algumas instituições.
3. **Inclusão:** Todos os diplomados das IES do sistema têm a mesma oportunidade de participar no inquérito, independentemente das capacidades administrativas ou das decisões de liderança das IES.
4. **Eficiência Operacional:** Reduz os erros no processo de inquérito, minimizando os intermediários para a distribuição e atenuando os erros de transmissão de informação entre as equipas operacionais e as IES.
5. **Gestão de dados:** Simplifica o tratamento de dados, uma vez que não há necessidade de fundir conjuntos de dados díspares de diferentes instituições.
6. **Eficiência de custos:** Reduz a carga de recursos das instituições em comparação com uma abordagem descentralizada.

Para facilitar o enquadramento legal da implementação do inquérito *PTgraduate* num modelo centralizado, são aconselháveis vários passos:

1. **Sensibilização dos estudantes:** Durante a inscrição dos estudantes nas IES, estes devem ser devidamente informados e consentir de que serão contactados após a conclusão dos seus estudos para participarem no inquérito aos diplomados Portugêses. Além disso, as informações de contacto fornecidas, tais como endereços de correio eletrónico e números de telefone, devem ser divulgadas à DGEEC para este efeito.
2. **Medidas legislativas:** Adotar legislação, provavelmente no âmbito do RJIES (Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior), que promova a partilha dos dados de contacto relevantes para o inquérito entre as instituições de ensino superior e a DGEEC através, por exemplo, do inquérito RAIDES, na sequência do ponto anterior.
3. **Atualizações dos contactos dos diplomados:** Estabelecer um mecanismo, no momento da obtenção do diploma, para que os diplomados registem os seus endereços de correio eletrónico e números de telefone pessoais junto da DGEEC. Em alternativa, as IES podem facilitar o processo, recolhendo informações de contacto atualizadas dos diplomados. A certificação do diploma poderia estar associada à conclusão desta atualização de informação, à semelhança do que é feito aquando dos procedimentos de inscrição.

4. **Recolha de dados administrativos:** Paralelamente, criar um sistema de recolha de dados administrativos. Este processo representa um desafio considerável na abordagem centralizada, uma vez que exige a criação de um portal de comunicação entre as IES e a DGEEC, abrangendo a transmissão de microdados relativos aos diplomados. O aproveitamento da experiência do RAIDES com as IES pode acelerar o desenvolvimento de um tal quadro de comunicação.
5. **Subconjunto anual de Eurograduate:** Implementar um subconjunto anual e conciso do inquérito *Eurograduate* para manter um acompanhamento regular dos diplomados em Portugal. Este inquérito mais curto, que não levaria mais de 5 minutos a preencher, forneceria uma imagem instantânea da situação dos diplomados em termos de educação e empregabilidade. Os inquéritos pormenorizados sobre as experiências do diploma, as características do emprego, a saúde e as filiações políticas seriam reservados para os intervalos t+1 e t+5. Este inquérito anual poderia também servir para testar e aperfeiçoar os procedimentos do inquérito, envolver os diplomados no processo de recolha de dados e, potencialmente, aumentar as taxas de resposta para o inquérito global *Eurograduate*.

A adoção de uma abordagem centralizada para o *PTgraduate* apresenta vantagens distintas, mas a sua implementação bem-sucedida necessita de ajustamentos legais e processuais. Esta estratégia reflete a abordagem adotada pelo Reino Unido na criação do inquérito "*Graduates Outcomes*"<sup>12</sup>, que constitui um precedente que vale a pena considerar como referência. No momento em que Portugal pondera o caminho a seguir, é essencial considerar cuidadosamente estes passos para garantir a robustez e a eficácia da obtenção de dados sobre os diplomados em Portugal.

### **Descentralizada**

No caso de se optar por uma abordagem descentralizada como estratégia preferencial para o acompanhamento dos diplomados em Portugal, e com base na experiência-piloto do *Eurograduate*, são apresentadas várias recomendações para melhorar a atual metodologia de recolha de dados:

1. **Reforço das capacidades das instituições de ensino superior (IES):** É imperativo capacitar as IES para melhorar as suas capacidades de contacto com os diplomados. A diversidade de experiências institucionais em termos de mecanismos de acompanhamento dos diplomados conduziu a variações na qualidade dos contactos disponíveis da população. Algumas instituições têm redes de antigos alunos bem estabelecidas, enquanto outras dependem de endereços de correio eletrónico institucionais para o contacto com os diplomados. Para resolver este problema, devem ser lançadas iniciativas de reforço das capacidades para normalizar e melhorar a capacidade de cada IES para contactar eficazmente os seus diplomados.
2. **Procedimentos de instrução simplificados e pontos focais institucionais:** A preparação abrangente e os procedimentos de instrução são cruciais para o êxito da recolha descentralizada de dados. As apresentações individuais com representantes de cada IES foram consideradas essenciais durante o exercício atual. Os esforços futuros devem incluir o seguinte:

---

<sup>12</sup> Para mais informações sobre o "Graduates Outcomes questionnaire" do Reino Unido, consultar [aqui](#).



- As instruções devem ser entregues e explicadas pessoalmente às IES, de preferência em colaboração com uma equipa especializada.
  - Deve ser prestada assistência às instituições que possam necessitar de apoio no envio de mensagens de correio eletrónico de forma personalizada – visto que cada inquirido terá um link próprio - eventualmente através da oferta de software ou de orientações processuais, salvaguardando simultaneamente a privacidade das informações dos diplomados.
  - O estabelecimento de pontos focais institucionais a partir do pessoal técnico numa fase inicial do processo é essencial para um acompanhamento eficaz dos diplomados.
3. **Preparação para a recolha de dados administrativos:** As IES devem estar equipadas para recolher dados administrativos de forma mais eficaz. Alguma da informação necessária, como os pormenores de nível micro sobre os diplomados (por exemplo, curso, data de início, data de conclusão, média de curso, género, idade) e potencialmente outras variáveis (por exemplo, realização de mobilidade internacional, regime de ingresso), pode ser facilmente obtida. Recomenda-se a definição de um conjunto normalizado de variáveis administrativas que as IES devem recolher e fornecer juntamente com os dados dos diplomados. Isto asseguraria a disponibilidade de informação fiável sobre variáveis-chave e reduziria a duração global do inquérito. É crucial garantir que todos os procedimentos de recolha de dados estejam em conformidade com o RGPD.
4. **Resolução de discrepâncias:** É essencial, em cada curso, resolver quaisquer discrepâncias entre os números oficiais e os números de diplomados comunicados pelas IES. Embora as IES comuniquem os números de diplomados através do RAIDES, podem surgir inconsistências. Os futuros exercícios de controlo devem envolver esforços mais abrangentes para identificar as fontes de tais discrepâncias.

Em conclusão, quer se opte por uma abordagem centralizada, ou se opte por uma abordagem descentralizada, a equipa operacional aconselha a adoção de uma abordagem de recenseamento em vez de amostragem para o acompanhamento dos diplomados. O atual projeto-piloto do *Eurograduate* demonstrou a eficácia desta abordagem, uma vez que a amostragem não oferece uma redução significativa da carga de trabalho necessária para realizar o inquérito. Estas recomendações visam, coletivamente, melhorar o processo de recolha de dados e aumentar a qualidade global do acompanhamento dos diplomados em Portugal.

## Resultados

Em ambas as opções, defendemos vivamente a disponibilização pública de indicadores abrangentes derivados do inquérito *PTgraduate* através de uma plataforma *online* acessível. Esta plataforma serviria como um recurso valioso, fornecendo não só dados sobre cursos e IES, potencialmente ligados ao "Infocursos", mas também informações sobre o processo de implementação do inquérito. Esta prática está em consonância com os modelos seguidos por vários

outros países, incluindo o Reino Unido, a Itália e a Roménia, onde existem tais plataformas públicas para divulgar informações e resultados de inquéritos. A plataforma proposta deve abordar as seguintes questões e considerações fundamentais:

1. **Transparência na implementação do inquérito:** A transparência relativamente ao processo de implementação do inquérito é vital. A plataforma deve elucidar os procedimentos seguidos na recolha de dados, incluindo as funções e responsabilidades das IES, da DGEEC e de quaisquer outras partes interessadas relevantes.
2. **Indicadores sobre os resultados dos diplomados:** A plataforma deve incluir um conjunto completo de indicadores relativos aos resultados dos diplomados. Estes indicadores podem incluir as taxas de emprego, os perfis de prosseguimento de carreira no ensino superior, os salários médios, as trajetórias profissionais e os níveis de satisfação dos diplomados.
3. **Ferramentas de comparação:** Os utilizadores devem poder fazer comparações lado-a-lado entre diferentes cursos e IES. Esta funcionalidade permite que os estudantes e as suas famílias avaliem eficazmente as opções educativas.
4. **Dados históricos:** Para identificar tendências e monitorizar melhorias, os dados históricos de iterações anteriores do inquérito devem estar disponíveis na plataforma. Isto permite que as partes interessadas avaliem as mudanças ao longo do tempo.
5. **Visualização de dados:** A plataforma deverá utilizar técnicas de visualização de dados, como tabelas, gráficos e infográficos, para apresentar os resultados do inquérito de uma forma facilmente interpretável. As representações visuais melhoram a compreensão e o envolvimento com os dados.
6. **Interface de fácil utilização:** Conceber a plataforma com uma interface de fácil utilização para garantir a facilidade de navegação e a acessibilidade. Deve ser dirigida a um público diversificado, incluindo estudantes, pais, educadores, investigadores e decisores políticos.
7. **Privacidade e segurança dos dados:** Assegurar que as medidas de privacidade e segurança dos dados são implementadas de forma sólida para salvaguardar as informações sensíveis e cumprir os regulamentos relevantes, como o RGPD.
8. **Mecanismo de feedback:** Incorporar um mecanismo de feedback que permita aos utilizadores darem o seu contributo sobre a usabilidade, o conteúdo e a funcionalidade da plataforma.
9. **Recursos educativos:** A plataforma poderá incluir recursos educativos suplementares, tais como artigos, guias e ferramentas, para ajudar os utilizadores a interpretar e utilizar os dados de forma eficaz.
10. **Acessibilidade e suporte multilingue:** Tornar a plataforma acessível a pessoas com deficiência e oferecer suporte a várias línguas para atingir um público mais vasto.
11. **Envolvimento das partes interessadas:** Colaborar com as partes interessadas, incluindo as IES, os organismos governamentais e o público, para recolher contributos e feedback sobre a conceção e o conteúdo da plataforma.

Ao abordar estas questões e considerações fundamentais no desenvolvimento da plataforma *online*, Portugal pode criar um recurso valioso que promove a transparência, informa as escolhas educativas e facilita a tomada de decisões baseadas em dados no sector do ensino superior. Uma plataforma deste tipo não só beneficia os futuros estudantes, como também reforça a responsabilização e a qualidade do sistema educativo. Incluímos aqui algumas questões que devem ser respondidas na plataforma, numa secção de perguntas frequentes:

- Porquê responder ao inquérito?
- O que é o inquérito *PTgraduate*?
- O que é perguntado no inquérito?
- Quem é elegível para responder ao inquérito?
- Como são utilizados os resultados do inquérito?
- Como é que os diplomados podem desistir do preenchimento do inquérito se encontrarem alguma objeção?
- Onde posso encontrar os resultados do inquérito?
- Quando é que vou ser inquirido? Como é que vou ser inquirido?
- Quais são as perguntas sobre bem-estar subjetivo presentes no inquérito?
- Quem me contactará sobre o inquérito?
- Como posso ter a certeza de que serei convidado a participar no inquérito?
- Como é que foi obtido o meu endereço de correio eletrónico/número de telefone?
- Quais são os resultados dos inquéritos anteriores?
- Quem dirige o inquérito *PTgraduate*?
- Onde posso obter mais informações sobre o inquérito?
- Privacidade e proteção de dados: Como é que as minhas respostas serão utilizadas? E se eu não quiser ser inquirido? Os meus dados de contacto são guardados em segurança? E se eu não quiser dar as minhas informações de contacto à minha instituição de ensino superior?
- O inquérito está presente em alguma plataforma de redes sociais?
- Como posso influenciar os outros a preencher o inquérito?
- Qual é a importância deste inquérito?

De facto, a abordagem destas questões e considerações críticas é fundamental para a conceção de uma iniciativa duradoura como o *PTgraduate*, que pode servir como uma ferramenta abrangente e fiável para as instituições de ensino superior nas próximas décadas. O desejo de dispor de um inquérito unificado e coerente em que as IES possam confiar sublinha a importância de estabelecer um quadro robusto e sustentável para este inquérito.

### Recomendações finais

A criação de um grupo de trabalho em colaboração com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a DGEEC é um passo proactivo para garantir o sucesso da iniciativa. Seguem-se algumas ideias e passos adicionais a considerar neste esforço:

1. **Desenvolvimento do Quadro Legal:** Como já foi referido, a criação ou o reforço do quadro legal para o inquérito aos diplomados é de extrema importância. Isto envolve a promulgação de legislação ou alterações que obriguem as IES a participar, a partilhar a informação de contacto dos diplomados e a cumprir os regulamentos de privacidade de dados. A base

legal deve também especificar os papéis, responsabilidades e obrigações de todas as partes envolvidas.

2. **Colaboração inter-agências:** Estabelecer uma relação forte e de colaboração entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a DGEEC, as IES e quaisquer outros organismos governamentais relevantes. Este esforço de colaboração é essencial para o desenvolvimento de um modelo de inquérito unificado e sustentável.
3. **Protocolos normalizados:** Trabalhar em estreita colaboração com as IES para normalizar os protocolos de recolha de dados, assegurando a coerência na administração do inquérito e na elaboração de relatórios. Isto simplificará o processo e aumentará a fiabilidade dos dados recolhidos.
4. **Implementação piloto:** Antes de um lançamento a nível nacional, deve ser considerada a realização de uma implementação piloto do inquérito para identificar e resolver quaisquer desafios ou problemas potenciais. Esta fase piloto pode servir como uma valiosa experiência de aprendizagem e ajudar a aperfeiçoar a metodologia do inquérito.
5. **Melhoria contínua:** Implementar um sistema de melhoria contínua baseado no feedback e na avaliação. Avaliar regularmente a eficácia do inquérito, a satisfação dos utilizadores e a qualidade dos dados recolhidos. Efetuar os ajustamentos necessários para melhorar a sua utilidade.
6. **Sensibilização e envolvimento do público:** Lançar uma campanha de sensibilização do público para informar os estudantes, os diplomados e outras partes interessadas sobre a importância do inquérito aos diplomados. Envolver as IES, as associações de estudantes e as redes de antigos alunos para obter apoio e incentivar a participação.
7. **Financiamento a longo prazo:** Assegurar o financiamento a longo prazo da iniciativa para garantir a sua sustentabilidade. Considerar modelos de financiamento que envolvam contribuições públicas e privadas, bem como explorar potenciais parcerias com organizações relevantes. Tal como no caso do *Eurograduate*, a Comissão Europeia poderá também ser uma fonte relevante.
8. **Governança e segurança dos dados:** Implementar medidas rigorosas de governança e segurança dos dados para proteger a privacidade e a confidencialidade das informações dos diplomados. Cumprir o RGPD e outros regulamentos de proteção de dados.
9. **Investigação e análise:** Incentivar a investigação e a análise dos dados do inquérito, a fim de obter informações úteis que possam servir de base a decisões políticas e melhorar a qualidade do ensino superior.
10. **Benchmarking internacional:** Comparar o inquérito *PTgraduate* com as melhores práticas internacionais para garantir o seu alinhamento com os padrões globais de acompanhamento dos diplomados e de avaliação do ensino superior.

Ao abordar meticulosamente estes aspetos, Portugal pode estabelecer uma iniciativa sustentável e fiável de inquéritos de diplomados que sirvam as necessidades das IES, dos estudantes, dos decisores políticos e da comunidade educativa em geral. Esta iniciativa pode contribuir para

melhorar a qualidade e a responsabilidade do ensino superior no país, fornecendo simultaneamente informações valiosas para a tomada de decisões informadas nas próximas décadas.

## 10. Conclusão

Este relatório apresenta os principais aspetos do contexto, metodologia e resultados relativos à participação portuguesa no inquérito-piloto *Eurograduate 2022*. Como referido ao longo do relatório, este foi o primeiro procedimento centralizado de recolha de dados sobre diplomados de licenciaturas e mestrados no país. A recolha de dados revelou-se bem-sucedida, com uma taxa de resposta válida de 13%, decorrente de uma abordagem censitária, e com uma amostra de resposta que se revelou representativa em todas as principais variáveis consideradas, com exceção da sub-representação dos institutos politécnicos públicos. Tirando partido da representatividade dos dados, a análise dos resultados foi efetuada com recurso a uma abordagem de ponderação com o objetivo de generalização para a população de diplomados do ensino superior português.

Embora o relatório forneça informações sobre a demografia dos diplomados de IES portuguesas, os padrões educativos destes, os seus resultados no mercado de trabalho, as suas experiências internacionais e as suas perceções sobre a democracia, a análise dos resultados apresentados neste relatório utiliza apenas um pequeno subconjunto das variáveis incluídas no questionário. A base de dados contém informação mais aprofundada sobre a experiência do diplomado no seu curso e mais variáveis relativas à sua trajetória no mercado de trabalho e ao seu posicionamento face à democracia. Além disso, neste relatório, apenas é adotada uma abordagem estatística descritiva para analisar os dados. O subconjunto de dados portugueses, e também o conjunto de dados internacionais, permitirão responder a uma enorme variedade de questões de investigação, desde que sejam utilizados outros métodos de análise de dados, como a estatística inferencial. Durante 2024, tanto a nível nacional como a nível do consórcio, o conjunto de dados será disponibilizado para uso em investigação e os dados poderão ser explorados muito para além do que é apresentado neste relatório.

Por fim, com o objetivo de dar continuidade à abordagem centralizada do acompanhamento dos diplomados no país, é apresentada uma série de recomendações. O presente trabalho no âmbito do *Eurograduate 2022* prova que é viável ter uma abordagem censitária no sistema português, e que esta pode ser alinhada com as necessidades das instituições de ensino superior do país. Há também ganhos de eficiência em ter um exercício centralizado e comparável, em vez de todas as instituições desenvolverem os seus próprios exercícios de acompanhamento dos diplomados e incorrerem em esforços de recolha de dados. O potencial para a recolha de dados de acompanhamento de diplomados em Portugal é enorme, e os autores esperam que o trabalho que conduziu a este relatório seja apenas o primeiro passo de um percurso bem-sucedida em direção a este objetivo.